

T306.852
ALV
ago

MARIA ODETE ALVES

AGORA O NORDESTE VAI

Experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Lucimar Leão Silveira

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
1999

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Alves, Maria Odete

Agora o Nordeste vai. Experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará / Maria Odete Alves. -- Lavras : UFLA, 1999.

135 p. : il.

Orientador : Lucimar Leão Silveira.

Dissertação (Mestrado) - UFLA.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento rural. 2. Agricultura - Nordeste. 3. Pequeno Produtor. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-338.9811

-306.852

MARIA ODETE ALVES

AGORA O NORDESTE VAI

Experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 21 de setembro de 1999

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

UFLA

Profa. Maria de Lourdes Oliveira Souza

UFLA



Prof. Lucimar Leão Silveira
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

"Eu acho que só quem não briga é quem não tem futuro. E quem não tem futuro, não tem presente. Porque o futuro, afinal de contas, não é uma província que fica distanciada de mim, muito além de mim, à espera de que eu chegue lá. Pelo contrário, eu sou fazedor do futuro. (...) Ao pensar assim eu estou pondo em cima da mesa, para mim, a possibilidade ou não de lutar. (...) Porque o futuro é uma invenção da gente e não um presente dos céus.

Eu não nasci para apenas assistir ao mundo como está e não posso me compreender cristão de braços cruzados".

Paulo Freire

À memória de meu pai, Joaquim Alves de Oliveira, sertanejo de fibra cuja vida consagrou à agricultura e ao amor às coisas da terra.

À memória de minha tia Sinhá que com amor e sabedoria abriu-me a porta para a primeira visão do mundo das letras.

À minha mãe, Isabel, pelo amor incondicional que me tem dedicado durante minha trajetória pela vida.

Aos meus irmãos, em especial à Lia, pela demonstração de determinação e coragem ao vencer, uma a uma, as constantes batalhas que tem enfrentado pela estrada da vida.

DEDICO

Aos camponeses nordestinos, em particular, os de Tejuoca-CE, pela resistência em lutar por participação na construção do próprio futuro.

OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir-me existir.

Ao Professor Lucimar Leão Silveira, pela atenção, apoio constante e inegável capacidade para orientar. A segurança de sua amizade nos momentos de dúvida e incerteza, o reconhecimento nas situações de avanço e conquista fizeram com que este esforço tivesse um resultado produtivo.

Aos professores Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro e Maria de Lourdes Oliveira Souza, pelas contribuições como participantes da banca examinadora.

Ao Banco do Nordeste, por tornar possível a realização do curso e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À Leonilda, Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, que com desprendimento e boa vontade abriu-me as portas para os contatos iniciais nas visitas ao campo, contribuindo de forma positiva para o êxito dos trabalhos.

Aos camponeses das comunidades rurais de Tejuçuoca-CE, pela acolhida, paciência e expressiva colaboração, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

À Prefeitura Municipal de Tejuçuoca-CE, pelo apoio durante a coleta de informações.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e aos servidores do Departamento de Administração e Economia.

Ao Evangelista (técnico do Banco do Nordeste-ETENE), pela crítica ao trabalho e valiosas sugestões.

À Célia, pela contribuição competente na montagem das figuras constantes do corpo do texto.

Aos amigos Suzana, Glória, Delisete, Luciana, Carlos e Eduardo (Gaúcho) pelo apoio incondicional nos momentos difíceis e aos demais colegas do mestrado, pelo agradável convívio.

Ao David, por entrar em minha vida, tomar conta do meu coração e fazer-me compreender que amor e trabalho podem coexistir pacificamente.

E por último, mas com a mesma importância, agradeço a todas as pessoas que contribuíram anonimamente para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	Página
SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO	i
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1 A PESQUISA	01
1.1 Trajetória	01
1.2 Aspectos metodológicos	05
1.3 Sentido do significado	07
1.4 Próximos capítulos: disposição	09
2 O NORDESTE DA CAATINGA E DO GADO	10
2.1 Paisagem do sertão	10
2.2 Desenvolvimento da pecuária	17
2.3 Desenvolvimento da agricultura	19
3 A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SERTÃO NORDESTINO	24
3.1 Da ação emergencial à promoção da modernização	24
3.2 Ação do Banco do Nordeste	31
3.2.1 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL)	33
3.2.1.1 Capacitação	39

3.2.1.2	Organização	40
3.2.1.3	Tecnologias apropriadas	40
3.2.2	Implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL)	41
3.2.2.1	Primeira fase: aplicação da metodologia básica (Fase AMB)	41
3.2.2.2	Segunda fase: transferência de tecnologia específica (Fase TTE) ...	43
3.2.3	Processo de capacitação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL)	45
4	PRINCIPAIS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO	48
4.1	Racionalidade camponesa	48
4.2	Estratégias de sobrevivência	54
4.3	Prática do associativismo	62
5	O PROGRAMA NO PROJETO DO GRUPO ESTUDADO ...	69
5.1	Necessidade de crédito	70
5.1.1	Crédito para garantir o acesso à terra	71
5.1.2	Crédito para financiar a produção	73
5.1.3	Crédito para financiar técnicas poupadoras de mão-de-obra	79
5.1.4	Crédito para facilitar o acesso ao mercado	90
5.2	Desempenho do Programa	97
5.2.1	“Tiramos o empréstimo, conseguimos a terra: tá pra lá de bom demais!”	99
5.2.2	“Não melhorou nada porque não tem projeto”	104

CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	128

SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO

CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER-CE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fase AMB	Fase de Aplicação da Metodologia Básica da Metodologia GESPAR
Fase TTE	Fase de Transferência de Tecnologia Específica da Metodologia GESPAR
GESPAR	Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLANCE	Instituto de Planejamento do Estado do Ceará

ONU	Organização das Nações Unidas
PADL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PIN	Plano de Integração Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFIR	Programa de Financiamento para Equipamentos de Irrigação
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste
Projeto BNB/PNUD	Programa de capacitação resultante de convênio realizado entre o Banco do Nordeste e o PNUD; posteriormente passou a ser denominado de Projeto Banco do Nordeste/PNUD
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVÁRZEAS	Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará
POLONORDES TE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROJETO SERTANEJO	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste

SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

RESUMO

ALVES, Maria Odete. **Agora o Nordeste Vai. Experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca-CE.** Lavras: UFLA, 1999. 135p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento)*.

Esta pesquisa consiste no estudo do desempenho do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local executado pelo Banco do Nordeste no município de Tejuçuoca, estado do Ceará. O objetivo é entender como o Programa contribui para o desenvolvimento do meio rural do Nordeste. Para tanto, recorreu-se à pesquisa qualitativa, interpretando a realidade a partir da apreensão do significado por parte dos seus beneficiários. Observou-se, em primeiro lugar, a existência de uma racionalidade específica no grupo estudado, cujo principal fator de produção utilizado é a mão-de-obra familiar. As adversidades sócio-econômicas e ambientais conduzem os camponeses à elaboração de estratégias com o objetivo de garantir a sobrevivência dos membros da família. Observou-se ainda que o Programa ofereceu como principal produto a capacitação direcionada para a gestão e para a racionalização do processo de produção a partir de uma visão empresarial. O grupo, por seu turno, apresentou como demanda principal em relação ao Programa, recursos financeiros capazes de viabilizar ou melhorar as suas condições de produção (aquisição de terra, financiamento da produção, de técnicas poupadoras de mão-de-obra e financiamento da comercialização do excedente de produção). Assim, a “aprovação” ou “desaprovação” do Programa se deu na medida em que foi capaz de satisfazer a essa demanda. Dificuldades à parte, o grande mérito do Programa foi a capacidade de promover a valorização do indivíduo enquanto cidadão, ao permitir-lhe experimentar um processo de construção da cidadania durante o processo de capacitação.

* Comitê Orientador: Lucimar Leão Silveira - UFLA (Orientador), Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA e Maria de Lourdes Oliveira Souza - UFLA.

ABSTRACT

ALVES, Maria Odete. **Now Northeast Goes.** Experience of local development: case of Tejuçuoca, Ceará. Lavras-MG: UFLA, 1999. 135p. (Dissertation – Master Program in Rural Administration and Development) *.

This research consists of the study on the performance of the Program of Support for Local Development carried out by Banco do Nordeste (Bank of the Northeast), in the specific case of Tejuçuoca, state Ceará. The goal of the study was to assimilate how such Program actually contributes to the development of rural areas of the Brazilian Northeast. For such, used qualitative research method, thus interpreting reality from the comprehension of the meaning on the behalf of its beneficiaries. First of all, an existing specific reasonability was observed amongst the group studied, whose main production factor is family labor. The social-economic and environmental adversities lead them to the elaboration of strategies whose goal is to grant the survival of the family members. It was also observed that the Program's chief offer was a directioned capacitation for the management and rationalization of the production process, as seen from a managerial point of view. The group, on the other hand, pointed to financial resources capable of making their production conditions feasible, or improving them (land acquisition, production funding, labor-saving techniques funding, funding of the commercialization of production surplus) as its main demand. The "approval" or "disapproval" of the Program occurred as the Program went on to fulfill such demand. Despite the difficulties along the way, the Program's greatest merit was its capacity of promoting the increase of the individual's value as a citizen, by allowing him to experience the growth of citizenship during the training process.

* Guidance Committee: Lucimar Leão Silveira - UFLA (Orientador), Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA and Maria de Lourdes Oliveira Souza - UFLA.

1 A PESQUISA

1.1 Trajetória

A idéia de realizar esta pesquisa surgiu em 1993, quando o Banco do Nordeste iniciou um programa de capacitação de pequenos produtores rurais da Região.

O trabalho de capacitação tinha o propósito de introduzir nas unidades produtivas individuais e nas cooperativas e associações de produtores uma “*dinâmica nova*”, através de um trabalho direcionado para a gestão.

A capacitação era viabilizada pela Metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial) desenvolvida pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A Metodologia GESPAR tem o objetivo de desenvolver o caráter empresarial dos produtores e das suas organizações através de oficinas de apoio à gestão, à produção e comercialização, além de cursos, seminários, treinamentos e monitoração, incentivando um processo de participação (Banco do Nordeste, 1993).

O termo participação está ligado à relação existente entre sócio e organização associativa. Num primeiro momento, há preocupação em sensibilizar o indivíduo para o fato de ser ele o “*dono*” da organização: “*ser parte, ter parte, fazer parte*”; num segundo momento, sendo ele “*dono*” da organização, deve participar ativamente de todo o processo decisório dentro dela. O “*caráter empresarial*” significa que a organização é uma empresa e, portanto, tem que comportar-se como tal. A unidade familiar também deve ser tratada como empresa e o proprietário como empresário (Goni, 1995).

Posteriormente, em 1996, a ação de capacitação foi inserida em uma proposta mais ampla, com abrangência municipal e assentada na mesma metodologia, agora denominada de Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL foi desenvolvida a partir de 1996 em Tejuçuoca-CE e, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba (Projeto BNB/PNUD, 1996).

A concepção do PADL baseia-se principalmente na preocupação em promover uma mudança de comportamento dos agricultores para transformá-los em empresários rurais capazes de praticar uma agricultura racional do ponto de vista empresarial, condição colocada como fundamental para que alcancem o desenvolvimento sustentável¹.

A decisão de estudar o desempenho do PADL foi apoiada, em primeiro lugar, no fato de tratar-se de política executada pelo Banco do Nordeste, principal instituição pública de desenvolvimento atuando na Região, o que lhe confere uma grande responsabilidade em termos de resposta às questões de interesse regional.

O Banco do Nordeste, nos últimos anos, mais precisamente a partir do início da década de 1990, tem voltado a sua atenção para as questões que envolvem os *“mini e pequenos produtores rurais”* da Região². Estratégias têm sido executadas visando oferecer melhores condições de acesso ao crédito por parte dessa categoria de agricultores (Valente Junior et al., 1995).

¹ A proposta básica do Programa é, utilizando a estrutura organizativa da comunidade (associativismo) e com base na participação dos camponeses em todos os processos, promover um processo de capacitação massiva de dirigentes e sócios, buscando desenvolver um “caráter empresarial” em ambos e o sentido de “pertencer” dos sócios (Projeto BNB/PNUD, 1996). Sua função explícita é transformar a agricultura numa atividade econômica lucrativa e o camponês, de simples produtor de gêneros de subsistência, em empresário eficiente e capaz de competir no mercado globalizado (Lacki, 1996).

² O público alvo do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local” apresenta características do que alguns autores denominam de *“camponeses”*, conforme desenvolvido no Capítulo 4. A classificação *“mini e pequenos produtores rurais”* é utilizada pelo Banco do Nordeste para fins de enquadramento dos clientes nos financiamentos (Ver ANEXO A).

A execução do programa de capacitação (Projeto Banco do Nordeste/PNUD) direcionado para camponeses e, posteriormente, do PADL, é fruto das idéias emergidas nessa nova fase da ação da Instituição. Sua concepção é apresentada como uma inovação na maneira de intervir no meio rural da Região. Este Programa tem obtido grande repercussão, crescendo de forma contínua, a ponto de sua ação, no ano de 1998, já haver se estendido a 20 municípios nordestinos.

Uma outra questão foi fundamental para a realização desta investigação: o que torna este programa diferente dos demais? Por que é apresentado como o “novo”, aquele que efetivamente vai contribuir para mudar a fisionomia do Nordeste rural, em termos de desenvolvimento? E aí surgia uma outra preocupação ligada aos camponeses, à sua lógica, à sua racionalidade: até que ponto este fator estaria sendo observado? Contribuir efetivamente para o desenvolvimento do meio rural significa levar em conta a percepção que os camponeses têm de sua realidade. Significa saber, como afirma Brandão (1986, p.16), que por trás da sua aparente rusticidade está escondido *“um repertório próprio de conhecimentos, (...) segredos e ‘saberes’ de uma grande complexidade”*.

Não seria o fato de desconsiderar esta realidade e elaborar propostas desvinculadas do local, que levaria o Estado brasileiro a colecionar incontáveis fracassos e raros casos de sucesso na execução de políticas no meio rural?

No entender de Brandão, muitas vezes as propostas que são impostas por agentes externos são toleradas pelas comunidades rurais, o que não significa que sejam adotadas. Quando representam ameaça à lógica interna, tais propostas não são integradas à vida da comunidade, ou seja, o uso dos serviços ocorre de forma seletiva. Às vezes até ocorre o envolvimento de um ou outro líder, no entanto, como um todo, a comunidade não assume: *“... fora as lideranças*

conquistadas e uma pequena minoria de seguidores, as pessoas evitam um compromisso direto com os 'programas' que procuram" (Brandão, 1986, p.29).

Além desses motivos, havia o interesse em realizar um estudo em que fosse possível observar o desempenho de um programa partindo prioritariamente de indicadores qualitativos, contrariamente ao que ocorre na maioria dos casos de programas avaliados pelas instituições, nos quais predominam os indicadores quantitativos e a supervalorização dos aspectos de produto em detrimento dos aspectos de processo (Cortez, 1994). O enfoque qualitativo proporciona uma compreensão ampla de uma realidade que não pode ser explicada somente a partir de indicadores quantitativos, como é o caso do presente estudo.

Foram estas, portanto, as principais inquietações que levaram à realização da presente pesquisa, que teve lugar no município de Tejuçuoca, localizado no estado do Ceará.

A opção pelo caso de Tejuçuoca teve como base três critérios: (1) é o município pioneiro na experiência; (2) é a experiência que oferece facilidade em termos de deslocamentos por ocasião da pesquisa de campo; (3) levando em conta as pretensões do estudo, não há restrições quanto à escolha de qualquer das experiências, tendo em vista serem alvos da mesma política, submetidas a igual processo.

As questões a serem elucidadas neste estudo referem-se aos fatores que, de acordo com a proposta do Banco do Nordeste, efetivamente seriam responsáveis pelo desenvolvimento dos camponeses. Assim, o objetivo principal da pesquisa foi entender como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local contribui para o desenvolvimento do meio rural e, por via de consequência, para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, conforme propunha a Instituição.

1.2 Aspectos metodológicos

Buscando responder às questões anteriormente colocadas recorreu-se à *pesquisa qualitativa*, com o objetivo de conhecer fundamentalmente o processo e não simplesmente resultados e produto (Triviños, 1987).

A pesquisa qualitativa, no entender de Pereira (1992, p.25), tem o mérito de “*interpretar fatos e informações sobre a vida das pessoas e fenômenos que não podem ser quantificados e explorados por posicionamentos teóricos positivistas*”. Esta abordagem metodológica preocupa-se, fundamentalmente, em atingir as causas dos fenômenos sociais, contrapondo-se às investigações quantitativas de cunho positivista, em cujo centro das preocupações estão as aparências que se apresentam à observação ou experimentação (Jesus, 1993).

A perspectiva adotada inspirou-se no estudo de caso. O estudo de caso pode ser considerado como o estudo de uma unidade como objeto de pesquisa (Triviños, 1987). A sua importância está associada ao objetivo de aprofundar a análise de situações concretas através do estudo de uma dinâmica determinada inserida num cenário social e em um contexto específico (Haguette, 1987 e Triviños, 1987). Realizada dentro dessas condições, a análise é capaz de fornecer referenciais das relações sociais, das práticas de diferentes agentes, da interferência de fatores políticos, ideológicos, culturais, do jogo de forças e das representações sociais existentes (Neves, 1985).

Para Alencar (1996), os estudos de caso consistem no exame de um conjunto de ações em desenvolvimento, buscando mostrar como os princípios teóricos se manifestam nestas ações, podendo ilustrar generalizações que foram estabelecidas e aceitas. E, ainda que sejam pouco abrangentes, as generalizações podem ganhar novos significados, ilustrando diferentes contextos.

A unidade sócio-econômica assumida como base empírica para a observação da realidade é representada pelas comunidades rurais de Tejuçoca,

beneficiárias do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local”. Com base nisso, as respostas para as questões que orientam a pesquisa buscaram-se: 1) no significado das falas dos camponeses beneficiários do Programa e dos dirigentes das suas associações comunitárias; 2) na concepção do Programa (a partir de documentos internos e externos, instrumentos legais e oficiais e discurso dos técnicos extensionistas); 3) em estudos regionais concernentes a: (a) formação sócio-econômica, (b) políticas executadas.

A entrevista semi-estruturada e a observação direta, conforme definidas por Triviños (1987), funcionaram como o principal instrumento de coleta das informações. Foram realizadas entrevistas com três técnicos mediadores do Programa, seis dirigentes de associações comunitárias e doze camponeses³.

A seleção dos entrevistados foi feita de forma a incluir representantes de todo o universo pesquisado e teve início após algumas visitas às comunidades e associações. Os entrevistados foram selecionados dentre aqueles que em algum momento se envolveram no Programa, utilizando-se da amostragem não probabilística intencional (ou por julgamento), em cuja suposição podem ser definidos os indivíduos a serem incluídos, chegando, assim, a amostras satisfatórias⁴ (Mattar, 1993).

As visitas foram realizadas durante os meses de julho de 1998, janeiro, fevereiro e março de 1999, aproveitando-se os finais de semana e em horários livres dos camponeses, evitando causar transtornos na sua labuta diária e buscando obter de forma espontânea as informações desejadas. As entrevistas foram baseadas em um roteiro de questões e conduzidas de maneira a não atrapalhar a desenvoltura do entrevistado. Destacaram-se os seguintes tópicos:

³ Os entrevistados são caracterizados nesta pesquisa da seguinte forma: TA, TB e TC (Técnicos); DA, DB, DC, DD, DE e DF (Dirigentes de Associações) e CA, CB, CC, CD, CE, CF, CG, CH, CI, CJ, CL, CM (Camponeses).

⁴ A escolha dos entrevistados foi definida durante o processo, à medida que fatos emergiam e sugeriam a necessidade de novas entrevistas.

(1) o Programa; (2) o processo de capacitação; (3) a associação; (4) o uso de tecnologias; (5) o crédito; (6) a relação com o mercado.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente e analisadas. Foram gravadas e transcritas, ainda, informações e impressões sobre determinada situação ou aspecto proposto. Foram também anotadas observações no decorrer das visitas e entrevistas, além de registros fotográficos de eventos e momentos significativos para a pesquisa, para posterior análise.

1.3 Sentido do significado

O termo significado, nos dicionários da língua portuguesa, é definido como sendo o sentido de qualquer símbolo, frase ou palavra mais ou menos obscura (Michaelis, 1998). Taylor (citado por Oliveira, 1992, p.17) amplia esse conceito ao considerar a seguinte articulação: “*significado existe para o indivíduo e é de alguma coisa que se encontra em um contexto (field)*”. Quer dizer, em primeiro lugar, que determinado elemento tem um significado para um indivíduo ou grupo específico de indivíduos, ou seja, pode ter diferentes significados para diferentes indivíduos ou grupos (o significado tem sentidos múltiplos). Em segundo lugar, quer dizer que é possível separar o elemento do seu significado, pois o elemento tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do seu significado para o indivíduo. Em terceiro lugar, para que determinado elemento tenha significado, ele precisa estar relacionado ao significado de outros elementos, ou seja, tem de estar dentro de determinado contexto, podendo mudar de significado para determinado indivíduo ou grupo de indivíduos, se houver mudanças no significado dos outros elementos (Oliveira, 1992).

Buscando apreender o significado do Mestrado em Administração Rural da UFLA, Cortez (1994) lançou mão dessa dimensão de conceito utilizada por Oliveira (1992), inspirada em Taylor⁵.

Para Cortez (1994), apreender o significado de determinada situação ou organização é compreendê-la a partir das perspectivas dos sujeitos nela envolvidos. É detectar os significados que os atores dão aos fenômenos. O que, no entender de Triviños (1987), depende essencialmente dos pressupostos culturais próprios do meio que alimentam a existência de tais atores.

Por isso, o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. Daí que o pesquisador, ao adotar esta postura metodológica, deve despojar-se de opiniões preconcebidas e rejeitar o engajamento no mundo objetivo. É fundamental descrever “... *o que é vivido na perspectiva daquele que vive tal situação*”, pois “*o que se obtém de um informante é o retrato que ele tem das coisas, das situações vivenciadas, do seu mundo propriamente dito*” (Cortez, 1994, p.38).

Portanto, a noção de significado e a idéia de que ele pode ter sentido múltiplo tornam a perspectiva fenomenológica relevante para este estudo, principalmente quando se considera que a sociedade não é um todo homogêneo.

Tais pressupostos conduziram ao entendimento de que a compreensão da percepção que os camponeses de Tejuçuoca têm no contexto do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local” é extremamente útil como instrumento interpretativo da realidade estudada. Isso foi possível mediante a utilização de instrumentos adequados de captação da fala ou linguagem dos atores.

⁵ A pesquisa de Oliveira (1992) teve a finalidade de desvendar o significado que os produtores atribuíam às ações por eles praticadas em relação ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG. Cortez (1994), por sua vez, buscou apreender o significado do Curso de Mestrado em Administração Rural da UFLA na visão de docentes e discentes.

1.4 Próximos capítulos: disposição

Neste primeiro capítulo foram apresentados o problema, o contexto da pesquisa e a justificativa para sua realização. Também foram descritos os procedimentos metodológicos adotados e discutido o sentido do termo significado. Encontra-se nos próximos capítulos o tratamento da problemática.

O capítulo 2 contextualiza o problema, regional e localmente. Trata das condições históricas em que emergiu o campesinato no sertão nordestino e apresenta a situação sócio-econômica e ambiental do município de Tejuçuoca.

Em seguida à apresentação do contexto em que se insere o camponês, faz-se, no capítulo 3, uma revisão sucinta da ação do Estado no meio rural nordestino desde o período colonial, com ênfase na atuação do Banco do Nordeste. Também neste capítulo é feita a descrição do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local de Tejuçuoca”, a partir da proposta e das informações oficiais.

As informações levantadas em campo estão sintetizadas nos capítulos 4 e 5. O capítulo 4 é dedicado a estudar a realidade vivenciada pelos camponeses em Tejuçuoca. No capítulo 5 são apresentadas as principais demandas efetivas dos camponeses e a representação que têm do desempenho do Programa, a partir do confronto com a sua realidade.

Por fim, nas Considerações Finais é feita a “costura” dos argumentos para responder aos objetivos do estudo.

2 O NORDESTE DA CAATINGA E DO GADO

O Nordeste é uma região brasileira cujo território ocupa área de 1.660.359 km², o equivalente a 19,5% do território nacional. Essa imensidão de território possui uma paisagem sensivelmente marcada pelo clima, que se manifesta através do regime pluvial e da vegetação, o que provoca uma distinção clara entre zona da mata, agreste, sertão e meio-norte.

Dessa diversidade climática surgiram, no período colonial, dois sistemas agrários distintos: o Nordeste da cana e o Nordeste do gado.

O município de Tejuçuoca, onde se desenvolveu esta pesquisa, se localiza no sertão nordestino, berço das caatingas, do gado e da lavoura de subsistência. Daí este capítulo dedicar-se à realização de uma revisão sucinta dos seus aspectos gerais, através dos quais revela a paisagem e as condições históricas em que emergiu o campesinato desse outro Nordeste.

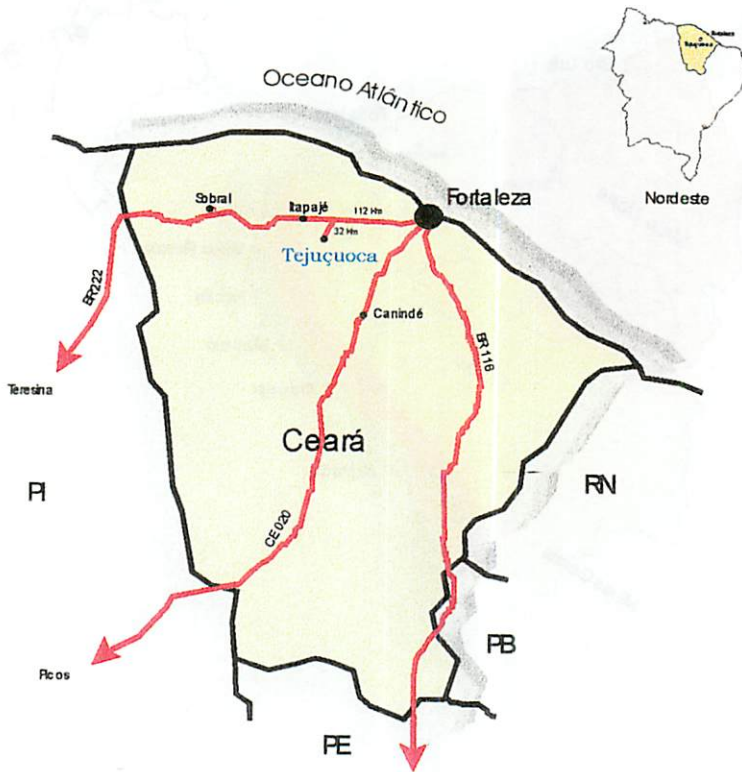
2.1 Paisagem do sertão

O sertão é a área mais extensa do Nordeste, ocupando 49% da região (Figura 1). Possui clima semi-árido, quente e seco. As temperaturas médias anuais variam de uma estação a outra, situando-se em torno dos 25^oC, com amplitude térmica anual inferior a 5^oC. Ocupa parte do Piauí, quase que totalmente os territórios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, grande parte dos estados de Pernambuco e Bahia e pequena área de Alagoas, Sergipe e Minas Gerais (Andrade, 1986).



*FIGURA 1: Regiões geográficas do Nordeste.
 Fonte: Andrade (1986), adaptado pela autora.*

Tejuoca situa-se no sertão cearense. Partindo de Fortaleza pela BR-222 em direção a Sobral, na zona norte do Estado, a 112 km pelo asfalto e 32 km por estrada de terra, chega-se à sede do município (Figura 2).



*FIGURA 2: Estado do Ceará e localização da área estudada (Tejuçuoca).
Fonte: CPRM (1998), adaptado pela autora.*

Tejuçuoca emancipou-se em 1988, tendo até então pertencido ao município de Itapajé. Tem área de 796 km², limitando-se, ao norte, com Itapajé; ao sul, com Canindé; a leste, com Pentecoste, Apuiarés e General Sampaio e a oeste, com Irauçuba (Figura 3).

Consta que existia no lugar uma grande quantidade de Tejos de tamanho avantajado e por isso os índios o denominaram de Tejuçuoca, que

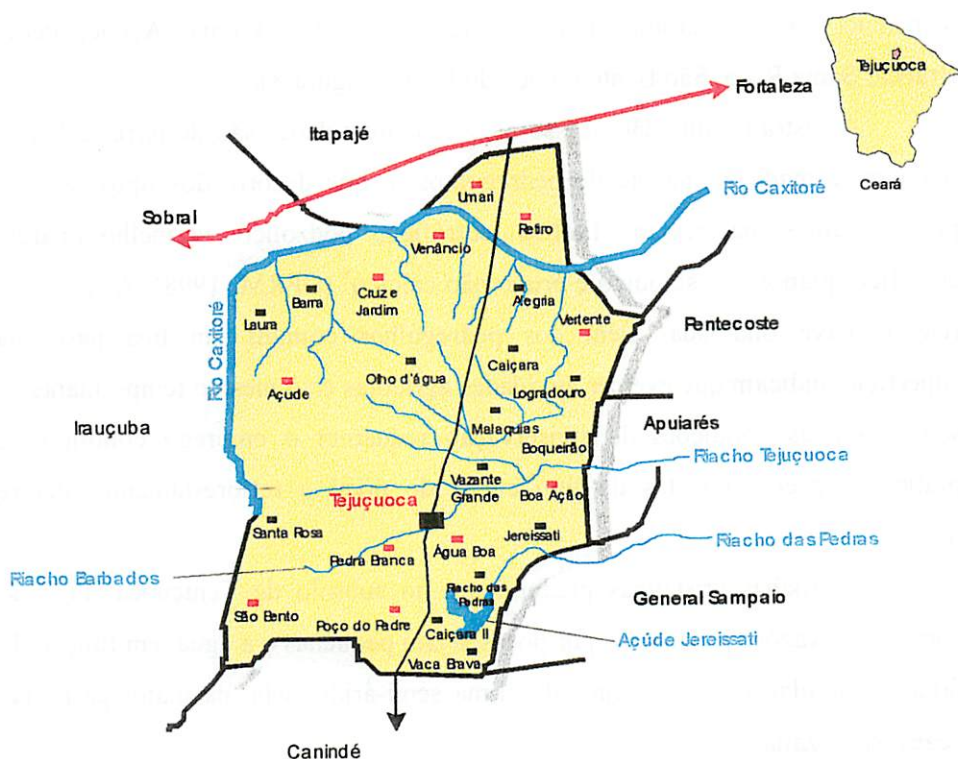


FIGURA 3: Município de Tejuçuoca, destacando a localização das comunidades rurais e principais pontos d'água.
 Fonte: CPRM (1998), adaptado pela autora.

significa *morada do tejo grande*⁶.

Do total de 11.286 habitantes do município de Tejuçuoca, 80% são residentes na zona rural, distribuídos em 25 comunidades⁷: Retiro, Alegria, Vertente, Caçara, Logradouro, Malaquias, Boqueirão, Vazante Grande, Boa Ação, Jereissati, Água Boa, Riacho das Pedras, Caçara II, Vaca Brava, Umari,

⁶ Este réptil, que na região descrita recebe o nome de tejo (*Tupinambis teguixim*), é um lagarto cujo nome vulgar tem origem indígena e, segundo Ferreira (1995), dependendo da região, é chamado pelos sertanejos de: tejo, teju, teiú, tiú. Então: teju (= lagarto) + uçu (= grande) + oca (= morada) = tejuçuoca (morada do lagarto grande).

⁷ Dados de população colhidos junto ao IBGE (1996).

Venâncio, Cruz e Jardim, Barra, Logradouro, Olho D'água, Açude, Pedra Branca, Santa Rosa, São Bento e Poço do Padre (Figura 3).

As estradas que dão acesso a essas comunidades são de terra, cobertas por uma camada abundante de pedregulhos, o que decorre dos tipos de solo predominantes na região: litólico eutrófico, podzólico vermelho-amarelo eutrófico, planossolo solódico e bruno não cálcico⁸ (CPRM, 1998). A forma de relevo suave ondulada, além dos pedregulhos comuns em boa parte da superfície, indicam que exercer atividades agrícolas e ao mesmo tempo manter o solo em boas condições de conservação requerem o emprego contínuo de práticas conservacionistas do tipo curva de nível e reflorestamento, dentre outras.

As rochas cristalinas predominam no subsolo de Tejuçuoca, fazendo com que as vazões produzidas por poços sejam pequenas e a água, em função da falta de circulação e dos efeitos do clima semi-árido, seja, na maior parte das vezes, salinizada⁹.

Em Tejuçuoca a temperatura máxima situa-se em torno dos 32°C, enquanto que a mínima chega a 21°C, com precipitação média anual de 659,5

⁸ Os solos podzólicos caracterizam-se como profundos, bem drenados, de textura argilosa, com potencial para o uso agrícola, com restrições quanto ao relevo, pedregosidade, alta susceptibilidade à erosão e deficiência hídrica; os planossolos são rasos, textura arenosa/argilosa e mal drenados, apresentando severas restrições ao uso agrícola pela ocorrência de encharcamentos no período chuvoso e ressecamentos no período de estiagem, alta susceptibilidade à erosão, dificuldade de penetração das raízes, risco de salinização ou alcalinização e de deficiência hídrica (IPLANCE, 1994); os litólicos eutróficos são muito rasos, não hidromórficos (solos sem a predominância da água como fator de formação), pouco desenvolvidos e normalmente pedregosos e rochosos; os bruno não cálcicos, embora portadores de excelentes condições químicas, possuem fortes restrições ao aproveitamento agrícola por serem rasos, susceptíveis à erosão e pedregosos (Galeti, 1983).

⁹ Nos subsolos em que predominam as rochas cristalinas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada pela existência de fraturas e fendas. Significa dizer que os reservatórios são aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Estudo realizado pelo CPRM (1998), buscando determinar a qualidade da água subterrânea do município de Tejuçuoca, chegou à conclusão de que todos os poços tubulares ali existentes estão perfurados sobre rochas cristalinas, sendo que 89% deles apresentam água com teor elevado de sal, recomendada somente para o consumo animal e uso humano secundário (lavar, banho etc).

mm (IPLANCE, 1994). Observa-se duas estações bem definidas: a estação chuvosa, compreendendo os meses de inverno, pode ocorrer a partir de janeiro, fevereiro ou março e permanece até junho; o verão é a estação seca e mais comprida, que pode durar desde o mês de julho até dezembro, janeiro ou fevereiro. Essa variação na duração das estações, no limite, caracteriza o que é denominado de ano de seca¹⁰.

Em inverno bom, água é o que não falta em Tejuçuoca, pois é certa a enchente do rio Caxitoré e de riachos como o Tejuçuoca e o Barbado. Essa fartura é completada pela água acumulada nos 22 açudes ali existentes. Porém, água para atravessar uma seca, só aquela guardada no açude Tejuçuoca (29 milhões de metros cúbicos), Jereissati (3 milhões de metros cúbicos) e Jerimum (20 milhões de metros cúbicos), os três açudes de porte médio do Município (IPLANCE, 1994a).

Tejuçuoca caracteriza-se pela vegetação denominada caatinga¹¹, predominando as plantas xerófilas¹², além de matas típicas do sertão.

A caatinga é formada por um conjunto de árvores e arbustos espontâneos, densos, baixos, retorcidos, leitosos, de aspecto seco, de folhas pequenas e caducas. No verão, as folhas secam para proteger as árvores contra a desidratação pelo calor e pelo vento. Possuem raízes muito desenvolvidas,

¹⁰No sertão a temporada de chuva é denominada de inverno. Mas, a rigor, não há inverno no Nordeste. Situado entre a Linha do Equador e o Trópico de Capricórnio, quase não ocorrem as variações na temperatura durante todo o ano. A palavra inverno, para definir a temporada de chuvas, foi levada para o sertão pelos primeiros povoadores, os criadores de gado. É nesse curto espaço de tempo de inverno que ocorre a germinação e o crescimento do milho e do feijão, até a época da colheita. O algodão é colhido um pouco mais tarde, cessadas as chuvas. A safra é boa quando as chuvas caem na quantidade e dias exatos. A semeadura tanto pode ser perdida por escassez como por excesso de água nas ocasiões da germinação. A ocorrência do último caso recebe, na Região, a denominação de “seca verde”.

¹¹Caatinga é um termo de origem tupi que significa *mato branco*, utilizado pelo indígena para identificar a vegetação típica do sertão nordestino.

¹²Xerófilas são espécies que se adaptam às condições de pouca água, criando mecanismos contra a evaporação. São exemplos, a transformação de folhas em espinhos, a redução do tamanho das folhas, a queda das folhas no período seco, o engrossamento da casca, a formação de cobertura de cera, além da existência de raízes capazes de armazenar substâncias nutritivas.

grossas e penetrantes. À noite, valendo-se da queda da temperatura, as árvores absorvem a umidade existente no ar. É uma forma de armazenar água para suportar o calor e o sol causticante. As espécies mais comuns na caatinga são a caatingueira, a sabiá, o marmeleiro preto, o mandacaru, a macambira e o pereiro.

Quem olha para a paisagem da caatinga no período seco tem a impressão de que não tem vida e de que sofre um processo de decadência biológica. No entanto, as primeiras chuvas do inverno são suficientes para que se opere uma transformação fantástica. Daquela sequidão, em que tudo parecia sem vida, ressurgem a vegetação com grande viço, com novos órgãos, com novas folhas, flores e frutos. Este espetáculo só é possível devido aos espinhos, cutícula grossa, cobertura de cera e reduzida superfície foliar que possuem essas árvores. Somando tudo isso à capacidade de armazenar reservas alimentícias nas cavidades das raízes em forma de água, amidos, gomas resinosas, gomas mucilaginosas e seus derivados, açúcares, albuminas, ácidos orgânicos, hidrocelulose, linina etc, é possível à vegetação da caatinga suportar o calor e sobreviver aos períodos secos. No inverno protege o solo com sua folhagem verde e no verão cobre-o com uma camada de folhas fenadas que em parte é comida pelo gado e o restante serve de adubo ao chão. Existe quase que uma simbiose entre a atmosfera, o solo e a associação florística da caatinga (Duque, 1980).

No dizer do sertanejo, *“as matas do sertão são mais ralas que a caatinga e possuem menos espinhos”*. A vegetação da mata é de árvores e arbustos como o pau branco, o mofumbo, o marmeleiro, a oiticica, a carnaúba, o juazeiro, o angico, a jurema, o pereiro e a aroeira.

Roger Bastide, ao se deparar com a imagem do sertão nordestino, certamente em período de estio, deixou escapar num espanto: *“o homem da caatinga nada tem diante de si, a não ser um céu imenso implacavelmente azul*

estendendo-se sobre seu chapéu de couro, e em que raras nuvens se esgarçam devoradas pelo sol insaciável” (Bastide, 1969, p.87).

Mas quem conhece o sertão sabe que ali tudo corre normalmente com uma estação de fartura e outra de privações, mesmo em anos de inverno regular. Por isso parte dos alimentos produzidos durante a estação chuvosa é guardada para consumo nos meses de estio. Não ocorrendo o inverno, ou seja, se as chuvas não vierem em quantidade adequada e no tempo certo, configura-se o fenômeno da seca, muitas vezes devastador.

O fenômeno da seca no sertão, embora imprevisível, tem se repetido com periodicidade impressionante desde os tempos coloniais, o que deixa o sertanejo constantemente preocupado com a possibilidade de sua ocorrência.

2.2 Desenvolvimento da pecuária

A pecuária é uma atividade muito importante para as comunidades rurais de Tejuçuoca. Os bovinos ocupam o primeiro lugar, com um rebanho de 11.533 cabeças; em seguida, aparecem os suínos, os ovinos e os caprinos, respectivamente com 6.732, 2.683 e 1.282 cabeças (IBGE, 1996). A criação de animais, além de fornecer carne para o consumo doméstico em alguns períodos do ano, representa para as comunidades uma reserva de valor, para solucionar problemas financeiros em momentos de crise ou de doenças.

Foi a pecuária bovina a responsável pela interiorização da colonização portuguesa no Nordeste, inicialmente concentrada em Olinda-PE e Salvador-BA, e a razão de ser da conquista e do povoamento do sertão nordestino. Deu-se a partir do século XVI em função da produção de couro e do fornecimento de carne e animais de trabalho à área canavieira. Essa interiorização se deveu, fundamentalmente, à fluidez da fronteira. Foi durante este período que se

constituíram os maiores latifúndios do Brasil, formados por sesmarias¹³. As fazendas de gado se estendiam desde Olinda, no estado de Pernambuco, até a fronteira do estado do Maranhão (Andrade, 1986).

Para Furtado (1995), o surgimento da atividade pecuária está ligado à devastação das florestas litorâneas provocada pela expansão da economia açucareira, que tornou cada vez mais distantes as fontes de lenha. Outro fator determinante seria a constatação de que era impraticável explorar ambas as atividades em um mesmo ambiente.

O desenvolvimento da pecuária nos sertões foi responsável pelo surgimento de uma civilização *sui generis*, em que o colonizador chegava com gado, escravos e moradores e instalava o curral nas ribeiras mais férteis. Ali havia uma densa vegetação rasteira formada por gramíneas durante a estação das chuvas e onde as leguminosas garantiam grande parte da alimentação durante o estio, se não fosse muito rigoroso. Nos anos mais secos os rebanhos eram deslocados para áreas úmidas, principalmente para as serras (Andrade, 1988).

Os currais eram dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança ou um morador, cuja remuneração era, em geral, a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam¹⁴. Outras áreas eram arrendadas para formação de “sítios” e, segundo Andrade (1986), correspondiam a uma légua em quadro¹⁵ e eram arrendadas a 10 mil-réis por ano aos posseiros.

¹³ Sesmaria era um lote de terra inculto ou abandonado que os reis de Portugal cediam a pessoas que se dispusessem a cultivá-lo. Tinha 54 km² aproximadamente, com 18 km de fundo e 3 km de frente (Ferreira, 1995).

¹⁴ O regime de “quarteação” funcionava da seguinte maneira: a cada ano, de quatro crias cabia uma ao vaqueiro que, em princípio, mas nem sempre, podia formar o seu próprio rebanho (Martins, 1990).

¹⁵ Segundo Ferreira (1995), a “légua de sesmaria” era a unidade de superfície agrária utilizada no Brasil colonial, equivalente a 3.000 braças, ou seja, 6,6 km (uma braça correspondia a 2,2 m). Uma légua em quadro correspondia, então, a 43,56 km². De acordo com informações do Banco do Nordeste, a braça ainda hoje é uma medida adotada em todos os estados do Nordeste brasileiro (Banco do Nordeste, 1999).

As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação levaram a população a se preocupar em retirar o máximo do próprio meio, a fim de atender às suas necessidades. Por isso, a carne e o leite tornaram-se a base alimentar, pelo menos no inverno, já que no verão havia uma redução drástica na produção de leite. Também faziam parte da dieta sertaneja os frutos silvestres e alguns produtos da lavoura de subsistência (Andrade, 1986).

Furtado considera que a economia criatória, se observada em conjunto, apresenta características de subsistência, pois a sua principal atividade – a criação de gado – estava ligada à própria subsistência da população:

“Para compreender este fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo” (Furtado, 1995).

O couro fazia parte da vida do sertanejo. Com ele o vaqueiro construía sua cama e mesa, a porta da casa, as cordas e laços, o vasilhame para carregar água, o alforje para levar comida, a mala, a mochila, a peia, as bainhas de faca, os surrões, a roupa de montar no mato, dentre outros (Garcia, 1995).

Nos dias atuais continua a ser a pecuária a principal atividade econômica do sertão, com predomínio da pecuária extensiva, na qual, o gado é criado solto, em campo aberto, formado principalmente por animais mestiços de pequeno porte e pouco peso.

2.3 Desenvolvimento da agricultura

A caatinga sempre foi local de pecuária. A lavoura era composta de pequenos roçados de milho e feijão, mandioca e algodão, necessários à subsistência da família do vaqueiro. A princípio, era organizada pelo próprio

vaqueiro e sua família, pois os proprietários não tinham preocupação direta com o abastecimento de seus currais¹⁶.

Assim se desenvolveu a atividade agrícola no sertão: marginal à criação do gado, dirigida ao autoconsumo das famílias.

Djacir Menezes conta que “...a liberdade da zona pastoril, coexistindo com a fragílisma agricultura de subsistência (milho, feijão, algodão, mandioca...), ainda nos métodos rudimentares de exploração do índio, apresentava fisionomia diversa daquela existente em Pernambuco. Não se investiam ali os capitais que, em Pernambuco e no Recôncavo, aceleravam a exploração agrícola” (Menezes, 1995, p.88).

Depois vieram o cultivo da cana-de-açúcar e a indústria de rapaduras nas serras frescas, que serviram para complementar a atividade agrícola¹⁷. O algodão surgiu na segunda metade do século XVIII, predominando até a década de 1970, quando surgiu a praga do bicudo que reduziu drasticamente o seu cultivo (Araújo Filho, 1990).

Também o café teve sua vez no sertão, a partir de 1840, cultivado apenas nas manchas úmidas de altitude, motivo pelo qual não chegou a roubar as terras destinadas ao algodão, mas tornou-se um produto de grande importância na área até a segunda década do século atual (Andrade, 1986).

¹⁶ Os roçados constituíam pequenas manchas isoladas na vastidão da caatinga e eram feitos nos locais mais úmidos, mais favoráveis, onde os solos eram mais espessos, como as vazantes dos rios e as lagoas secas ou, nos bons invernos, na própria caatinga (Andrade, 1986). O roçado, ainda hoje, é composto essencialmente da plantação de culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca), mas não exclusivamente. Nele pode haver uma “lavoura comercial” (Garcia Jr., 1983).

¹⁷ Os primeiros engenhos de mel e rapadura sertanejos surgiram no século XVIII e ficaram famosos em quase todas as serras. A rapadura passou a ser utilizada largamente em todo o sertão para adoçar determinados alimentos ou para servir de alimentação diretamente com a farinha de mandioca. Nesses tempos já predominava o cultivo consorciado de culturas, principalmente entre o milho, o feijão e o algodão, mas não eram comuns as cercas de proteção contra os animais. Só depois, à proporção que a população foi crescendo, é que essas manchas úmidas de maior extensão, como as diversas serras existentes na região passaram a ser cercadas por grandes valados chamados “travessões”, que vedavam a passagem de bovinos, eqüinos, bodes e carneiros (Andrade, 1986).

No sertão, diferentemente do que ocorreu na zona da mata, predominou a utilização de mão-de-obra indígena, principalmente por apresentar maior disponibilidade que a negra e também por ser mais barata. Referindo-se à existência do escravo negro no sertão, Bastide (1969, p.87) observa: “O escravo, quando existia, era o escravo doméstico que cultivava a roça ou cozinava”.

Isso fez com que predominasse no sertão a miscigenação entre brancos e indígenas, resultando numa raça mestiça, da qual saíria grande parte dos vaqueiros, moradores e pequenos proprietários, em princípio, os responsáveis pelo cultivo dos pequenos roçados que constituíam a lavoura de subsistência.

O dia-a-dia desses sertanejos era dedicado ao algodão - atividade comercial por excelência - e aos produtos de subsistência. Andrade faz uma descrição dessa labuta diária:

“Assim, nos anos regulares, costumavam os sertanejos, reunidos em mutirão, ‘brocar’ os seus roçados em outubro, fazendo a queima em fins de dezembro, a fim de que em janeiro fossem construídas as cercas. Com a chegada do ‘inverno’ – período chuvoso – o chefe de família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a semeadura. Esta era iniciada pelo feijão ‘ligeiro’¹⁸, pelo milho de ‘sete semanas’, o jerimum e a melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantios, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição da farinha que constituía com a caça do preá, sobretudo, o alimento cotidiano. Até agosto eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. Em

¹⁸ São algumas variedades de feijão precoce. Em Tejuçuoca são conhecidos o feijão “sacupara” e o “cabecinha”, cuja colheita ocorre, respectivamente, aos 40 e 60 dias após o plantio.

setembro começavam a desfazer a mandioca¹⁹, a realizar a 'farinhada'²⁰, trabalho em que contavam com a ajuda dos parentes e amigos, sendo a farinha guardada em sacos sobre jiraus²¹ existentes nas pequenas casas de taipa. (...).

A farinha devia ser consumida com parcimônia, pois dela dependia o sustento da família até abril, quando o roçado começava a dar o jerimum, a melancia e as primeiras vagens de feijão. A colheita e venda do algodão permitiam ao pobre trabalhador a aquisição de roupas e outros utensílios para a família” (Andrade, 1986, p.176).

Era este o modo de vida do sertanejo. O morador tinha o trabalho dividido em dias para o seu roçado e dias para o patrão. Quando arrendava a terra do seu roçado, o trabalho para o patrão era remunerado; quando não pagava renda pela terra do seu roçado, era obrigado a dar três dias de serviços gratuitos para o proprietário.

Esta é a realidade do sertão do passado e do presente. É a realidade de Tejuçuoca, onde é comum o pagamento da “renda” e dias de trabalho para o proprietário; é comum também o consórcio de milho e feijão e o cultivo de pequenas áreas com mandioca, arroz e jerimum para garantir o consumo da família. No inverno os roçados podem ser feitos na caatinga; em outras épocas, porém, só os brejos e as vazantes dos rios e açudes permitem o cultivo. Os cercados de arame farpado ou de madeira são a forma de proteção contra a invasão de animais que buscam o alimento na lavoura. Para o trabalho na roça são utilizadas a enxada, o machado e a foice, pois não são comuns no Município o arado, o trator, a colheitadeira e os herbicidas, inseticidas e adubos químicos,

¹⁹A mandioca é transformada em farinha em “casas de farinha” movidas a tração humana ou a motor elétrico. Da mandioca ainda é extraído o amido, denominado de “goma” na região, e utilizado na produção de alimentos típicos regionais como o “beiju”, a “tapioca” e o “grude”.

²⁰ Esta cooperação da farinhada é comumente chamada de ‘ajutório’ (Andrade, 1986).

²¹ Jirau, termo de origem Tupi, que significa estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão, usado para guardar panelas, pratos, legumes, mantimentos etc (Ferreira, 1995).

que na década de 1960 invadiram os campos de regiões como o Sul e o Sudeste do país.

3 A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SERTÃO NORDESTINO

3.1 Da ação emergencial à promoção da modernização

A ação do Estado no Nordeste se iniciou em 1877, em decorrência de uma grande seca na Região. A preocupação imediata foi amenizar os problemas do flagelo provocado pela seca, porém, resumindo-se a “arranjos” e fórmulas improvisadas. Essa ação emergencial e assistencialista passa a ser a regra geral no interior das políticas públicas para a Região até a década de 1940.

Os estudos iniciais realizados durante esse período sobre a problemática das secas apontavam para a necessidade de construir açudes, barragens e estradas, o que levou o Estado a investir em tais empreendimentos, porém, de forma assistemática. A continuidade das obras sempre esteve na dependência da disponibilidade de recursos e do empenho de políticos da Região²². O primeiro açude (no município de Quixadá-CE), cuja construção iniciou-se em 1884, após várias interrupções foi concluído em 1906, mais de vinte anos depois.

Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão federal responsável pela inspeção das obras em andamento. No ano de 1919 a IOCS foi transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), cuja missão era o planejamento e execução de obras públicas, ao mesmo tempo em que realizaria estudos e pesquisas considerados indispensáveis para dar suporte ao planejamento.

²²Segundo pesquisa realizada por Pinto (1977), a liberação de verbas para o Nordeste sempre foi dependente de dois fatores: a ocorrência de seca e a permanência de nordestinos na esfera do poder federal.

Foi a partir da existência da IFOCS que o Estado adotou uma ação mais sistematizada. Porém, tratava-se de política predominantemente hídrica, voltada para a construção de açudes e barragens de grande porte, sem a preocupação de desenvolver uma política de caráter social que visasse fazer com que a população da área se beneficiasse da obra pública em que eram investidos milhões de dólares. “*Os grandes proprietários eram os verdadeiros beneficiários da ação do governo*”. Ainda assim, a IFOCS não conseguiu exercer plenamente as atribuições previstas pelo decreto de sua criação²³, devido a duas questões cruciais: excesso de burocratização e escassez de recursos²⁴.

Em 1915 ocorreu outra grande seca e, logo em seguida, nos anos de 1919 a 1920, uma outra, levando o Estado a preocupar-se novamente em destinar verbas para construção de obras públicas. Foi então criado o Fundo Especial para Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste²⁵ e, a partir daí, a IFOCS construiu diversos açudes, barragens, estradas e portos. O referido Fundo foi extinto em 1923, os recursos destinados à IFOCS reduzidos novamente e as obras paralisadas.

No ano de 1931, quando a IFOCS foi submetida a uma reforma estatutária, passou a acumular novas funções, agora voltando sua preocupação também para a questão agrônômica²⁶, atrelando-a à questão de engenharia, até então colocada como única solução viável para a problemática da seca.

²³Conforme Pinto (1977), o Decreto de criação da IFOCS previa, dentre outras, as seguintes atribuições: estabelecimento de estações meteorológicas e levantamentos geológicos e botânicos.

²⁴Em 1914 as verbas destinadas à IFOCS não chegam a 1/3 das cotas consignadas para 1912 e 1913. Esse problema está relacionado com a queda do preço do café e com o fim do *boom* da borracha (Pinto, op. cit.).

²⁵O Fundo recolhia 2% da receita anual da União, afora outros recursos, com o intuito de prover a IFOCS dos recursos necessários às obras programadas (Pinto, op. cit.).

²⁶São criados os “Postos Agrícolas” e o “Serviço Agro-Industrial”, incluindo atividades relacionadas com a piscicultura, o reflorestamento, a pesquisa agrícola e a extensão rural (Pinto, op. cit.).

Porém, a seca continuou sendo o fator de grande importância para que verbas fossem destinadas às obras públicas do Nordeste, pois foi a partir da ocorrência de seca por três anos consecutivos (1930, 1931 e 1932), que o governo decidiu destinar à IFOCS, em 1932, novas verbas, desta feita, 10% da receita federal.

A obsessão pelas obras de engenharia foi responsável pela conotação negativa que o termo “Nordeste” adquiriu a partir desse período. Gilberto Freyre, em seu clássico “Nordeste”, publicado naquele momento (1937), define bem esta realidade, iniciando o primeiro capítulo dando conta do seu significado: “A palavra ‘nordeste’ é hoje desfigurada pela expressão ‘obras do Nordeste’ que quer dizer: ‘obras contra as secas’. E quase não sugere senão as secas” (Freyre, 1989, p.41).

O Polígono das Secas surgiu em 1936, quando o Estado fixou limites para aplicação de um fundo constitucional criado na Constituição de 1934²⁷.

Em 1945 a IFOCS recebeu novo nome, passando à denominação de DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), órgão existente até hoje (1999), cuja função ainda é muito dirigida para “obras de engenharia de irrigação”.

Foi no início da década de 1950 que o governo iniciou uma “política de modernização do Sertão”, criando a Superintendência do Vale do São Francisco, mais tarde transformada em CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Na mesma década (1952) foi criado o Banco do Nordeste, cuja missão é “desenvolver o crédito e modernizar a agricultura e a indústria”.

²⁷Referido Fundo era composto por 4% da receita tributária e se destinava ao combate dos efeitos das secas. Entretanto, teve pouca duração. Foi excluído na Constituição de 1937 (Pinto, op. cit.).

A mensagem de encaminhamento do Projeto de criação do Banco do Nordeste²⁸ expressa a intenção de “*superação dos métodos tradicionais*” como forma de integrar a Região na “*economia moderna*” e na “*boa aplicação de recursos, de modo a atingir realmente os seus objetivos econômico-sociais*” (Barbosa, 1979, p.175).

No final da mesma década, em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a partir de recomendação do GTDN²⁹, cuja proposta tinha o sentido de modificar a estrutura da Região. Visando coordenar a aplicação de verbas públicas no Nordeste, a SUDENE mobilizou o seu corpo técnico para a realização de estudo demorado e criterioso para levantamento das possibilidades e necessidades regionais (Andrade, 1986). O resultado do estudo apontava para a necessidade de intensificar os investimentos industriais, transformar a estrutura agrária da zona úmida litorânea, transformar progressivamente a economia das zonas semi-áridas e o “*deslocamento da fronteira agrícola*” (Pinto, 1977).

No entender de Andrade (1986), o Plano Diretor da SUDENE apresentava uma série de propostas que contribuiriam para a melhoria de vida das populações rurais, sem, no entanto, oferecer medidas diretas que permitissem atingir esse objetivo no curto prazo³⁰. Em sua análise, o autor considera que a SUDENE desprezou, até certo ponto, os técnicos que já trabalhavam há alguns anos na Região e, por isto, a conheciam razoavelmente. Não se preocupou com o ser humano, cujos problemas deveriam ter prioridade sobre outros, tais como a siderurgia e a industrialização.

²⁸ Mensagem nº 363 de 23 de outubro de 1951, através da qual o Poder Executivo propõe ao Congresso Nacional a criação do Banco do Nordeste (Barbosa, 1979).

²⁹ GTDN: Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

³⁰ Fazia parte do Plano Diretor da SUDENE: expansão da fronteira agrícola, com a comercialização dos gêneros alimentícios através da reorganização da rede de armazéns e silos, com a industrialização, com a racional exploração dos recursos minerais, com a melhoria do sistema de transportes e comunicação, com a saúde pública e com a educação de base.

Observa-se que as agências concebidas a partir dos anos 1950 têm a missão de provocar transformações estruturais a partir de *“medidas que promovam a modernização e elevação da produtividade”* mas, ainda assim, ao longo de sua atuação, o discurso continuará centrado na *“preocupação com a questão climática”*.

O Banco do Nordeste e a SUDENE passaram a ser os principais agentes implementadores das políticas para a Região. Um ou outro é sempre o responsável pela administração de programas tais como: PIN (1970), Proterra (1971), Polonordeste (1974), Sertanejo (1976), Prohidro (1979) (Miranda, 1991), todos com concepção modernizadora da atividade agropecuária.

O Polonordeste foi um dos mais ambiciosos programas criados na década de 1970. Sua filosofia era implementada através dos PDRI (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado), visava *“uma mudança nas condições e qualidade de vida dos seus beneficiários, os pequenos produtores”* e era direcionado para a solução dos problemas de produção e infra-estrutura física e social. Atingiu grande número de pessoas. Entretanto, seu desempenho não foi satisfatório em termos de mudanças na estrutura das relações sociais de produção e da posse e uso da terra, se consideradas as principais necessidades e reivindicações do público-alvo (Chaloult, 1985, p.71).

Mas a ênfase no processo de modernização da agricultura foi maior no início da década de 1980, quando foi dada prioridade à irrigação no semi-árido nordestino. Nesse período foram criados: o Provárzeas em 1981, o Profir em 1982 e o Proine em 1986. Ainda na mesma década foram criados o Projeto Nordeste (1984), o Projeto São Vicente (1986) e o Programa Padre Cícero (1987). Outros programas de menor vulto foram criados neste período, além dos projetos de perenização de rios, todos objetivando a modernização agrícola, visando aumento da produção e produtividade das atividades. Porém, os benefícios para as populações rurais são poucos, ou porque os recursos se

concentram nas médias e grandes propriedades, ou porque as propostas não são condizentes com a realidade dos pequenos agricultores. As diversas avaliações existentes apontam para essa realidade (Assirati, 1994).

Pode-se citar o exemplo do Projeto Nordeste. Criado em 1984, o Projeto Nordeste previa um leque de atuação bastante amplo, visando ao fortalecimento da média e pequena propriedades, resumiu-se ao PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor). O PAPP tinha o objetivo de erradicar a pobreza absoluta por meio do aumento da produção e produtividade dos "pequenos produtores", utilizando a estratégia básica de desenvolvimento rural integrado. Sua ação, porém, acabou restrita à agricultura.

A crítica de movimentos sindicais e de trabalhadores rurais, por ocasião do seu lançamento, era de que a elaboração do PAPP teria ocorrido de forma autoritária, nos gabinetes da SUDENE e em Brasília, sem participação representativa dos beneficiários, razão pela qual as propostas de melhoria na produtividade dos sistemas produtivos não surtiram efeito junto aos pequenos produtores (Miranda, 1991). Em sua avaliação, Miranda (1991, p.27) afirma que o "pequeno produtor" permanece *"dentro de rotinas de produção com baixa produtividade"*. Ainda segundo o mesmo autor, *"... nos projetos de assentamento, há situações em que o nível de pobreza permanece o mesmo de antes da ação fundiária..."*.

Um outro exemplo a ser citado é o caso dos projetos de irrigação no semi-árido que apresentam vários problemas, como os seguintes, apontados por Assirati (1994): 1) sub-aproveitamento ou impossibilidade de exploração da área total dotada de infra-estrutura de irrigação, devido à inadequação no planejamento e perda de área por salinização; 2) sobreestimação dos esquemas de uso do solo por ocasião do planejamento; 3) superestimação das produtividades; 4) desconsideração freqüente dos fatores que condicionam o uso de alternativas tecnológicas.

Ainda com relação à prática da irrigação, Assirati (1994, p.555) afirma que “... *persistem os fatores que condicionam a adoção generalizada de tecnologias mais atrasadas ou menos dependentes de capital. (...) A produção e produtividade dos projetos públicos têm seguido direção muito diversa do proposto no papel*”.

O autor observa em seu estudo que se destacam nos projetos públicos de irrigação, mesmo contradizendo as propostas, as culturas ditas tradicionais como milho, feijão, algodão e arroz³¹. E considera: “... *é de fato estranho que se pretenda impor, a um público sem tradição, pobre, remanescente de um processo migratório muito seletivo, critérios de desempenho produtivo tão exigentes e que devem ser satisfeitos no curto prazo*” (Assirati, 1994, p.556).

Existem outros programas que, como estes, “*fracassaram do ponto de vista da proposta de modernização*”. Porém, não é objetivo deste trabalho descrevê-los ou analisá-los.

Não se pode negar, contudo, que o Nordeste experimentou um crescimento razoável nos últimos 35 anos, alcançando índices de desempenho econômico que têm acompanhado e muitas vezes até superado os níveis alcançados pelo Brasil como um todo. Entretanto, a adoção de mecanismos lineares para a promoção do desenvolvimento regional produziu uma ruptura entre a qualidade de vida e o desempenho da economia, contribuindo para a exclusão de grande parte da população, principalmente na zona rural (Castro e Santana, 1989).

Inúmeros estudos comprovam que importante parcela da população permanece marginalizada do processo de desenvolvimento. Documento assinado conjuntamente pelos governadores do Ceará e Rio Grande do Norte no final de 1989 é revelador desta realidade:

³¹ A proposta do PPI (Programa Plurianual de Irrigação), publicada em 1971 pelo GEIDA (Grupo executivo de irrigação para o desenvolvimento agrícola) definia que os investimentos deveriam ser prioritariamente em atividades de alto valor (hortigranjeiros).

“Após um século de medidas voltadas para combater os efeitos das secas e quatro décadas de políticas desenvolvimentistas, o Nordeste permanece subdesenvolvido (...) O que houve de errado nas políticas de desenvolvimento do Nordeste? (...) Por que nós, nordestinos, permitimos que a situação de pobreza da região chegasse a níveis tão graves?” (Melo e Jereissati, citados por Gomes, 1993).

De acordo com o “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil” divulgado pela ONU em 1996, 46% da população nordestina é composta de pobres. E mais, entre a população rural da Região, 49% possui renda per capita inferior à linha de pobreza; na zona urbana este índice gira em torno de 44% (PNUD-IPEA, 1996).

3.2 Ação do Banco do Nordeste

Este item faz uma revisão sucinta da ação do Banco do Nordeste na Região. A finalidade é fornecer subsídios ao leitor para a compreensão da leitura dos próximos capítulos (4 e 5), que são dedicados ao estudo de uma política específica elaborada e executada por esta Instituição.

O Banco do Nordeste foi criado pela Lei nº 1649, de 19 de julho de 1952. Suas atividades se iniciaram dois anos depois (1954), tendo como primeiro presidente o baiano Rômulo Almeida. É uma sociedade de economia mista, órgão auxiliar do Governo Federal (seu principal acionista) na execução dos planos de desenvolvimento do Nordeste. Sua sede localiza-se, desde então, na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

O Banco do Nordeste, por ocasião da sua criação, recebeu a missão de modernizar e transformar a estrutura regional. Hoje, suas funções são melhor explicitadas, através da responsabilidade de *“impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do*

suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região” (Banco do Nordeste, 1998).

Segundo Almeida (1986), a idéia de criação do Banco do Nordeste surgiu da elaboração de um documento sobre o “Programa de Combate às Secas”, no qual se mostrava a necessidade de pensar em soluções econômicas, sociais e agrônômicas e não meramente de engenharia, como vinha sendo praticado até então. A partir de tal documento, surgiu a idéia da estruturação de uma agência financeira. Um anteprojeto foi elaborado e entregue ao Presidente da República, Getúlio Vargas, que sugeriu uma reformulação, a qual imprimiu-lhe a feição de banco de desenvolvimento.

Assim, a Lei que criou o Banco do Nordeste lhe concedeu atribuições múltiplas, tais como: *“fomentar atividades reprodutivas, predominantemente no setor privado, mediante a concessão de créditos a prazos curto, médio e longo”*, sempre buscando o desenvolvimento da Região (Barbosa, 1979, p.179). Foi atribuída também ao Banco do Nordeste a tarefa de realizar estudos e pesquisas sobre a economia regional, através do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), criado por determinação do art. 18, parágrafo único, da Lei 1.649 (Barbosa, 1979).

Em uma palestra, o segundo presidente do Banco, Raul Barbosa, ressaltou que a grande preocupação dos seus dirigentes, no início, foi com a qualificação dos recursos humanos, naquela ocasião considerada condição necessária para que a Instituição viesse a se tornar *“um centro capaz de colaborar na formação de uma mentalidade empresarial e no processo geral do desenvolvimento”* (Barbosa, 1979, p.182).

Nesse contexto a Instituição passa a funcionar como um dos principais instrumentos para impulsionar a economia regional, contribuindo de forma decisiva para a elevação dos índices de crescimento econômico. No caso específico de sua ação, mudanças vêm sendo estabelecidas desde o início da

década de 1990, com a constatação de que as políticas em benefício do campesinato têm proporcionado resultados frustrantes em relação a uma forma de crescimento que estabeleça padrões de produção com equidade social. Gondim, Souza e Costa (1991)³² reconhecem que o problema pode ser devido à falta de uma estratégia de desenvolvimento adequada para aquele público, tendo em vista que a atuação do Banco até então tem se restringido às variáveis relacionadas diretamente com a produção (crédito, assistência técnica, fornecimento de insumos, comercialização etc), não tendo sido complementada com outras ações governamentais de bem-estar das populações envolvidas nem inserida num plano de desenvolvimento rural mais amplo.

O documento sugere, então, que sejam previstas ações de capacitação nos programas destinados a apoiar os “pequenos produtores” da Região. A partir desse período a Instituição volta sua preocupação para a qualificação também do seu cliente externo, o “agente produtivo” da Região.

Em 1993 são iniciadas ações de capacitação técnica de “pequenos produtores” e suas organizações associativas, evoluindo para a execução do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local - PADL”, em 1996, cuja base também é a capacitação.

3.2.1 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL)

As comunidades rurais de Tejuçuoca ficaram bastante movimentadas a partir de 1996 “*quando apareceram os técnicos do PNUD*”³³. Primeiro foi feita uma grande reunião na sede do Município, ocasião em que, além da

³² Trata-se de documento em que técnicos do Banco do Nordeste propõem uma “estratégia de apoio ao pequeno produtor rural nordestino”.

³³ Muitos camponeses manifestaram sua esperança e seu entusiasmo na fala “Agora (o Nordeste) vai” referindo-se ao Nordeste e ao município de Tejuçuoca e, ao mesmo tempo, à comunidade. Esta perspectiva era também a do Programa e foi assumida como título desta pesquisa.

representação de diversas instituições, compareceu também um grande número de camponeses³⁴. Era a *“primeira reunião de sensibilização para um processo de capacitação que seria iniciado”*, parte de um programa de apoio ao desenvolvimento local. Esse processo durou um ano e conseguiu *“segurar a presença”* de boa parte do pessoal nos “laboratórios” realizados. Era o que o pessoal do PNUD denominava de Fase AMB (Aplicação da Metodologia Básica).

O trabalho em Tejuçuoca tomou corpo quando o Banco do Nordeste firmou um convênio com o PNUD. A idéia da parceria entre essas instituições já vinha amadurecendo desde 1993. Tratava-se de capacitar sócios e dirigentes de associações e cooperativas clientes do Banco. O trabalho foi então estendido para o município a partir de 1996, utilizando a mesma metodologia de capacitação, a GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial).

Para escolha dos municípios foram levados em conta o grau de pobreza da população, a carência de infra-estrutura local e a localização no semi-árido nordestino. Na ocasião, outros dois municípios pernambucanos receberam o mesmo tratamento, *“e a coisa tem crescido de lá para cá”*. No final do ano de 1998 o trabalho já abrangia 20 municípios.

No caso específico de Tejuçuoca, houve articulação entre o Banco do Nordeste, o governo do Estado (Secretarias de Estado), o DNOCS, o INCRA, duas Universidades (UFC e UECE), a EMATER-CE e a prefeitura municipal. O resultado foi a formação de uma equipe interinstitucional, com técnicos de formação distintas, disponibilizados por essas instituições, passando a trabalhar no “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local” de Tejuçuoca.

Os técnicos passaram por um treinamento sobre a metodologia de capacitação a ser utilizada. *“Alguns desistiram pelo meio do caminho e outros gostaram da experiência e assumiram o trabalho com paixão”*. Assim, somente

³⁴ Compareceram representantes de algumas Secretarias de Estado, do DNOCS, do INCRA, de duas Universidades (UFC e UECE), da EMATER-CE e da prefeitura municipal (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1996).

aqueles que realmente se sentiram afinados com a proposta permaneceram no processo, comprometendo-se com o seu andamento. Estes técnicos permaneceram no processo durante um ano, período previsto para a aplicação da fase AMB³⁵.

O trabalho, que se iniciou em maio de 1996, cobria as 25 comunidades rurais do Município, tendo como campo de atuação as associações existentes em cada uma delas, num total de trinta e uma, abrangendo cerca de 1200 famílias. Apenas quatro associações ficaram de fora, por serem de cunho beneficente.

A verdade é que o número de associações comunitárias cresceu em todo o Ceará de forma fantástica nos últimos anos, com estímulo do governo do Estado, através do “Projeto São José”. Foi este Programa que influenciou o surgimento das diversas associações comunitárias também em Tejuçuoca. As exceções são a Associação da comunidade de Laura, cuja origem é anterior, por ocasião da implantação do assentamento resultante da reforma agrária ali realizada e a Associação da Comunidade de Água Boa, criada posteriormente por estímulo do próprio PADL.

Mediante financiamentos não reembolsáveis, o “Projeto São José” se destina a apoiar investimentos e empreendimentos de comunidades carentes, através de suas organizações comunitárias locais. Os recursos são provenientes do governo estadual e do Banco Mundial, com a contrapartida da comunidade em torno de 10%, com a utilização da sua mão-de-obra (SEPLAN-CE, 1996).

A chegada dos técnicos do governo para incentivar a criação de associações significava que *“de agora em diante esta era a forma de se conseguir os benefícios para as comunidades”*. Um camponês lembra o que ouviu da agente que esteve em sua comunidade fazendo este trabalho:

“Ela passou a dizer pra nós que realmente a coisa tava andando já de outra maneira do que era antes. Ela disse: ‘Olha,

³⁵ Durante esse período permaneceram no grupo 16 técnicos de 9 instituições públicas.

gente, eu tou aqui pra fazer este livro de ata pra vocês e formar a associação de vocês, porque tá tendo uma norma aí agora, uma mudança, que a gente só consegue algumas coisas através de uma associação. O povo tando unido'. Ela disse desse jeito: 'Se o povo se unir e formar um grupo de pessoas e acreditar na coisa mermo, e tiver reunião, tiver algumas coisas, tiver organização dentro da associação, vocês conseguem muitas coisas'. Aí, bem. Aí ela disse isso" (CA).

A associação é uma organização de importância estratégica para as políticas do governo, uma forma de legitimar programas de assistência junto aos camponeses. Daí a proliferação deste tipo de organização em todo o estado do Ceará nos últimos anos. Porém, esta forma assistencialista de atuação, procurando atingir “comunidades carentes” com ações limitadas a alguns aspectos das atividades econômicas, no entender de Ribeiro (1994), compromete a “capacidade de tomar iniciativa para qualquer atividade”, com tendência a ter tempo de vida limitado pelo tempo de existência de recursos.

De acordo com o conteúdo de documentos e relatórios, o programa da ação em Tejuçuoca segue as recomendações de Polán Lacki (1996, p.15)³⁶, segundo o qual:

“Os países da América Latina necessitam que todos os seus agricultores pratiquem uma agricultura rentável e competitiva, não só por imperativos de justiça social, mas também porque a agricultura, em sua globalidade, tem potencialidades para oferecer uma contribuição muito mais significativa à solução dos grandes problemas nacionais”.

³⁶Para aprofundamento na leitura das idéias de Lacki: **Buscando soluções para a crise da agricultura: no guichê do banco ou no banco da escola?** Santiago: FAO, 1995. 32p; **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor.** Fortaleza: Banco do Nordeste/FAO, 1996. 180p; **Rentabilidade na agricultura: com mais subsídios ou com mais profissionalismo?** Santiago: FAO, 1996a. 11p.

Em seguida, o autor coloca que não há possibilidades de contribuição para a solução desses problemas nacionais se os agricultores continuarem praticando uma agricultura “*arcaica e rudimentar*” e com diversas distorções e ineficiências nas áreas de produção, gestão, comercialização de insumos e produtos. Segundo ele, estas são as principais causas do subdesenvolvimento do meio rural e dos países da América Latina.

Em outras palavras, os agricultores precisam eliminar estas ineficiências e distorções na sua prática agrícola para que se tornem competitivos e sua produção rentável. E isso só é possível a partir do momento em que tiverem acesso a inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais em todos os elos da cadeia agroalimentar, ou seja, no acesso a insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes. Portanto, têm de se transformar em eficientes empresários, pois “*a agricultura é uma atividade econômica e, como tal, só poderá sustentar-se se for rentável. Para isso deverá ser encarada com visão empresarial*” (Lacki, 1996, p.24).

Este autor considera a existência de inúmeros problemas e dificuldades em torno dos pequenos agricultores que classifica em duas categorias: problemas externos (que se originam fora das propriedades e comunidades, ou cuja solução não depende ou está fora do controle dos agricultores) e problemas internos (que se originam dentro das propriedades e comunidades, e cuja solução está, ou poderia estar, ao alcance dos agricultores).

Enquadram-se entre os problemas externos: ausência de políticas agrícolas adequadas; políticas agrícolas definidas de forma centralizada e de cima para baixo; terra insuficiente, de má qualidade e localizada em áreas marginais ou sem os títulos de posse; acesso limitado aos recursos de capital; exclusão da maioria dos serviços de apoio e assistência técnica; crédito escasso e burocratizado; tecnologias inadequadas; relação insumo/produto desfavorável;

limitada expansão do mercado devido ao baixo poder aquisitivo da maioria dos consumidores urbanos; dificuldade na exportação devido às restrições, subsídios e protecionismo impostos pelos países desenvolvidos; estímulo à importação e desestímulo à exportação de produtos agrícolas devido à contínua valorização da moeda nacional; transferência dos recursos do setor rural agrícola para o setor urbano industrial.

Como problemas internos são citados: 1) falta de oferta de oportunidades para que os agricultores desenvolvam o seu potencial humano e elevem sua autoconfiança e o desejo de superação; 2) falta de capacitação dos agricultores para identificar as causas internas que dão origem a seus problemas; 3) falta de treinamento dos agricultores para: administrar as suas propriedades com eficiência; utilizar plena e racionalmente os recursos mais abundantes, economizando os mais escassos; introduzir corretamente tecnologias apropriadas e menos dependentes de insumos externos; aumentar rendimentos por superfície e por animal; produzir maiores e melhores excedentes para o mercado; agregar valor aos produtos e reduzir custos unitários de produção; 4) falta de organização dos agricultores para adquirir os insumos e outros fatores de produção e para comercializar os excedentes em condições favoráveis.

E qual é a saída para os governos, já que precisam urgentemente aumentar a produção, a produtividade e a renda agrícola de todos os agricultores, abastecer de alimentos os centros urbanos e gerar excedentes agrícolas de boa qualidade e a custos baixos e oferecer oportunidades de modernização para todos os agricultores?

O modelo de desenvolvimento sugerido por Lacki (1996) supõe a necessidade de oferecer aos agricultores tecnologias apropriadas, capacitação e organização para que passem a utilizar integral e racionalmente recursos próprios e apliquem corretamente tecnologias compatíveis (com tais recursos).

O autor considera que, por falta destes elementos, os agricultores *“gastam desnecessariamente mais do que deveriam gastar e produzem menos do que poderiam produzir”*. Portanto, *“antes de oferecer-lhes os recursos adicionais é necessário capacitá-los para que utilizem integral e racionalmente os recursos que já possuem”* (Lacki, 1996, p.38).

Por isso, o modelo a ser empregado tem que ser *“endógeno e autogestionário”*, ou seja, tem que iniciar pela busca de soluções dos problemas internos às propriedades. Porém, este processo não deve ocorrer de forma paternalista, dependente de crédito, subsídios ou protecionismo. Esta é a *“fórmula”* para que os agricultores sejam eficientes.

3.2.1.1 Capacitação

O mesmo autor considera ainda que o desenvolvimento das famílias rurais deve ser promovido por elas próprias. Porém, segundo ele os agricultores são passivos, conformistas, fatalistas, sem autoconfiança e não se dão conta de que eles mesmos são capazes de solucionar os seus próprios problemas. No seu entender, portanto, para que ocorra o desenvolvimento, é necessária uma mudança de comportamento e dos valores atuais dos agricultores. Sua proposta é:

“dotar os agricultores de conhecimentos, habilidades, destrezas e atitudes para que eles mesmos queiram, saibam e possam protagonizar a solução dos seus próprios problemas...” (Lacki, 1996, p. 21).

O processo de capacitação dos agricultores tem, então, o propósito de: a) liberar o seu potencial de desenvolvimento; b) ampliar os seus conhecimentos, habilidades e destrezas para dotar-lhes de condições de introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais em todos os elos da cadeia agroalimentar; c) conferir a capacidade de transformar realidades adversas e

protagonizar a solução dos seus próprios problemas; d) elevar a produtividade da mão-de-obra familiar.

3.2.1.2 Organização

Lacki considera importante o estímulo a formas de organização dos agricultores para que criem seus próprios mecanismos de recepção (de fora) e de prestação (para dentro) de serviços. A organização, no entender do autor, tem as seguintes funções: a) aquisição de insumos a preços mais baixos; b) possibilidade de investimento em conjunto, redução dos custos e uso em comum de bens que não justificam realização de forma individual; c) processamento e incorporação de valor agregado à produção em pequenas unidades agroindustriais comunitárias; d) comercialização dos produtos para reduzir os elos das cadeias de intermediação e obter melhores preços de venda; e) constituição de outros serviços com o fim de oferecê-los aos associados.

O autor propõe uma organização de tamanho pequeno, homogênea nos interesses do grupo, criada a partir das bases, com a participação de todos os sócios e, portanto, sem autoritarismo. Mas não descarta o estímulo externo para que ela se forme a partir de um trabalho de sensibilização sobre as vantagens que possui.

3.2.1.3 Tecnologias apropriadas

O autor sugere a geração de tecnologias menos exigentes em insumos, energia e capital e mais intensivas em mão-de-obra que: a) tenham a capacidade de substituir ao máximo o capital por trabalho; b) sejam de baixo custo e independentes de insumos externos, enfatizando fatores de baixo custo que produzam grande impacto no rendimento; c) permitam aos agricultores se

tornarem menos dependentes dos fatores de alto custo; d) priorizem a eliminação das causas ao invés de corrigir os efeitos; e) utilizem equipamentos mais simples e de menor tamanho para que sejam adaptados à escala de produção; f) sejam vantajosas e eficazes na solução dos problemas produtivos e econômicos dos agricultores.

3.2.2 Implementação do PADL

3.2.2.1 Primeira fase: aplicação da metodologia básica (Fase AMB)

A existência de associações nas comunidades rurais de Tejuçuoca foi fundamental para a decisão de optar pelo Município para implantar o PADL. É que todo o trabalho do PNUD é apoiado na organização comunitária conforme sugerido por Lacki (1996) e, neste caso, aproveitou a estrutura existente. No entender dos técnicos do PNUD, *“as coisas só acontecem onde há investimento em organização e capacitação”*, ou seja, ambas têm que caminhar juntas: *“quando tem gente, com capacitação e organização, você pode transformar a realidade”*. A organização associada a um processo de capacitação é tida como meio de atingir vários objetivos e contribui para a melhoria da qualidade de vida dos sócios: *“a associação é uma forma de união, de caráter comunitário com poder de barganha no levantamento do crédito agrícola mais que o pequeno produtor individualmente”* (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1996). Consideram também que *“fica bem mais fácil trabalhar quando já existe organização”*. Além disso, *“a organização e a mobilização nas comunidades facilitam as parcerias, o envolvimento de outras instituições”* (TA).

Vencer os desafios foi a grande preocupação dos técnicos do PNUD em Tejuçuoca. Era *“preciso mudar a visão vigente dentro das associações, para torná-las fortes, com visão empresarial”*. Entendiam que era necessário: 1)

introduzir no interior das organizações novas perspectivas de produção e que “*elas pudessem descobrir outras alternativas que não estivessem voltadas apenas para a subsistência das famílias, mas também para o mercado*”; 2) “*era preciso tirar da cabeça do pessoal da comunidade a idéia de que o Estado tem que trazer todos os recursos para a comunidade, com linhas de financiamento a fundo perdido. Afinal de contas, o Estado não é o pai de todos*”; 3) estimular a “*participação de todos os sócios nas tomadas de decisões das associações, acabando com o modelo vigente*” em que os dirigentes, mais especificamente “*o presidente, é quem define tudo*”.

Durante o primeiro ano (Fase AMB), foram realizadas as “oficinas” ou “laboratórios” em que eram trabalhados conteúdos tais como: organização do trabalho (divisão social do trabalho, economia mercantil simples, valor da mercadoria); associativismo; comportamento dos agricultores nas organizações associativas: 1) explorando com maior intensidade o papel do líder dentro da Organização (os tipos de sentimento de cada associado em relação ao seu líder e vice-versa); 2) explorando os vícios internos e externos às organizações e os mecanismos para combatê-los (vigilância, crítica e reunião); papel da associação no processo produtivo; modelo de desenvolvimento; papel do Estado e das empresas privadas no contexto da globalização; conceito de participação; “*ser parte, fazer parte, ter parte*”; comercialização etc.

As discussões funcionavam como suporte para que os camponeses e associações realizassem o diagnóstico de sua realidade, sistematizassem suas demandas, a partir dos seguintes pontos: potencialidades, pontos de estrangulamento³⁷, oportunidades e ameaças³⁸, e posterior elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado. Durante essa fase foram escolhidos jovens no interior da comunidade, que foram treinados para atuar como agentes de

³⁷As potencialidades e os pontos de estrangulamento são os fatores que podem ser controlados pela comunidade.

³⁸As oportunidades e ameaças são os fatores que não podem ser controlados pela comunidade.

desenvolvimento (AD). Sua função principal era de articulação interna, acompanhamento das comunidades no preenchimento dos Cadernos da Propriedade e da Comunidade (na fase de elaboração do diagnóstico), uma espécie de preparação de futuros líderes das comunidades: *“Deve-se ter a visão de que estes jovens AD serão os líderes do futuro”*. Entretanto, este projeto não obteve êxito, pois a comunidade não aceitou o trabalho desses jovens. Considerou-se que *“a pouca credibilidade dos agentes de desenvolvimento junto aos produtores foi devida ao baixo grau de escolaridade, além de serem considerados muito jovens”*.

Mas os grandes desafios que o PNUD teria de enfrentar durante todo o processo eram o baixo nível de escolaridade, a concentração de terras e o que denominavam de *“visão imediatista dos produtores”*, que sempre mantinham a esperança de receber recursos a fundo perdido. Além desses, outros fatores foram considerados como obstáculos a serem ultrapassados durante o processo: carência de estradas vicinais para acesso à sede do Município e a falta de propostas técnicas visando ao desenvolvimento municipal sustentável.

Inúmeros foram os entraves surgidos no caminho. *“Às vezes as passadas iam para a frente, às vezes tudo ficava emperrado. Outras vezes se caminhava mesmo era para trás”*. Mas, mesmo assim, *“ao final de um ano cada uma das comunidades havia realizado o diagnóstico de sua realidade e elaborado um Plano de Desenvolvimento Integrado”* (TB).

3.2.2.2 Segunda fase: transferência de tecnologia específica (Fase TTE)

Concluída a Fase AMB, em que foram desenvolvidas as “jornadas”, os “laboratórios” e “ciclos de campo” nas 31 associações, teve início, em setembro de 1997, a segunda etapa do PADL em Tejuçuoca, com a aplicação da fase TTE (Fase de Transferência de Tecnologia), permanecendo até dezembro de 1998,

período a partir do qual cada comunidade deveria “*caminhar com as próprias pernas*”. Após o período em que foi aplicada a fase AMB, todos os técnicos envolvidos voltaram para as suas instituições, permanecendo no local somente o técnico do Banco do Nordeste (acumulando a função de agente de desenvolvimento) e o técnico da prefeitura, que passaram a ser os responsáveis diretos pela fase TTE.

O Programa prevê que na Fase TTE acontece a operacionalização de todas as demandas surgidas e trabalhadas no período da aplicação da Fase AMB. “*É um momento de articulações com as mais diversas instituições para que as coisas aconteçam*” (TA). Supõe que as demandas por tecnologias partem dos camponeses e associações e chegam aos técnicos, que passam a exercer o papel de articuladores com as demais instituições no sentido de viabilizar cursos, treinamentos, seminários, visitas técnicas etc.

Foi durante esta fase que, tendo em mente as orientações do Banco do Nordeste, o Programa realizou eventos para incentivo à especialização na atividade de ovinocaprinocultura³⁹. Os camponeses que tradicionalmente dão prioridade à criação de bovinos “*passaram por um processo de capacitação no sentido de perceberem que criar bovinos em Tejuçuoca é inviável: ao invés do gado manter a família, a família estava trabalhando para manter o gado*”(TA). A partir dessa compreensão os projetos de crédito são dirigidos para o investimento na ovinocaprinocultura⁴⁰.

³⁹Termo frequentemente utilizado nos documentos do Banco do Nordeste para designar a exploração econômica de duas atividades: ovinocultura (criação de animais ovinos) e caprinocultura (criação de animais caprinos).

⁴⁰Foi promovido um intercâmbio com o Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos da Embrapa, localizado em Sobral, para realização de curso sobre Manejo Sustentado da Caatinga, com noções de manejo pastoril da caatinga, através do seu enriquecimento com o raleamento e rebaixamento. Paralelamente, formalizou-se um convênio entre o Centro da Embrapa e a Prefeitura para a transferência de tecnologia para a “*ovino-caprinocultura*”. Outro projeto viabilizado na fase TTE diz respeito à mobilização para conseguir ocupação e fonte de renda para alguns camponeses. Foi criada uma parceria com a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará, que resultou na análise da viabilidade e sustentabilidade de algumas jazidas existentes no Município e a possibilidade de produção de telha, tijolo e exploração de cal. A partir daí surgiu a proposta de

3.3 Processo de capacitação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL)

O processo de capacitação no PADL em Tejuçuoca, que utilizou a Metodologia GESPAR⁴¹, era baseado na reflexão, no comprometimento, na instrumentalização e na prática (*"é preciso mudar a prática atual do camponês para uma nova prática"*). O processo foi dividido em fases denominadas de: FAC: Fase de Mobilização das Comunidades; FCM: Fase de Capacitação Massiva; FCE: Fase de Capacitação Empresarial; FA: Fase de Acompanhamento. Foram realizadas oficinas de apoio à gestão, produção e comercialização, cursos, seminários, treinamentos e monitoração (Goni, 1995).

O Programa seguia os seguintes princípios básicos (Williamson, citado por Zapata, 1997, p.17): é um processo dialógico, formativo e participativo; exige interação entre teoria e prática, sendo a realidade o ponto de partida; é um processo cooperativo; é instrumental: busca o desenvolvimento econômico e organizacional; é processual: o conhecimento se constrói sobre a experiência acumulada; contempla criatividade; deve ter visão de totalidade; contempla espírito de criticidade.

construção de casas populares em mutirão, com duas funções simultâneas: atendimento da demanda por moradia e criação de postos de trabalho para as comunidades que não conseguem explorar a agricultura devido à estiagem. No momento da pesquisa (julho/98), 180 homens estavam sendo remunerados para produzir telha, tijolo, pedra e cal destinados à construção de casas populares para as comunidades, dispostos da seguinte forma: produção de tijolos: 6 unidades de serviço ocupando 10 homens por unidade; produção de telha: 4 unidades de serviço ocupando 10 homens por unidade; produção de pedra: 2 unidades de serviço ocupando 30 homens por unidade; produção de cal: 1 unidade de serviço ocupando 20 homens.

Até aquela data haviam sido construídas 120 casas populares, em regime de mutirão. A mão-de-obra era qualificada a partir de cursos ministrados pela Fundação da Ação Social do Estado do Ceará (FAS) nas localidades em que estavam sendo construídas as unidades habitacionais. Cada trabalhador envolvido no processo recebia uma bolsa de R\$ 50,00/mês.

⁴¹ Metodologia GESPAR é entendida dentro do Programa como sendo um trabalho desenvolvido através de ação integrada e sistemática de capacitação, com a preocupação de melhorar a gestão, a participação, com o desenvolvimento dos camponeses e de suas organizações associativas, a partir de uma visão empresarial (Banco do Nordeste, 1993).

Durante o processo de capacitação da Metodologia GESPAR são levados em conta quatro aspectos principais: 1) conhecimento da realidade; 2) viabilização das potencialidades de cada associação; 3) definição das potencialidades; 4) desenvolvimento dos empreendimentos empresariais.

A metodologia GESPAR, segundo Zapata⁴², “...busca desenvolver o caráter empresarial das organizações e o sentido de ‘pertencer’ dos sócios, instrumentalizando-os através do planejamento estratégico e da gestão participativa para que suas organizações tenham sustentabilidade no ambiente e assim contribuam para a melhoria da qualidade de vida das famílias”.

Para Zapata (1997, p.20), “Na aplicação da metodologia, o capacitador é um facilitador: ele facilita e instrumentaliza o produtor, o técnico, o dirigente que se capacitam para mudar sua própria prática. O capacitador é um educador, é um animador, que numa relação dialógica apóia o desenvolvimento das potencialidades do capacitando”.

No processo em que se busca envolver os produtores em todas as atividades, são realizados diagnósticos dos empreendimentos e, a partir deles, desenvolvidos planos integrados, nos quais estão inseridos projetos gerenciais e propostas de crédito (Banco do Nordeste, 1993).

Segundo Goni (1995, p.16), os "produtores" exercem um papel ativo, tornando-se responsáveis pelo diagnóstico da realidade e pela busca de soluções para os problemas detectados: o próprio indivíduo vai “*identificar e analisar os elementos relevantes no sistema para estabelecer um diagnóstico e abrir perspectivas de intervenção e mudança*”. A metodologia postula ainda que o envolvimento dos "produtores" nas atividades tem por base o entendimento da participação como sendo o ato de “*fazer parte, tomar parte, ter parte... Ser parte no planejamento, na organização, na direção, no controle*” (Goni, 1995, p.7). Isso implica na necessidade de o associado se envolver, apostar, intervir, assumir,

⁴² ZAPATA, Tânia. Apresentação. In: GONI (1995, p.05).

participar e se esforçar para que a associação siga em frente. Significa também que seus membros devem abandonar a mentalidade e comportamentos subordinados ou que não tenham perspectivas mínimas de autonomia. Em outras palavras, não é possível que associados, mesmo afirmando que vão participar autonomamente, fiquem esperando que as soluções saiam de decisões tomadas pelos dirigentes da associação. Daí a necessidade de que os associados assumam a sua posição de donos, de sujeitos do empreendimento e não de meros participantes, subordinados ou usuários.

Um outro aspecto importante abordado na capacitação é o espírito empresarial que deve existir na associação e nos associados:

“Ao mesmo tempo que se deseja que a associação funcione de forma plenamente participativa, é necessário que sejam implementados mecanismos de eficiência e de qualidade empresarial. (...) O produtor tem que ser eficiente. Não pode ser como no passado: produzir de qualquer jeito. Não. Tem que produzir com qualidade” (Zapata)⁴³.

A associação aparece como *“uma alternativa de viabilidade econômica e melhoria social”*. É tida como uma forma de organização *“necessária para superar problemas sociais, políticos e econômicos”* (Zapata, 1997, p.11).

⁴³Discurso proferido por Tânia Zapata no encontro de avaliação do PADL em Tejuçuoca, realizado em 16/07/98.

4 PRINCIPAIS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO

“É uma coisa que é muita preocupação deles, de explicar pra gente, é essa história de mercado. (...) Mas a nossa preocupação maior é produzir pra se manter. Ai, depois, da sobra é que a gente vai caçar uma renda, um mercado, pra se dispor daquilo ali. Agora, isso é se sobrar” (CA).

Este capítulo é dedicado ao estudo da realidade do grupo, que sugere a discussão de questões cujo aprofundamento é fundamental para que se conheça a origem e o significado das reais demandas dos camponeses de Tejuçuoca.

As questões ligadas às demandas sócio-econômicas são discutidas no capítulo 5.

O texto de ambos os capítulos é escrito a partir da análise e interpretação de informações colhidas na área de atuação do PADL, com o apoio teórico de alguns autores cujas obras se preocupam em desvendar as especificidades do campesinato⁴⁴.

4.1 Racionalidade camponesa

Conforme já exposto no capítulo 3, a concepção do trabalho em Tejuçuoca supõe que a base do desenvolvimento dos camponeses está na solução de problemas internos às propriedades. E a solução de tais problemas passa pela utilização racional dos recursos ali existentes, tornando a atividade rentável e competitiva. Leva em conta que a baixa renda dos camponeses é resultado das diversas distorções e ineficiências, conseqüência do

⁴⁴A fundamentação teórica deste estudo é orientada basicamente pela leitura de textos de Alexander Chayanov, Afrânio Raul Garcia Jr. e Eduardo Magalhães Ribeiro, além de outros autores que se preocupam em estudar a lógica do campesinato.

desconhecimento das vantagens do progresso, da tecnologia e da moderna administração rural.

Alguns autores, entretanto, discordam dessa concepção de racionalidade atribuída aos camponeses.

Schultz (1965), por exemplo, nos leva a entender que ninguém conhece e consegue organizar seu sistema melhor que o próprio lavrador, se forem mantidas as mesmas quantidades de trabalho, terra e capital.

Carrieri (1992) considera que a prática cotidiana do camponês o leva a tomar decisões baseadas tanto em seu bom senso e conhecimento empírico, quanto na visão global de seu meio. E isso o faz considerar todo um complexo de conseqüências, de acordo com os objetivos que pretende atingir. Significa que existe uma articulação lógica entre condições, meios e fins na estratégia por ele adotada.

A realidade é que a racionalidade camponesa difere daquela do ponto de vista empresarial. Se na primeira é feita uma avaliação qualitativa da reprodução, na segunda apenas o cálculo matemático é considerado (Jesus, 1993). Enquanto na primeira a produção está direcionada para “valores de uso”, na segunda é orientada para “valores de troca” (Alencar e Moura Filho, 1988).

Para o teórico russo Chayanov (1974), todas as ações dos camponeses ocorrem de acordo com planejamento e motivações que são próprios deles e não têm nada a ver com a forma como agem os gerentes das empresas agrícolas. O cerne da questão reside no fato de que o objetivo da sua atividade econômica é diferente do da empresa. O camponês visa em primeiro lugar assegurar a manutenção e a reprodução da família. Não quer dizer que ele não se preocupe com lucro, produtividade, custos etc, mas estes assuntos, de acordo com Ribeiro (1992), e o discurso do camponês, são secundários diante daquele objetivo maior:

“A nossa preocupação maior é produzir pra se manter. Ai, depois, da sobra é que a gente vai caçar uma renda, um mercado, pra se dispor daquilo ali. Agora, isso é se sobrar” (CA).

Por isso, é possível encontrar situações em que, mesmo sendo inviável do ponto de vista do capitalista, o camponês continuará produzindo (Chayanov, 1974; Garcia Jr., 1989).

Para Chayanov (1974), a essência da organização da unidade camponesa é o trabalho familiar. Assim sendo, o montante de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade na unidade camponesa são determinados pela composição e tamanho da família. Além disso, todo o esforço da mão-de-obra na unidade doméstica é dirigido para garantir o consumo mínimo da família. Portanto, é o nível de consumo doméstico que vai determinar o grau de autoexploração na unidade familiar. Sob este aspecto, a unidade camponesa difere completamente da empresa, pois ao contrário desta, cessa ou reduz a intensidade de força de trabalho quando satisfaz suas necessidades ou alcança o equilíbrio econômico (Chayanov, 1974).

Por tudo isso, é de se crer que dificilmente o camponês se tornará um empresário, pois, como afirma Ribeiro (1992, p.22), *“suas normas, cultura e hierarquias na organização da produção são outras, e não exatamente aquelas da empresa”*. Este autor considera que o mais importante para os camponeses *“é a sobrevivência, é a massa de produção retirada de um leque diversificado de atividades”* (Ribeiro, 1992, p.83). Por isso a produtividade agrícola é uma questão cuja preocupação é *“secundária ou terciária”*. Além disso, lembra o autor, quem garante que a elevada produtividade agrícola está automaticamente associada à elevada rentabilidade?

Assim, o transplante de conceitos de empresa, tais como produtividade e eficiência, não têm sentido se analisados a partir da dinâmica da produção

familiar, porque não permitem a compreensão desse tipo de organização (Alencar e Moura Filho, 1988).

Ao longo de sua história, o Brasil tem sido palco de diversas políticas cuja preocupação é levar ao camponês a racionalidade da empresa.

No capítulo 3 foi feita uma breve revisão sobre as políticas desenvolvidas no Nordeste, principalmente na década de 70. Durante aquele período, vários programas de desenvolvimento orientaram o trabalho para um camponês que supunham ser um pequeno empresário, cuja propriedade também supunham uma empresa. Visavam, sobretudo, transformar unidades de produção “atrasadas” em unidades capitalistas dotadas de tecnologias “modernas” (Moraes, 1991).

Também as questões relacionadas com a gestão recebiam um tratamento a partir de uma visão de empresa. A este respeito, Ribeiro (1992, p.81) considera:

“Não é possível promover o bem-estar da população, promover ações educativas e solidificar as organizações camponesas com a utilização das técnicas de gestão de empresas, ou com transplante de uma concepção colonizadora de organização e política ou com uma enorme incompreensão da cultura do sítio”.

É que o fato de não existir sistematização das ações de acordo com os “moldes cartesianos da ciência oficial”, não implica a inexistência de outros tipos e níveis de conhecimentos. O sistema de trabalho camponês, se visto a partir de dentro, aparece sistematizado. Só que de forma diferente daquela vista pela ciência oficial. A seu modo, as unidades domésticas dão conta de reproduzir física, social e culturalmente o campesinato (Brandão, 1986).

Por essas e outras, os programas passam e tudo continua igual no cerne da comunidade: “Baseando-se em suas práticas de eficiência comprovada,

X *avessos a aventuras perigosas, os camponeses continuam recebendo bem seus visitantes*” (Ribeiro, 1992, p.54). Assumem as propostas possíveis de adaptar, mas descartam aquelas que não estão de acordo com sua realidade (Brandão, 1986 e Grzybowski, 1991). Essa é uma questão também revelada na fala do camponês de Tejuçuoca:

“Quando eles trazem uma coisa que é o contrário do que nós acha que tá certo, aí nós num vamo nessa. Nunca entra. E nós fica é... Nós comenta. ‘É, esses caras são entendido e tudo, né? Mas deixa eles lá com o entendimento deles lá, que nós é que sabe resolver o nosso problema aqui’. É realmente isso que acontece” (CC).

No entender de Ribeiro (1992, p.53), este comportamento ocorre uma vez que a proposta que é levada aos camponeses *“desqualifica técnica e socialmente”* as suas práticas.

Aparentemente os lavradores não desprezam as propostas técnicas, havendo, publicamente até certa aceitação. Respeitam a solução técnica e consideram-na muito eficiente: *“A fala de aceitação pública é a confirmação de uma vitória de método, não a aceitação daquele método, ou da solução que foi proposta”* (Ribeiro, 1992, p.53). Por isso não a praticam⁴⁵.

“Tem coisas que aí num dá pra aceitar. Mas aí nós concorda, sabe, naquele momento. ‘Tá certo, tal...’. Porque se num disser que tá certo, eles vai e num fornece o crédito, num sabe? No causo: ele diz: ‘Rapaz, nós vamos fornecer este dinheiro e tal. Vocês vão ter este crédito, mas a coisa é assim, assado’. Ele diz lá. Aí nós: ‘tá certo!’. Quando é aqui, nós dribla e faz doutra maneira, e dá certo a coisa. No fim, tudo dá certo. E realmente é o que sobra pra pagar. Porque,

⁴⁵Em pesquisa realizada em Curiaú (Amapá), Moraes (1991, p.83) identificou a mesma realidade: *“enquanto a extensionista estava na comunidade tinha seus seguidores, faziam o que ela dizia, quando foi embora, ‘continuamos do nosso jeito’”*.

vamos supor: nós faz um empréstimo hoje, pra fazer uma cisterna, fazer um estábulo, fazer um aprisco pra criação, uma coisa assim. Se realmente nós faz mermo do jeito que eles pede mermo, aquilo ali vai gastar o dinheiro quase todo. Ai a gente tem que fazer uma curvazinha pra poder dar certo. Porque realmente, se for da maneira que eles quer, não sobra nada. E quer dizer que um estábulo, uma coisa, quem é que vai comprar pra gente pagar este empréstimo? Não tem nem condição. Num tem nem lógica” (CA)⁴⁶.

As falas dos camponeses revelam a preocupação em não desagradar os técnicos quanto à aprovação de suas propostas, ao mesmo tempo que expõem a real pretensão:

“Deu tudo certo. Agora, o que a gente quer é tirar um dinheirinho, que hoje na terra é o que melhora mesmo. É o que muda o sistema, é um dinheirinho. A gente tá achando que vai melhorar quando vier os projeto, né?” (CG).

Durante os “laboratórios” realizados em Tejuçuoca, as sugestões técnicas eram acatadas na presença dos mediadores, porém desqualificadas na ausência destes, conforme exposição de um dirigente de associação:

“Só o que eles mais queriam aqui era uma coisa que nem os técnicos queriam fazer: o negócio deles era os projetos. (...) Eu sabia que aquilo era pra fazer daquele jeito, pelo menos imitar aquilo ali. Mas aquilo lá, na hora que os técnicos fazia, eles diziam: ‘Ah!’ - Ficava tudo animado! - ‘Então era bom mermo daquele jeito!’. Ainda

⁴⁶Em outras palavras, se ele aplicar todo o recurso em uma atividade que não vai lhe dar um retorno imediato e sequer pode se desfazer para apurar o dinheiro para pagamento da parcela, está desorientado. Por isso não tem outro jeito: precisa poupar parte do recurso recebido para pagamento do empréstimo.

hoje são assim: na hora que o técnico sai, pronto! Não fazem mais: 'Não, aqui quem manda é nós. Ele disse que nós resolvesse, que quem mandava era nós, aqui é nosso e nós é quem sabe!' (...) E um dia os técnicos vieram aí, aí eu disse: 'É. Eu fico muito satisfeita, o trabalho muito bem feito, aí. Vontade de que tudo acontecesse do jeito que tá aí. Só que o pessoal não entende sempre. Enquanto tão aí, tão achando que tá bonitim, tão achando que é pra ser desse jeito. Mas na hora que vocês saem daqui desmantela tudo'"(DD).

Também deve ser levado em consideração o seguinte fato: para o camponês, não concordar prontamente com as mudanças, negando-se a realizar outras práticas, diferentes daquelas a que está habituado, tem o significado de preservar sua estratégia de sobrevivência. Estratégia essa assentada em uma racionalidade própria. Mudar as práticas pode significar perda de controle da unidade familiar e, principalmente, acréscimo de mão-de-obra não disponível (Moraes, 1991).

4.2 Estratégias de sobrevivência

Tejuçuoca é uma região de poucas propriedades. De acordo com dados fornecidos pelo INCRA (1999), os cerca de 41 mil hectares disponíveis no município são distribuídos entre 258 proprietários. Contudo, 26% possui área entre 1 e 50 hectares, ocupando apenas 4% da área total. O maior número de propriedades se encontra na faixa de 50 a 100 hectares de área (40%), ocupando cerca de 18% do total de terras disponíveis. Porém, o maior percentual de área de terras (77,56%) é distribuído entre 34% das propriedades, todas elas ocupando mais de 100 hectares cada (Quadro 1). A consequência é que Tejuçuoca, município cuja zona rural abriga cerca de 80% do total dos

habitantes, apresenta um grave quadro: a existência de inúmeras famílias sem terra disponível para exercer a atividade agrícola por conta própria.

QUADRO 1: Propriedades rurais do município de Tejuçuoca-CE, segundo a extensão, 1999.

Tamanho (hectares)	Propriedades		Área total (hectares)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Até 5	2	1,0	2,0	0,005
Mais de 5 até 10	7	3,0	57,5	0,115
Mais de 10 até 50	57	22,0	1.674,9	4,100
Mais de 50 até 100	104	40,0	7.499,7	18,220
Mais de 100	88	34,0	31.930,8	77,560
Total	258	100,0	41.164,9	100,000

Fonte: INCRA- Sistema Nacional de Cadastramento Rural (1999)

Em condições favoráveis de acesso à terra e de produção, a unidade doméstica camponesa costuma utilizar toda a sua força de trabalho na própria unidade. Mas existem situações em que a terra ou os meios de produção disponíveis não são suficientes para produzir o necessário para suprir as necessidades da unidade camponesa ou para a utilização total da força de trabalho da família. Nesses casos, o excedente de mão-de-obra se volta para outras atividades, buscando alcançar o equilíbrio econômico entre as necessidades da família que não são cobertas com os resultados do trabalho na unidade familiar (Chayanov, 1974 e Contreras, 1991)⁴⁷.

⁴⁷Garcia Jr. (1989), ao realizar estudo na década de 1970 em dois municípios do agreste paraibano (Areia e Remídio), observou a predisposição dos camponeses para trabalhar fora da unidade doméstica, à medida que os recursos obtidos nas atividades agrícolas dentro da unidade de produção são insuficientes para manter o consumo mínimo da família. Em pesquisa realizada no sul do estado de Minas Gerais, Jesus (1993) observou que a insuficiência de produção de alimentos devido à falta de terras disponíveis para a atividade agrícola na unidade doméstica levou o camponês a orientar sua força de trabalho para atividades no exterior, do tipo: alugado, parceiro, tarefeiro e retireiro.

É por isso que em Tejuçuoca os camponeses praticam, dentre outras, as atividades de parceria, alugado, empreitada, negócio, artesanato, assalariamento rural ou urbano e até mesmo migração de alguns membros da família. Todas com o objetivo de alcançar o equilíbrio econômico a que se referem Chayanov e Contreras. Segundo os próprios camponeses, *“só com agricultura não vai! Como é que sustenta a família? Tem que misturar”*. Muitas vezes a “agricultura” está “fracassada”, como dizem os camponeses, e a maior parte da renda necessária à subsistência da família é fornecida pela outra atividade. Mas ainda assim ela é tratada como a principal atividade da unidade familiar⁴⁸.

Trabalhar no “alugado” significa executar um serviço sob as ordens de outrem mediante o pagamento em dinheiro, sendo combinadas antecipadamente as tarefas a serem executadas (Garcia Jr, 1983). O “alugado” não é comum em Tejuçuoca. Só em casos extremos, *“quando não se consegue uma ponta de terra para botar um roçado. A maioria prefere mesmo é a parceria”*.

A prática da parceria é mais comum e consiste em *“botar roçado em propriedade alheia”*, mediante acordo de “renda” a ser paga com a produção. Em Tejuçuoca, a “renda” é estipulada pelo proprietário de acordo com a forma como disponibilizou a terra. Quando a terra é cercada, a “renda” geralmente é representada por 20% da produção total (de cada 5 alqueires, 1); se a terra não é cercada, a “renda” equivale a 10% (de cada 10 alqueires, 1).

Um camponês que acabara de ser beneficiado com a terra relatou alguns problemas enfrentados quando trabalhava como parceiro. A questão é que além da determinação da “renda” a ser paga, muitos proprietários impõem outras condições que prejudicam sua lavoura:

⁴⁸Em estudo realizado na década de 1980 no município de Guabiruba, no Vale do Itajaí, (SC), Seyferth (1983) observou que colonos de descendência alemã adotavam a estratégia de trabalhar parte do dia como assalariados nas fábricas dos municípios mais próximos. O salário obtido pelo trabalho na fábrica contribuía para assegurar a permanência da unidade familiar no campo e sua reprodução como tal.

“Eles pagavam uma renda de 5/1. E nesse pagamento de renda de 5/1 o patrão ainda ‘assujeitava’ muita coisa. Por exemplo, na época de botar o gado, ele não deixava o cara nem colher direito, e já dizia: ‘rapaz, tal tempo eu quero botar esse gado na manga de fulano de tal’. Aí laivai os coitado se aperrear. (...) Algodão, por exemplo, na época que dava algodão, cansou de tá o algodão da gente na terceira apanha - primeira e segunda era boa. Ele num fazia isso - Mas na terceira apanha, ele já largava o gado dentro. O gado ia comer aquela maçã danada de algodão! E se a gente fosse dono, a gente ia botar? Conseguia outra solução e num botava o gado pra gente mermo ter prejuízo. E se a gente botasse ainda, mas o gado era da gente, de qualquer maneira tava melhorando. Quer dizer que o patrão botava o gado e o gado ia engordar às custas da gente. Olhe, aí era prejuízo grande! Era sem futuro! Aí, era aquela vontade danada de comprar esse terreno, conseguir uma terra pra exatamente a gente ser dono, pra gente não ter esse tipo de problema, né?” (CA).

Observa-se neste discurso a importância que assume a terra para a família camponesa, constituindo-se uma das bases de sua sobrevivência e reprodução.

As atividades de empreitada e negócio se tornam mais frequentes nos anos de estiagem, “*porque sem chuva fica difícil conseguir trabalho na parceria e no alugado*”. Elas permitem que o camponês sem terra, nesses tempos difíceis, tenha acesso ao mínimo de recursos necessários para a manutenção da família⁴⁹:

⁴⁹O termo “empreitada”, conforme Ferreira (1995) quer dizer trabalho ajustado para pagamento global, e não a dias; por “negócios” entende-se a atividade de comprar, vender e revender produtos diversos. Esta operação pode ser realizada em casa ou na feira.

“Nessa época ruim, de seca, pra viver compra um bicho e vende... vira pr’aqui, vira pr’aculá, faz uma ‘empeleita”⁵⁰. Trabalha mais é de empeleita. Sempre quando aparece, a gente nunca fica parado. (...) É assim, brocar, tirar um toco, cavar cacimbão... Tudo. De tudo se mexe. Ninguém num fica é parado, de jeito nenhum. Quem tem a família que nós tem, né. Num pode. Deus o livre parar. Se parar, minha filha, só Deus sabe” (CF).

A atividade artesanal (principalmente o bordado e o crochê) envolve um grande contingente da população feminina nas comunidades rurais de Tejuçuoca. Em geral, o produto do trabalho é entregue a um intermediário que paga um preço muito baixo. Algumas mulheres tentam fugir desse esquema levando elas próprias a sua produção para o centro urbano:

“Tem muita mulher aqui que faz bordado e crochê. O mercado de venda é que é ruim. (...) Eu mesma levo o meu e de outras mulheres para vender, porque não tem quem leve. E principalmente agora que tá ruim de venda” (DB).

O que ocorre, na verdade, é que o artesanato não é socialmente considerado como trabalho. É realizado, em geral, nos momentos de folga das atividades domésticas, por isso recebe tratamento marginal (Garcia Jr., 1983).

Existem ainda membros de famílias camponesas em Tejuçuoca que, paralelamente à agricultura, trabalham com a exploração de pedras toscas, carvão, produção de tijolos, telhas, queijo coalho e doce artesanal. Outras

⁵⁰“Empeleita”, termo bastante utilizado na linguagem do sertanejo dessa região, significa “empreita”, “empreitada”.

atividades exercidas podem ser citadas: vaqueiro, pedreiro, mecânico, motorista, ferreiro, marceneiro, borracheiro, pintor⁵¹.

O assalariamento ocorre tanto na zona rural quanto na zona urbana. Um fator que tem contribuído para a geração de ocupações não agrícolas no meio rural de Tejuçuoca é a expansão dos serviços públicos de saúde e educação. Vêm crescendo no seio das famílias rurais, em geral entre as esposas e filhas, ocupações que vão desde professora, merendeira ou faxineira na escola, até enfermeira, agente de saúde, faxineira etc, no posto de saúde da comunidade.

A ocupação no comércio, na oficina mecânica, no serviço público na sede do município ou o trabalho na fábrica de calçados instalada no município de Itapajé, são as principais formas de assalariamento urbano. Um camponês afirma o seguinte acerca da importância da fábrica de calçados⁵²:

“Ali em Itapajé, é que, Deus o livre, aquela fábrica fosse à falência, ia ficar muita gente desempregada. Tem gente demais empregada naquela fábrica... Depois que ela veio aí pra Itapajé, empregou muita gente daqui” (CL).

Outra estratégia adotada pelos camponeses de Tejuçuoca é a migração. Muitos jovens deixam o município em busca de trabalho em outras paragens. Na maioria dos casos o destino ainda é o Rio de Janeiro e São Paulo, apesar da crescente redução no número de postos de trabalho naqueles centros urbanos. Em ano de seca esse processo se acentua porque, mesmo para quem tem terra, é difícil “botar” roçado:

⁵¹ Algumas famílias utilizam caminhões, caminhonetes, dentre outros, para fazer transporte de passageiros ou de cargas; marceneiros são aqueles que, paralelamente às atividades agrícolas, trabalham com a fabricação de móveis e brinquedos de madeira; o pintor é aquele camponês que trabalha com pintura de geladeiras ou outros eletrodomésticos, de bicicletas etc.

⁵² Jovens das comunidades rurais de Tejuçuoca mais próximas de Itapajé (como é o caso de Retiro e Serrote do Meio, localizadas a aproximadamente 20 km) trabalham na fábrica de calçados, deslocando-se para a cidade na segunda-feira, lá permanecendo por toda a semana, retornando a casa no sábado.

“Eles vão simhora por causa de emprego. Eles querem trabalhar mas não tem emprego. (...) Vão mais pra São Paulo. Tem uns voltando porque não têm curso e são despedidos. Mas quando tão lá sempre mandam alguma coisa pra ajudar quem ficou aqui. (...) Eles vêm quando lá tá ruim. E quando tem notícia de que lá tá melhorando, voltam” (CE).

Sobre a ocorrência de migração, Woortmann (1990) argumenta que este é um dos espaços sociais construídos pelos camponeses para continuarem se reproduzindo física e socialmente⁵³. Em Tejuçuoca a migração ocorre em maior proporção entre jovens com idade de 16 a 18 anos, ocasião em que estão preparados para o mercado de trabalho (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1997).

Existem migrantes que conquistam ou reproduzem a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho nas regiões Sul/Sudeste:

“Aqui tem muita gente que tá fora. (...) A maioria vai pra São Paulo. Tem muita gente que consegue mais coisa. E só volta de lá às vezes quando já vem com alguma coisa” (CE).

Mas há também aqueles que ao se tornarem empregados urbanos naquela região, principalmente no setor de serviços (zelador, porteiro,

⁵³Com respeito à migração que caracteriza o meio rural, Woortmann (1990) se refere a três tipos que se relacionam umas com as outras, mas cada uma com significado específico: 1) pré-matrimonial: quando o rapaz migra com a intenção de acumular patrimônio para o casamento; 2) circular: quando é feita pelo chefe de família, com a intenção de manter a posição em hierarquia da família; 3) definitiva: quando ocorre com alguns membros da família, para que outros possam permanecer na “terra” e possam continuar se reproduzindo.

comerciante, garçom, cozinheiro etc), decidem reconstruir a vida naquele meio⁵⁴:

“Às vezes vem só passear mesmo. Porque já tá bem de vida lá” (CL).

Os camponeses, segundo Chayanov (1974), têm uma forma particular de vida e produção e, dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de fazer intervenções que podem mudar ou contradizer as tendências que apontam para a sua exclusão ou eliminação patrocinada pela expansão capitalista que, por diversos mecanismos, tem exercido transformações na agricultura.

Segundo o mesmo autor, apesar de pressões sobre as famílias, que tendem a favorecer a permanência de algumas unidades produtivas em detrimento de outras, o campesinato permanece nesse sistema, sobretudo pela sua capacidade de estabelecer relações culturais e sociais específicas que se destinam a preservar a comunidade em seu conjunto.

O estudo sobre as estratégias de produção e reprodução camponesa, levando em conta a relação com as condições locais (ambientais, sociais, econômicas), é um tema que merece ser aprofundado, em virtude da sua importância como fonte de informações no auxílio às agências de desenvolvimento que pretendem introduzir em suas políticas mecanismos e instrumentos capazes de contribuir para que efetivamente ocorra o desenvolvimento local.

⁵⁴O estudo de Garcia Jr. (1989) realizado no agreste paraibano revelou a existência de dois tipos de migrantes: os que se tornaram operários ou empregados urbanos no Sudeste; os que, graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial, conquistaram ou reproduziram a condição camponesa.

4.3 Prática do associativismo

"Nem tem mais empréstimo individual e nem tem como mais a gente se colocar mais assim individual, porque a coisa mudou, né. A coisa mudou só pra associação, aí não tem mais como. Aí tem que controlar dessa maneira. Não tem mais como a gente chegar num banco e tirar mais um crédito" (CA).

A comercialização coletiva é uma das estratégias que os camponeses tentam pôr em prática buscando fugir da sujeição ao mercado, pois consideram que esta ainda é a forma mais eficiente de barganhar preço, por combater os atravessadores. Para eles isso é suficiente para justificar a "trabalheira" que é agir coletivamente.

Assim é o caso de Tejuçuoca.

O trabalho de articulação ainda é embrionário e começa a ser realizado pela Federação das associações recém criada⁵⁵. A intenção é que ela passe a se responsabilizar pela comercialização da produção de todas as associações.

Mas aí aparecem as dificuldades de negociação. Embora à primeira vista a comercialização conjunta pareça ser uma excelente saída para o enfrentamento do problema do intermediário, Ribeiro (1994, p.52) alerta para o fato de que na prática ela apresenta uma série de complicações. É que a maioria dos associados possui uma compreensão muito imediata do mercado, entendendo-o como "*atividade regulada por normas semelhantes às que norteiam as trocas internas da comunidade*".

⁵⁵ A decisão de criar a Federação das Associações foi tomada durante a aplicação da Fase AMB do Programa, "*quando as associações sentiram a necessidade da existência de uma entidade capaz de dar continuidade ao trabalho de capacitação, mobilização e conscientização iniciado pelo PNUD*". Paralelamente, a Federação tem o objetivo de auxiliar as associações afiliadas, tanto no processo de produção dos seus sócios, quanto na comercialização coletiva de tais produtos. A Federação ganhou uma sede, iniciou suas atividades no segundo semestre de 1998 e no momento da pesquisa elaborava um plano de ação. Ela é composta de 12 membros: presidente, tesoureiro, secretário, conselho fiscal e suplentes. Existem três diretorias: de Infra-estrutura, de produção e de comercialização.

Daí deriva uma série de problemas para os camponeses *“porque cada um tem um jeito de agir e nem todos querem a mesma coisa”*. Em primeiro lugar aparecem os problemas da negociação interna, que são intermináveis e deixam muita gente insatisfeita; depois, como proceder para manter uma oferta regular e sistemática dos produtos escolhidos para levar ao mercado. O não cumprimento dessa exigência *“implica riscos, sacrifícios e custos que necessariamente têm que ser coletivizados”* (Ribeiro, 1994, p.50). E aí retorna à estaca zero. Recomeça a longa negociação interna.

Em terceiro lugar, há, por parte dos grupos, *“...o desconhecimento das regras, normas e especificações do grande mercado do mundo”*, que são completamente diferentes das que vigoram ali na comunidade, dentro da família, entre compadres e vizinhos (Ribeiro, 1994, p.50). O mesmo autor conclui que, em geral, a habilidade que os camponeses têm de negociar entre si, não se manifesta quando se trata do uso coletivo, porque o objetivo da ação é diferente. E o mesmo acontece quando o assunto é gestão:

“A associação não é manejada com recursos da experiência que a gerência da unidade familiar concede ao camponês, mas sim obrigada a ser regida pelas normas corriqueiras do mercado, que são diferentes daquelas usadas na gestão da propriedade” (Ribeiro, 1994, p.43).

Por último vem a questão mais grave, que é o resultado final da comercialização conjunta que, em termos de ganhos, se revela aquém da expectativa. No final chega-se à conclusão de que *“ela é trabalhosa demais”* e produz *“pouco ganho para o grupo”*. É que a associação tem uma desvantagem fundamental com relação ao intermediário pois, ao contrário deste, não é um especialista. Além disso, existem custos de transporte, perdas de

armazenamento, taxas de serviço, diárias de associados a serviço da associação etc, que acabam se revelando inesperadamente onerosos.

Ribeiro (1994) levanta um outro aspecto importante que envolve as ações coletivas. Para ele, a associação é uma organização ligada a um grupo definido de associados, para os quais só ganha vida e confiança quando conquista "coisas concretas": um equipamento, um trator, uma máquina de beneficiar, um pedaço de terra para trabalho. Isso é o que, na prática, justifica o esforço gasto pelo grupo. E o caminho mais curto que os sócios vislumbraram para atingir este objetivo é através do financiamento, conseguindo um "projeto". Para os sócios, é a partir daí que realmente começa a associação.

Tejuçuoca não é uma exceção à regra. A criação de associações no município foi resultado de incentivo do Estado, ao oferecer a perspectiva de financiamentos através do "Projeto São José" com intermediação de associações comunitárias. "Foi a possibilidade de acesso aos recursos financeiros que trouxe ânimo ao pessoal para criar as associações". Os depoimentos transcritos a seguir são significativos sob este aspecto:

"Eu tinha amizade com um doutor da Emater. Ai ele me deu a idéia da gente fundar uma associação. Porque ele disse que através de uma associação organizada a gente conseguia as coisas que a gente queria. Então nos reunimos, discutimos o problema e o pessoal aceitou" (CB).

"Tinha uma mulher que incentivou a gente, pra formar essa associação. Ai, pra gente formar essa associação, disse que era um apoio melhor e com a continuação dos tempos, as coisa, a gente ia conseguir através da associação" (CA).

O PADL que, a exemplo do “Projeto São José”, se propunha a trabalhar em Tejuçuoca a partir da organização comunitária, através das associações encontrou o caminho aberto. O “Projeto São José” havia realizado o trabalho inicial de organização das associações. A chegada dos técnicos foi suficiente para despertar os ânimos dos grupos, porque até então a frequência às reuniões era mínima: *“ninguém botava fé, porque achavam que dali num saía o que se queria”*. A presença dos técnicos era um bom sinal, pois iria facilitar o acesso ao crédito, que era uma das principais demandas das comunidades. É por isso que antes *“ninguém botava fé nas reuniões”*, como se observa no depoimento de lideranças locais:

“Porque a gente, antes do PNUD, formava uma reunião entre só a gente, aí o pessoal num acreditava, sabe? A gente falava, aí diziam: ‘Ah, este é um besta igual a eu’. Aquele negócio, no dizer do matuto, né? ‘Não! besta por besta!’. Aí só acreditava quando era assim um... um técnico, por exemplo, que ia dar uma reunião lá, aí ia todo mundo. Mas quando era só a gente conversando, eles diziam: ‘Não, não. Sei que num vai dar em nada!’ Entrava num ouvido e saía no outro. ‘Não vai dar em nada isso aí!’ Aí, quando o PNUD passou a dar reunião e foi esclarecendo aquelas coisas, que realmente ia ser assim, que ia dar certo, podia acreditar, que eles iam ter um período aí de reunião. Mas quando parasse as reunião, que desse as oficina e desse aquelas reunião todas, a partir daí, a gente já ia era se dirigir ao banco e tentar conseguir alguma coisa de empréstimo” (CA).

Percebe-se, nas entrelinhas deste discurso, o objetivo dos sócios. O que viria dar vida à associação seria a obtenção de financiamento, pois o recurso era o que dava sentido, era a “coisa concreta”. E na concepção dos camponeses, nenhum parceiro, indivíduo igual, comum, por mais que se esforçasse, seria

capaz de atingir tal objetivo. Daí a descrença no discurso, ao se referirem às reuniões realizadas pelos companheiros de associação: *“a conversa entrava num ouvido e saía no outro”*. Aquilo não daria em nada. Ou seja, recursos não conseguiriam, pois como diz o ditado, *“santo de casa não obra milagre”*.

Com a chegada dos técnicos a coisa mudava de figura, pois a presença deles era um indicativo de que a comunidade se aproximava daquele que detinha o poder de decisão, do dono do dinheiro: o Banco. Em última instância, o pessoal do Banco era quem definiria se viriam ou não os tão ansiados projetos de crédito. *“E a partir daí foram aparecendo colaboradores, com interesse em participar e se associar”* (CB).

É importante observar que as associações mais ativas em Tejuçuoca, em geral, são compostas por membros da mesma comunidade rural, com fortes laços de parentesco, amizade e compadrio, o que facilita a administração das dificuldades, das diferenças e até mesmo dos consensos:

“Quase tudo é de uma família só. Na associação também. São poucas pessoas que são de outras famílias. (...) Porque a gente faz mais uma associação, assim: tudo é, né? O que num é da família, é, como diz, chegado. Quando vai formar, a gente procura aquelas pessoas que seja um parente ou que seja muito, assim, uma pessoa que a gente ache que dá pra tocar. Porque, se botar qualquer pessoa, às vez, lá no final, fica aquele negócio, né. A pessoa que... tem pessoas que as vez não combina tudo com a gente, aquele negócio. E a gente caçando, vai escolhendo as pessoas que a gente acha que dê certo. Aí, a gente faz mais ou menos uma escolha. (...) No caso aqui, foi esse. A gente, quando a gente convive num lugar, a gente mais ou menos sabe qual é as pessoas que acha que dá certo pra gente... porque tem uns que num dá certo. É totalmente lá pr'outra banda. A gente quer uma coisa, ele quer outra. E aí a gente acha que ela... a

gente convive com ela, a gente sabe qual é a pessoa mais adequada”
(CA).

Ribeiro (1994) entende que é da necessidade de encontrar soluções para os problemas discutidos internamente nas organizações que surge a articulação com o mundo externo⁵⁶. Mas o nível dessas discussões vai depender da forma como se originou a associação. Se ela tem origem na organização de base, em geral tem capacidade de tomar iniciativas, desenvolver atividades independentes, trabalhar com a comunidade e o mundo. Do contrário, existe em função de recursos e de técnicos que se propõem zelar por ela. Acabando este apoio tenderá a desaparecer, pois não conseguiu criar coesão de grupo, não tem a base na organização da comunidade⁵⁷.

As relações de parentesco entre membros de um grupo influenciam no nível de coesão. Ribeiro (1994) considera que os laços familiares são fundamentais para a solidez da organização comunitária. Em estudo realizado no estado de Minas Gerais, este autor observou que onde as famílias são aparentadas entre si, é boa a qualidade da participação nas decisões dentro da associação.

É importante ressaltar também a questão ligada aos conceitos essenciais para a ação cooperativa em geral. Tais conceitos, por não fazerem parte das

⁵⁶Ao estudar o “*mecanismo institucional de participação no processo decisório cooperativo*” numa cooperativa localizada no estado de Minas Gerais, Valadares (1995) também observou este aspecto. Segundo ele, a discussão interna sobre recuperação de estradas, de escolas, de abastecimento de água etc, levou os associados a se articularem com entidades externas em busca de apoio.

⁵⁷Experiência deste tipo é relatada por Pereira (1991). Trata-se do “*movimento associativista rural de São Domingos do Prata (MG)*”, cuja formação é originária de estímulo externo, desconsiderando, inclusive, a heterogeneidade do grupo. As decisões sobre “... o que fazer, como fazer, onde fazer e com quem fazer...” não partiam dos associados, mas de agentes externos à comunidade. Uma crise na cooperativa foi suficiente para que os sócios a abandonassem, pois não havia coesão de grupo.

práticas cotidianas dos grupos que se associam, não estão presentes nas associações:

“Para eles, é perfeitamente possível cooperar na política e ser solidário na ação familiar, religiosa ou sindical. Mas o que envolve sustento da família e reprodução da propriedade está sujeito a uma disciplina rígida de uso, que não pode ser alterada sem pôr risco à sobrevivência. O que é código político não se transforma em procedimento econômico: por isso é perda de tempo cobrar racionalidade e eficiência empresariais das associações, como se fossem cooperativas” (Ribeiro, 1994, p.42).

5 O PROGRAMA NO PROJETO DO GRUPO ESTUDADO

“Porque o que a gente esperava era que viesse o empréstimo e a terra que nós não tinha, logo que nós começemo com as reunião” (CG).

No capítulo 4 foram discutidos os principais aspectos da realidade dos camponeses do município de Tejuçuoca. Percebe-se a existência de uma racionalidade própria, que difere completamente daquela do ponto de vista empresarial; aparecem também e de forma muito clara, as diversas estratégias que os camponeses adotam para garantir a sobrevivência da família; são reveladas, ainda, dentre as estratégias de permanência, as formas como se utilizam da estrutura do associativismo criada a partir do incentivo do Estado.

Neste capítulo é apresentada uma síntese de suas demandas sócio-econômicas, bem como a forma como a proposta do Programa se insere em seu projeto.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, o estudo é direcionado para aspectos observados em campo que no decorrer das visitas se impuseram devido à maior frequência ou por serem considerados mais importantes pelos entrevistados ou, ainda, pela referência ao Programa. Referem-se fundamentalmente à carência de recursos financeiros para: 1) garantir o acesso à terra; 2) financiar a exploração de atividades produtivas comerciais e de subsistência; 3) financiar técnicas poupadoras de mão-de-obra; 4) facilitar o acesso ao mercado.

5.1 Necessidade de crédito

No início dos trabalhos em Tejuçuoca os “laboratórios” eram bastante movimentados. A comunidade ia em peso às reuniões para ver o que os técnicos tinham a dizer *“porque eles estavam interessados em tocar os projetos, dinheiro, essas coisas”*.

Era para ouvir sobre isso que eles iam participar das reuniões:

“A gente pensava assim: muita gente, logo que começou, a gente pensava que com o trabalho, ia chegar assim uma coisa, muito serviço logo pra gente, assim muito, né. Todo mundo dizia assim: ‘não, vai ser uma coisa boa, a gente vai ganhar logo aquele monte de coisa, né’. Porque o que a gente esperava era dinheiro mermo, né. Que era o que muita gente pensava, nera isso mermo, né?” (CJ).

Segundo Chayanov (1974), além das necessidades de consumo, as condições de produção, ou seja, a disponibilidade de meios de produção e a amplitude de possibilidades para realizar o trabalho determinam, em grande parte, o nível de produção na unidade camponesa. Não era fora de propósito, portanto, toda a excitação causada pela novidade em Tejuçuoca, onde os meios de produção são escassos e o crédito institucional praticamente inexistente até aquele momento.

Os meios de produção representam para o camponês as “coisas concretas”, aquilo que se traduz em melhores condições de vida e trabalho para a família: a terra, o financiamento da produção, o financiamento de técnicas economizadoras de mão-de-obra, o financiamento da comercialização do excedente. O crédito, na perspectiva do camponês, aparece como o meio mais imediato para o acesso às “coisas concretas”.

5.1.1 Crédito para garantir o acesso à terra

“... quando foi nas reunião do PNUD, nós já passamos a dizer a eles, do PNUD, que bom pra nós mermo seria um terreno. Porque a gente num tinha um terreno pra explorar, pra poder arranjar rendimento, ter alguma coisa pra manter a família, né. (...) Eu sei que se todas as pessoas pobres, carentes, que são agricultor, se todos eles conseguissem um terreno, a coisa era bem melhor” (CA).

A demanda pela terra se manifestou desde o início dos trabalhos em Tejuçuoca, pois este é o principal problema do município. Grande parte da população rural, que tem na agricultura a sua atividade principal depende, para produzir, da anuência de um número reduzido de médios e grandes proprietários.

A disponibilidade de terra para produzir é condição fundamental para que a força de trabalho se mantenha na unidade familiar. Não ter acesso à terra significa também, para o camponês, não ter acesso a recursos financeiros para investimento na produção:

“Quando a gente não tem terra, já emperra, já amarra tudo, né? Já fica ruim de acesso às coisas” (CD).

“Só podiam participar do projeto as pessoas que tinham aonde criar, que era a propriedade” (DB).

“Só dois sujeitos fizeram projeto. Eu mesmo não fiz. O resto, ninguém fez, porque a gente não tinha com quê” (CB).

“Aliás, é... aqueles proprietários que têm terreno, o caso do meu pai. Aí, ele fez um empréstimo aí, anterior. Tá com um ano e pouco. Feito individual. Mas desse pessoal que tem aqui nessa associação, no caso, só tem ele aqui que é proprietário, e outro, um

tio meu. Os outros, nenhum é proprietário. E quem não tem propriedade, não faz empréstimo nenhum. Eu fiz um empréstimo na época que eu fiz individual, foi no nome dum tio meu, que ele tem um terreno. Aí eu coloquei no nome, deu certo. Mas que do contrário, sem ter terreno, não consegue” (CA).

No decorrer dos “laboratórios” a discussão sobre a questão da terra foi tomando evidência:

“No início nós num tava pensando em terra não. Só mermo no empréstimo.(...) Mas aí passou esse negócio da reforma agrária solidária, que a gente pegava através do rádio, né, que quando foi nas reunião do PNUD, nós já passamos a dizer a eles, do PNUD, que bom pra nós mermo seria um terreno, porque a gente num tinha um terreno pra explorar, pra poder arranjar rendimento, ter alguma coisa pra manter a família, né?” (CA).

A terra constitui uma das bases da reprodução camponesa. Ela representa estabilidade e segurança. A família poderá garantir a reprodução com o seu trabalho sem ter que se submeter aos interesses de outros. Assim, sempre que possível, os ganhos extras, a poupança, são revertidos em aquisição de terras⁵⁸.

⁵⁸Diversos autores têm tido a preocupação de estudar esta questão. Citemos apenas alguns, como forma de ilustração: Trossero (1983), ao realizar estudo junto a agricultores familiares em Santa Fé (Argentina), observou que a terra, “*uma vez adquirida, passa a integrar o meio de vida, a base do trabalho*” e dela não se desprende, a não ser em situações extremas; para os camponeses de Lavras (MG), estudados por Pereira (1992), a posse da terra representa a primeira condição de permanência e reprodução da unidade familiar. Não possuir a terra, abandoná-la ou vendê-la é sinal de fracasso do camponês; estudando a situação de camponeses (colonos de origem alemã) no município de Guabiruba (SC), Seyferth (1983) também percebeu esta característica no discurso dos entrevistados. Para eles, a terra é um “*elemento indispensável à sobrevivência do grupo familiar, mesmo que reduzida a uns poucos hectares*”. A terra é considerada um bem da família e não deve ser vendida, a não ser em caso de extrema necessidade e para parente próximo. Porque, mesmo trabalhando fora, a terra é que dá a garantia do sustento da família.

A escassez de terra para a prática da agricultura conduz os camponeses a fazerem uso de formas alternativas para prover a subsistência da família. A parceria, o alugado, a empreitada, o negócio, o artesanato, o assalariamento rural ou urbano e até mesmo a migração temporária ou definitiva, conforme se analisou no item 4.2 do capítulo anterior, são estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais de Tejuçuoca.

5.1.2 Crédito para financiar a produção

“E aqui eles estão interessados em formar projetos, dinheiro, essas coisas assim, que são coisas. (...) Eles assistem a reunião, mas o intuito deles é o que? É ter o recurso, ter o dinheiro, fazer o açude, fazer a cerca, criar cabras, fazer alguma coisa” (TB).

A disponibilidade de meios de produção e a amplitude de possibilidades para realizar o trabalho, em grande parte determinam o nível de produção da unidade camponesa, conforme estudos realizados por Chayanov (1974). Daí a grande preocupação dos camponeses em obter recursos financeiros para a produção na unidade familiar:

“O que a gente queria mermo era dinheiro emprestado, que era pra fazer o serviço, fazer melhoração, né. Era pra ter o trabalho, ter o ganho da gente. Ganhar melhoração de vida, né” (CJ).

Os dirigentes de associações confirmam esta realidade em seu discurso:

“As pessoas estavam lá nas reuniões mais ou menos em busca de projetos. Como hoje, nós ainda temos bastante neste sentido” (DA).

“O que eles tão querendo aqui, o que eles interessa mais aqui, é que o presidente vá atrás de um surrão de dinheiro, traga aqui e rebole pra eles aí. Mas não tenho onde buscar”(DC).

Pensando nisso é que os camponeses iam participar das reuniões do PNUD. Mesmo os técnicos percebiam isso:

“E aqui eles estão interessados em formar projetos, dinheiro, essas coisas assim, que são coisas. (...) Eles assistem a reunião, mas o intuito deles é o quê? É ter o recurso, ter o dinheiro, fazer o açude, fazer a cerca, criar cabras, fazer alguma coisa” (TB).

Porém, há certo receio, por parte deste grupo, de recorrer ao empréstimo bancário, levando em conta as condições de “*devolução*”. Apesar de todo um trabalho realizado pelos técnicos para esclarecer a impossibilidade de o Estado fornecer crédito a fundo perdido ou mesmo subsidiado, existe uma forte cobrança neste sentido, em função das características das principais atividades por eles exploradas:

“A gente queria que viesse os recursos e os juros fossem mais baratos e tivesse alguns projetos a fundo perdido. Porque vindo os recursos e a gente, de acordo com o projeto, produzir, né? Mas se for devolução do jeito que tão aí os Bancos, juros altos, pra quem vai produzir milho e feijão, que é a renda principal aqui da região, aí não dá. Aí eu vou vender o milho e o feijão, aí eu vou botar tudo no banco pra pagar a conta, aí o que é que eu vou comer?” (CE).

Movido pelo princípio básico da maximização da segurança e minimização do risco, na hora de plantar, o camponês dá prioridade às lavouras de subsistência, principalmente milho, feijão e mandioca. É que, além do limite representado pela disponibilidade de mão-de-obra, o que faz com que o camponês decida por explorar determinada atividade ao invés de outra qualquer é o nível de segurança que ela proporciona à sobrevivência da família (Forman, 1979 e Jesus, 1993).

Para qualquer observador desatento esta pode parecer uma atitude irracional do camponês, um contra-senso, pois ele tem consciência dos diversos riscos a que tais atividades estão expostas, quando afirma:

“O feijão e o milho, (...), a gente já sabe que não paga Banco com feijão e milho. Porque agricultura é só quando tem inverno. Quando não tem inverno, ninguém espera nada de agricultura. Quando o cara trabalha em irrigação, tá certo. Ele pode fazer um projeto pra pagar com agricultura, né? Mas o cara que trabalha assim num interior desse, num tem nenhuma condição”(CB).

Apesar dos riscos, estas atividades formam a base do sustento da família de camponeses dessa região, principalmente daqueles mais descapitalizados, impossibilitados de adquirir no mercado os bens de primeira necessidade. Por isso não abrem mão de explorá-las ano após ano.

E quando se dirigem ao banco em busca de crédito, os camponeses o fazem pensando na melhoria das condições de produção da “agricultura”. Porém, diante da situação de risco da atividade e da instabilidade provocada pelas condições de financiamento exigidas pelas instituições financeiras, tendem a buscar formas racionais de minimizá-las diversificando o investimento:

“Se você tem um rebanho de gado, ou criação mermo. Aí, papoca aí, Deus o defenda, um desmantelo, porque tudo pode acontecer. Não que a gente espere o lado negativo, mas sempre existe. Aí você fica num negócio desmantelado, porque aí o sujeito não tem com que se manter. Mas você aplicando numa coisa bem aqui, outra bem ali e outra acolá, aí se este daqui num der, mas já tem aquele dali pra segurar. Aí, você não pode aplicar só numa coisa só não, porque é arriscado” (CG).

A tendência é que haja diversificação na aplicação dos recursos. Parte deles é reservada para investimento em bens ou outras atividades que apresentam menor risco e maior capacidade de retorno financeiro, para garantir a sobrevivência da família e o pagamento posterior das parcelas do empréstimo:

“Eu acho que o que pode resolver mermo, é se o sujeito tiver uma cabeça muito boa, pra funcionar direitim. E ele agarrar o dinheiro e comprar mermo, exatamente o que eu tou dizendo. Em vez de... em lavoura, jamais a gente vai aplicar tudo. Porque ele tem que, vamos supor que ele arrume um empréstimo, mermo em cima da lavoura, por exemplo, o agrícola: pra feijão e milho. Ele não pode aplicar tudo não. Pelo menos eu não faço desse jeito. Porque eu não aplico todo, porque, inclusive, aqui nós usa muito o roçado, diz que é o arrependido. Por exemplo, a gente faz um roçadim pequeno, aí pega um inverno bom mermo, maravilha. Aí, num hectare de chão dá os tubo de milho. Aí, o sujeito vai e diz: ‘rapaz, se eu tivesse botado maior, tinha dado mais coisa’. Aí, quando é no outro ano bota um maior. Aí, ó: o inverno num dá, ou o contrário, o problema de lagarta, esse tipo de coisa – que é aquele inseto, né – aí, laivai só pra baixo. Aí: ‘eu botei o meu dinheiro no mato’. Por isso que eu acho o seguinte: se eu pegar um total de dinheiro pra aplicar na lavoura, eu faço só um total que dê pra eu manter a casa e se sobrar um tanto quanto aí. Mas não pode aplicar o dinheiro todo em lavoura não, porque pode num dar. Tem que aplicar numa coisa que tenha outro retorno por fora, porque se a lavoura num der, mas já tem outra coisa segurando, que é pra poder resolver. Eu mermo, com as minhas posses mermo, antes de conseguir um empréstimo, eu nunca apliquei, por exemplo, uma pontinha de dinheiro que eu tinha, só em lavoura não. Eu sempre aplicava em lavoura e sempre deixava uma reserva

pra outro tipo de coisa, porque se ali num desse, mas eu tinha de que me manter daquele lado ali” (CA)⁵⁹.

Esta é uma operação complicada de realizar, pois as instituições financeiras são reguladas por uma séria de normas e exigências do Banco Central. Com relação à fiscalização dos recursos liberados, há uma grande preocupação em assegurar o cumprimento da exigência operacional, em impedir que ocorram desvios de aplicação para atividades não previstas no projeto de crédito. Entretanto, na sua lógica, os camponeses consideram que seguindo esta orientação não teriam, sequer, condições de pagar o empréstimo contraído:

“No caso, o Banco, ele exige aquilo ali ser feito, aquele negócio. Ele acha que aquele total de dinheiro, a gente aplicou todo ali. Mas se nós fosse fazer esse tipo de coisa, nós se cortava muito alto. Se aplicar todo na lavoura de subsistência a vaca vai pro brejo. Quando desse na época de retornar o dinheiro, nós não teria” (CA).

Outra alternativa utilizada pelos camponeses para garantir o pagamento do empréstimo é envolver em um mesmo projeto de crédito, atividades comerciais e “agricultura”, quando têm a garantia de que a comercialização do produto da primeira produzirá retorno financeiro capaz de pagar o

⁵⁹O entrevistado, em particular, pretendia reservar parte do financiamento obtido para construção de imóveis que, além de representar um aumento de patrimônio, iria gerar uma renda adicional em forma de aluguel. Esta estratégia, no seu entender, assegura o pagamento do financiamento, além de ser um ponto de apoio para o sustento da família nos anos em que houver “quebra” da safra na “agricultura”. Outro trecho da entrevista fornece maiores esclarecimentos: “P – Por que você quer construir?

CA – ‘Pra ter um aluguel, um negócio, né? Eu quero fazer esse tipo de coisa, entendeu? Do que sobrar da lavoura, eu quero aplicar em construção assim, de prédio, casa, porque só na agricultura num dá. E mermo com caprino, ainda é arriscado. Aqueles aluguel é uma coisa que vai assegurar, sabe o quê? Até uma parcela. Uma parcela que tiver pra gente pagar, o aluguel já vai ajudar, se num conseguir’”.

financiamento também da segunda⁶⁰. Esta fórmula é menos complicada pois o “desvio de recursos” não aparece tão claramente aos olhos da instituição financeira. No passado essa garantia era depositada no algodão que durante algum tempo foi uma cultura comercial por excelência na região. Mas isso é coisa do passado, conforme expõe o camponês⁶¹:

“Olhe, eu já fiz empréstimo em banco, fui sócio da Cooperativa de Itapajé no tempo que produzia algodão. Dava muito algodão. Dava pra pagar e livrar o milho e o feijão. Paguei tudo lá. Mas algodão não tem mais. Quando acabou-se o algodão, eu disse: ‘não, eu vou deixar de fazer empréstimo no banco, porque eu não tenho mais condição’. Agora, pra produzir milho e feijão, não dá. Aí eu vou vender o milho e o feijão, aí o que é que eu vou comer? Aí eu vou botar tudo no banco pra pagar a conta, aí o que é que eu vou comer?’ Foi isso o que eu pensei e resolvi não pedir mais empréstimo” (CE).

Com as dificuldades enfrentadas na exploração do algodão, as atenções estão se voltando para a ovinocaprinocultura, atividade cuja exploração comercial na região vem recebendo forte incentivo por parte do Banco do Nordeste e que poderá vir a realizar o papel antes ocupado pela cultura algodoeira.

⁶⁰Aguiar (1992) cita Tepich, que considera: as unidades camponesas farão a opção pelo produto comercial somente quando estiverem seguras de que serão cobertas todas as despesas realizadas para a sua obtenção (insumos, instrumentos de trabalho etc), bem como as despesas com o equivalente valor da subsistência da família.

⁶¹O agravamento da situação da cotonicultura nordestina, segundo levantamento realizado por Araújo Filho (1990), teve início na década de 1970, ocorrendo quedas sistemáticas na produção, agravando-se mais ainda nos anos 80, quando a produção apresentou taxa negativa de 13,7% ao ano. O problema, conclui o autor, se deve principalmente aos repetidos anos de estiagem e o surgimento da praga do bicudo no ano de 1983. Ressalta ainda que o desinteresse pela cultura, iniciado com a chegada do bicudo é cada vez maior, embora já exista forma adequada de convivência com a praga. Segundo ele, falta uma ação mais efetiva, mais agressiva dos poderes públicos, para recuperar o nível de produção da cultura na Região.

5.1.3 Crédito para financiar técnicas poupadoras de mão-de-obra

“Agora, uma experiência que eles falavam muito aí, o pessoal do PNUD, é sobre a gente trabalhar na terra, não com enxada, mas com tração animal. Agora isso aí é uma coisa que nós estamos querendo, porque eu acho que ajuda muito o homem, né? A despesa fica menor” (CB).

No capítulo 2 foram mostrados quais sistemas e tipos de recursos tecnológicos são empregados na agricultura camponesa no sertão nordestino. Os camponeses, historicamente, têm praticado o consórcio de culturas, principalmente entre o milho, o feijão e o algodão. De um modo geral, esse sistema não está associado ao emprego de alta tecnologia nem à obtenção de altas produções. Predomina a utilização de ferramentas como enxadas, facões, foices e machados como principais equipamentos na lida da roça. Raramente usa-se o arado a tração animal e, mais raro ainda, é o uso do trator. Também os fertilizantes e sementes selecionadas são de rara utilização pela maioria dos camponeses da região. A queimada é a técnica utilizada para fazer a limpa do roçado.

Em Tejuçuoca, a agricultura é formada pelas culturas do milho e do feijão, base alimentar da família. O algodão, cultura comercial que compunha o trio no consórcio com a lavoura de subsistência, perdeu sua força a partir da década de 1970, principalmente por problemas de produção causados pela praga do bicudo:

“O que nós produz aqui no nosso sertão é milho e feijão. Algodão, de primeiro, era muito, bastante mesmo. Era quem tirava o sujeito do prego era o algodão. Mas, realmente o bicudo atingiu muito, aí não tá dando o algodão. O algodão tá fracassado” (CE).

Para melhorar a fertilidade do solo é utilizado o adubo orgânico

proveniente de bovinos e caprinos, mas muito raramente: *“Até agora não precisou de adubação. Só esterco dos animais. Mas, comprar mermo adubo, a gente num comprou ainda não”* (CB).

Inseticidas *“são utilizados já faz tempo”*, com o auxílio do pulverizador costal, sempre que surgem pragas nas lavouras: *“Só mermo de químico que nós usa assim, na parte da lavoura, é só aquele venenim pra melhorar, pra matar os besouro”* (CA).

Uma das recomendações do Programa era a respeito do incremento da utilização do arado com tração animal:

“Uma experiência que eles falavam muito aí, é sobre a gente trabalhar na terra, não com enxada, mas com tração animal. Agora, isso aí é uma coisa que nós estamos querendo, porque eu acho que ajuda muito o homem, né? A despesa fica menor” (CB).

Os camponeses se animaram diante desta proposta, pois a utilização do arado promove economia de trabalho familiar: *“um serviço que faz com 5 homem, a gente faz com animal no dia e sobra tempo, né?”* (CJ).

Também a proposta de utilização do trator é muito bem aceita pelos camponeses porque exerce a mesma função de poupar trabalho na unidade familiar: *“o trator é uma coisa realmente boa. Com trator tudo sai depressa, porque ele trabalha mais rápido”*.

É por isso que o plano da Federação das Associações contempla a aquisição de um trator para ser disponibilizado para as associações sob sua jurisdição.

A introdução de equipamentos como o arado e o trator contribui para a redução do tempo de trabalho requerido para determinada atividade, porém, sem modificar o período de produção (Garcia Jr., 1989). A redução do tempo de trabalho ocorre simultaneamente ao aumento de tempo de não trabalho sem

causar problemas. Isto se explica, segundo Trossero (1983), pelo fato de a desocupação da mão-de-obra não representar um custo, pois ela não é remunerada nos moldes do mercado capitalista.

A utilização do trator e do arado, entretanto, sofre limitações na região. Os camponeses entendem que *“arado e trator são bons para economizar mão-de-obra, mas só servem para ser usados na ‘baixa’, que não tem toco. No ‘alto’ não dá, porque tem muito toco, muita pedra. Não consegue arar”* (CB).

As queimadas são comuns em Tejuçuoca, como em todo o sertão nordestino. Elas são feitas durante os meses de novembro e dezembro, para que o roçado esteja pronto por ocasião do plantio, a ser realizado junto com a chegada das primeiras chuvas, entre os meses de janeiro, fevereiro e março. Os roçados são feitos através de sucessivas explorações da mata.

“A gente faz sempre assim: a gente broca⁶², derruba aquela mata, queima, encoivara⁶³ pra limpar o terreno e depois cerca. Aí vem o inverno, a gente vai plantar. No roçado, a gente sempre bota milho e feijão. E no meio a gente planta também o jerimum, a melancia, o pepino, essas coisas assim. Quando a terra fica cansada, a gente abre outra capoeira e deixa a antiga descansar por uns 4 a 6 anos” (CB).

Este tipo de pousio, que se enquadra no sistema de cultivo denominado por Boserup (1987) de *pousio arbustivo*, ocorre em algumas propriedades, aquelas em que a área de terra disponível é maior comparativamente ao número de famílias que a exploram e, por isso, o uso ainda não é intensivo. Na maioria dos casos, entretanto, a terra é deixada em repouso por aproximadamente dois

⁶²“Broca”: termo utilizado pelo sertanejo para definir o corte e a derrubada da mata com foice no terreno em que vai plantar a lavoura.

⁶³“Encoivara”: do verbo encoivarar, que significa empilhar os troncos, galhos e ramagens não queimados de todo, para de novo lançar-lhes fogo e desembaraçar o terreno (Ferreira, 1995).

anos apenas, o que Boserup (1987) denominou de *cultivo com pousio curto*. Pousio tão curto assim dará espaço tão somente para a proliferação de capim e mato rasteiro.

A redução nos intervalos de pousio, no entender de Boserup (1987), ocorre devido a uma pressão populacional crescente. E o aumento da frequência de cultivo de uma dada área ocorre sempre na tentativa de atingir, de alguma nova maneira, os fins para os quais ela vinha até então sendo usada.

Em Tejuçuoca ocorre uma multiplicação de unidades familiares cuja subsistência depende do trabalho na terra. É típica a propriedade com extensão de até 30 hectares, sendo cultivada atualmente por mais de uma família. E, nesses casos, o produto das atividades agrícolas é insuficiente para suprir as necessidades alimentícias, se for utilizada a prática do *pousio arbustivo*. Por isso, o “descanso” da terra atualmente gira em torno de dois anos:

“...porque hoje em dia o sujeito já broca – que nem nós temos a terra aqui, que tá toda já destocada – às vez com dois anos a gente já vai ali passando naquela soca de novo, né? É que nem o que tá acontecendo agora” (CJ).

A recomendação dos técnicos do Programa foi de que o pousio deveria ser substituído pelo *cultivo anual*, prática que contribuiria para reduzir os danos ao meio ambiente, causados pela abertura freqüente de novas áreas, com mais desmatamento e mais queimadas. Ocorre que o pousio tem a função de recompor a mata e de recuperar as perdas provocadas pela queimada. Além disso, elimina, ou pelo menos reduz, a necessidade de uso de capinas ou herbicidas e adubos químicos na agricultura. Em outras palavras, a eliminação do pousio exige a introdução de outros métodos de preservação ou recuperação da fertilidade do solo que, além de exigir inversão de capital, na maioria dos casos requer mais trabalho humano.

Outra preocupação dos técnicos diz respeito ao fogo utilizado com frequência na formação dos roçados. A recomendação é de parar com as queimadas, para evitar a destruição da matéria orgânica e a perda da fertilidade do solo.

A queimada tem como objetivo limpar a área e facilitar as operações de preparo do solo e plantio. Exerce função importante em termos de economia de trabalho, principalmente por contribuir para a redução do número de capinas no roçado:

“Uma coisa que os técnicos falaram muito foi na questão das queimadas. Mas o pessoal acha que aquilo ali é uma coisa que eles num... pra cá não... não vão deixar de fazer, porque é uma ajuda pra eles, né, pro agricultor. Porque se não queimar, aí é que nasce o mato rápido. E a gente queimando, demora mais a gente capinar” (CB).

Apesar de se perceber neste depoimento, de forma explícita, a preocupação em poupar trabalho, outra função atribuída à queimada diz respeito à correção do pH do solo. Os camponeses entendem que as cinzas deixadas pela queimada contribuem para assegurar uma boa colheita. Os técnicos afirmam, entretanto, que o efeito corretivo funciona apenas na primeira queimada.

Muito comum também em Tejuçuoca é a prática do consórcio entre culturas, principalmente milho-feijão, utilizada pelos camponeses para aproveitar ao máximo os recursos escassos. Quando ainda era vantagem o cultivo do algodão, este também fazia parte do consórcio⁶⁴.

A prática do consórcio impede a utilização, em maior grau, de técnicas

⁶⁴Nos sistemas de consórcio, duas ou mais culturas, com diferentes ciclos e arquiteturas vegetativas, são exploradas concomitantemente, no mesmo terreno. Elas não são semeadas ao mesmo tempo, mas, durante apreciável parte de seus períodos de desenvolvimento, há uma simultaneidade, forçando uma interação entre elas (Vieira, 1989).

agrícolas modernas. No entender de Vieira (1989), à medida que o nível tecnológico da agricultura evolui, as culturas consorciadas tornam-se crescentemente mais difíceis de ser manejadas, principalmente quando a mecanização é introduzida.

Uma desvantagem do consórcio entre as culturas milho e feijão é a redução na produção do feijão, devido ao sombreamento provocado pelo milho⁶⁵. Este é um dos motivos que levam os técnicos a recomendarem o plantio das culturas de forma isolada como sugere o camponês:

“Eles sugeriram que, por exemplo, o feijão conjugado, nunca dá certo. Tem que ser não consorciado, né? Por exemplo, se eu planto 1 hectare de feijão, é só feijão. Se eu planto 1 hectare de milho, é só milho. Aí, o algodão também tem que ser independente” (CB).

No entender de um líder comunitário, *“os mais jovens acatam plantar isolado”* (DA). Os mais velhos, no entanto, não aceitam a mudança e dizem: *“Meu pai ensinou assim, então eu vou continuar fazendo assim”*. Mas acredita que a tendência é de que haja mudança, pois os filhos vão passando para os pais, *“e isso faz parte da capacitação, quando eles mudam de comportamento e implica dizer que se capacitaram em alguma coisa”* (DA).

Do lado dos camponeses, entretanto, percebe-se que a maioria vai continuar praticando o consorciamento milho-feijão, principalmente porque tem um *“profundo conhecimento do ambiente no qual estão inseridos e jamais porque são tradicionalistas, resistentes a mudanças”* ou *“irracionais”*, como

⁶⁵Vieira (1989) explica que as análises da eficiência dos sistemas consorciados de milho e feijão em relação ao monocultivo dessas duas culturas, têm mostrado, em geral, que a produtividade do milho nem sempre é influenciada, porém a do feijoeiro é reduzida. Esse fato pode ser explicado pela menor disponibilidade de luz para as plantas de feijão nos sistemas de consórcio com o milho. Além de o feijoeiro ser uma planta de metabolismo fotossintético C₃, apresenta, em relação à plantas C₄, como é o caso do milho, baixo ponto de saturação luminosa, elevado ponto de compensação de CO₂ e taxa fotossintética menor.

sugere o dirigente entrevistado e apontam alguns autores. A questão é que “*existe o conhecimento acumulado na vida de cada um, passado de pai para filho*” ao longo das gerações. Este conhecimento com grande repertório de experiências dá ao camponês a autoridade para decidir sobre como proceder quando estão em jogo a manutenção e reprodução da unidade familiar:

“Porque, eu, quando comecei a trabalhar, eu comecei com 12 anos de idade a plantar. Plantei um pedaço de chão que o papai mandou eu plantar. Aí, eu plantei 4 litros de milho. Era duas carreiras de algodão herbáceo e uma carreira de milho. Desses 4 litros de milho, foi tirado lá 8 alqueires e $\frac{1}{4}$ de milho. Aí, eu acho que não tem diferença nenhuma a gente plantar” (CB).

Outro camponês que deixa transparecer em sua declaração a experiência acumulada ao longo dos anos:

“Eu acho o seguinte: tem pessoas que às vez diz que a gente plantando mais estreito, produz melhor. Mas eu acho o contrário. O feijão, por exemplo, e o milho também. Tem pessoas que às vez quer diminuir a área de terra pra produzir mais, mas eu acho que é, na minha mente, não é o ideal não. Porque eu já plantei um milho lá na minha região. Ele estreito só deu mais foi palha. O milho virou tamboeira porque era estreito demais. O feijão é a mesma coisa. Ele sendo muito estreito, enrama muito, aí só dá rama. Aí, atrapalha a carga. Produz menos. Aí eu acho pelo contrário: é muito mais melhor aumentar a área de chão e plantar numa largura boa, que dê pra produzir melhor, que é muito mais melhor. Eu acho” (CA).

E como explica o camponês, o problema de produtividade não reside exatamente no consórcio, mas sim no espaçamento que é dado entre as fileiras.

Sendo estreito o espaçamento, “*o milho sombreia o feijão e diminui a produção. Então, é só plantar bem largo*”. E neste caso, não há impedimento em se praticar o consórcio entre as culturas.

O uso do consorciamento apresenta algumas vantagens, tais como: economia de capital, melhor aproveitamento da área e economia de força de trabalho familiar (Altieri, 1989; Garcia Jr., 1989 e Aguiar, 1992).

Além de contribuir significativamente para economizar área de cultivo e força de trabalho familiar, a prática do consórcio diminui o risco (uma cultura pode compensar o fracasso da outra), dá melhor cobertura vegetal ao solo (diminui ou controla a erosão) e garante a diversidade na dieta familiar. Ainda, em regiões secas, como é o caso do município de Tejuçuoca, o sombreamento do milho no consórcio melhora a retenção de água no solo.

Mudar a prática do consórcio para o plantio isolado implica que os camponeses terão que adotar pelo menos uma das seguintes quatro mudanças na condução da atividade: 1) ocupar mais área de terras com a lavoura; 2) disponibilizar mais mão-de-obra para realizar o trabalho, principalmente no preparo da área de plantio; 3) dispor de mais capital para investimento na ampliação da área de plantio; 4) dispor de equipamentos para substituir o trabalho humano.

O que realmente vai determinar o sistema a ser empregado é a quantidade de esforço que deve ser despendida nos trabalhos a serem realizados na atividade. Quanto de tempo e de mão-de-obra deverão estar disponíveis para realizar as tarefas exigidas por um e outro sistemas, é o que rege a decisão do camponês na hora de plantar, porque é o estoque de força de trabalho que limita o trabalho da unidade familiar. Qualquer mudança nas práticas que implique em aumento de dispêndio de mão-de-obra pode desorganizar o sistema como um todo. É principalmente por isso que os camponeses insistem no cultivo consorciado de algumas lavouras, prática desaconselhada por alguns técnicos e,

de certa forma, desqualificada do ponto de vista agrônomo⁶⁶.

Em suma, o pouso, a queimada, o consórcio milho-feijão, bem como outras práticas agrícolas consideradas primitivas, ainda hoje são utilizadas pelos camponeses de Tejuçuoca, porque o grupo as reconhece como práticas que facilitam o trabalho na unidade familiar, por serem economizadoras de trabalho, ou, como é o caso do consórcio, serem maximizadoras da área de terra disponível⁶⁷.

Segundo Ribeiro (1992, p.77), "*tempo de serviço é um bem bastante escasso na unidade familiar: ele sempre tem todo o seu uso traçado com muita antecedência*". Assim, todos os meios capazes de economizar tempo e trabalho são bem-vindos⁶⁸. O autor cita como exemplo os aparelhos eletrodomésticos

⁶⁶Baseados nas experiências agrônômicas, os técnicos, em geral, desaconselham a prática do consórcio alegando a redução na produtividade física das culturas. Desconsideram, porém, que o consórcio obtém uma produção total maior, tanto física como em valor. Ou seja, há um crescimento na renda líquida por hectare, o que é mais interessante do ponto de vista do camponês, já que a terra para ele é o fator escasso.

⁶⁷Durante os meses de novembro a janeiro ocorre a preparação dos roçados para plantação de milho e feijão. Nas minhas andanças pelo sertão de Tejuçuoca, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1999, atravessando as comunidades, deparei com um sem número de roçados, uns preparados, outros em fase de preparação para o plantio. Todos os que tive a oportunidade de ver passaram pelo mesmo processo comum desde os primórdios da colonização da região: o corte das árvores; a retirada da madeira para fazer a cerca de proteção do roçado contra animais; o encoivramento; o aceiro, para evitar que o fogo se alastre por ocasião da queimada e, por fim, a queimada. Em alguns deles já havia sido feito o plantio, logo que caíram as primeiras chuvas em janeiro. Nenhum deles passou por qualquer tipo de enriquecimento do solo, aração ou mesmo o destocamento. Além disso, todos aqueles que realizaram o plantio, o fizeram em consórcio. Através das conversas que mantive com alguns camponeses, percebi que não pretendem mudar sua prática. Prosseguirão com as queimadas, sem destocamento, sem adubação e plantando em consórcio. A aração ocorre em algumas unidades, mas somente quando o roçado se localiza nas "baixas", à margem dos rios ou açudes e que, por natureza, não possuem tocos e/ou pedras. Nestes casos, é utilizado o arado à tração animal ou o trator.

⁶⁸Em estudo realizado em Curiaú (Amapá), Moraes (1991) observou que, a despeito das recomendações dos extensionistas para "*modernizar*" o sistema de plantio de mandioca (principal atividade agrícola dos grupos), o grande sonho dos camponeses era "*poder produzir farinha com auxílio da energia elétrica*" e com o auxílio do caetutu (equipamento mecânico que substitui o ralador de mandioca manual). E não é difícil perceber que enquanto as recomendações técnicas exigiam o incremento de mão-de-obra, a disponibilidade de energia elétrica a liberava. Jesus (1993), por sua vez, pesquisando camponeses do sul de Minas Gerais, observou que para poupar tempo e trabalho familiar o camponês utiliza algumas estratégias: adota tecnologias e explora atividades que requerem pouca mão-de-obra, reduz a intensidade de

(geladeira, ferro de passar roupas, liquidificador etc), que permitem economizar tempo no trabalho feminino e criar horas adicionais de serviços em outras frentes dentro da unidade familiar. Segundo ele, os utensílios domésticos fazem o papel de técnicas economizadoras de trabalho que não são possíveis de serem postas em prática no cerne do sistema de produção. Eles contribuem na medida em que liberam mais horas para outras tarefas, compensando a inexistência de técnica mecânica para “*terrenos tão completamente desconcertados*” ou de recursos para adquiri-los.

Assim, com base nos resultados de suas pesquisas, o autor conclui que novas políticas para contribuir efetivamente para a melhoria do bem-estar dos camponeses, e que no seu entender não significa necessariamente aumento de renda, deveriam prever a introdução de técnicas poupadoras de trabalho:

“É enganosa a suposição que a mão-de-obra é excessiva na unidade familiar. Pelo contrário, ela é ajustada muito precisamente quando está na propriedade. Quando é excessiva, sai. E daí transfere-se para outra categoria, outro lugar, outro serviço: operário, empregada doméstica, merceeiro, biscateiro, professora, diarista ou migrante. Não mais camponês” (Ribeiro, 1992, p.22).

E mais, o trabalho na produção familiar é regido por disciplina e organização fantásticas, mas com uma lógica própria:

“Só, que não é uma disciplina imposta a ele de fora, mas sim ordens de serviço rigorosamente executadas a partir do conhecimento que se tem do objetivo de trabalho, da própria força de trabalho, da terra, da técnica e da natureza” (Ribeiro, 1992, p.79).

exploração de suas atividades agrícolas, realiza troca de dias de trabalho, contrata mão-de-obra externa em momentos de pico das atividades agrícolas, parcela as suas atividades (faz plantio por fases).

A introdução de técnicas economizadoras de trabalho, no entender de Ribeiro (1992), possibilitaria uma folga para a mão-de-obra familiar e sua realocação para outras atividades, ou mesmo intensificação de determinadas atividades, de forma a aumentar a produção.

Trossero (1983, p.89) considera que poderá até ocorrer relativa “ociosidade” da força de trabalho familiar, se houver “limitações estruturais que bloqueiem a combinação ótima dos recursos produtivos para determinado nível de força de trabalho”. Entretanto, afirma a autora, “desde que o processo de acumulação interna permita a satisfação de necessidades culturalmente definidas e assegure a estabilidade posterior da unidade, a família manterá todos os seus membros na exploração, mas desligará do trabalho produtivo alguns deles, como as mulheres e os menores”. Porque, para ele, a produtividade do trabalho tem primordialmente o papel de maximizadora do bem-estar familiar; a preocupação com a maximização dos retornos da unidade de produção situa-se em plano secundário.

Qualquer observação realizada a partir desta perspectiva mostra com clareza que “os ajustes os camponeses sabem fazer muito mais que qualquer assessor. O que lhes falta é capital para viabilizar”, o que seria resolvido através de formas adequadas de acesso ao crédito.

5.1.4 Crédito para facilitar o acesso ao mercado

“Agora, se por exemplo, tivesse um meio, um órgão que financiasse o agricultor, pra ele, pra gente reunir toda a produção que a gente tivesse pra vender, tudo numa mão só, num mercado só, eu acharia que era melhor. A gente ganhava mais dinheiro. Mas eu acho que até agora ainda não tem um” (CB).

O mercado foi um dos assuntos que recebeu atenção especial dos técnicos em Tejuçuoca. No seu linguajar, o camponês dá o tom do discurso: *“o mercado era uma das coisas mais preocupantes do pessoal do PNUD”*. E um dos temas mais lembrados nas reuniões era a necessidade de organização das associações para realizar, de forma coletiva, a comercialização do excedente de produção de todos os associados. Paralelamente, falava-se muito na possibilidade de exploração de atividades com bom potencial de mercado.

Mas a maior parte da produção dos camponeses do município não é destinada ao mercado. Seu objetivo principal é a manutenção da família, a segurança de *“ter o de comer”*⁶⁹:

“É uma coisa que é muita preocupação deles, de explicar pra gente, é essa história de mercado. (...) Mas a nossa preocupação maior é produzir pra se manter. Aí, depois, da sobra é que a gente vai caçar uma renda, um mercado, pra se dispor daquilo ali” (CA).

Em geral, a venda de parte da produção tem a função de arrecadar o dinheiro para adquirir bens de primeira necessidade não produzidos na unidade

⁶⁹Segundo Garcia Jr.(1989), a decisão de produzir para a subsistência se fundamenta na *“minimização dos riscos da flutuação dos preços ao consumidor”* dos produtos adquiridos para a manutenção da família.

familiar⁷⁰:

“Antes mermo de existir a associação, o que a gente fazia era o seguinte: produzia, guardava aquele tanto de se manter durante aquele ano e aí, aquele que sobrava, a gente sempre vendia. Porque milho e feijão, a maioria das pessoas faz é guardar mermo. Porque ninguém sabe o que é que vem no outro ano. Aí tinha muitas vez, do pessoal lá da nossa região, guardar, mermo quando sobrava. (...) A gente só vendia milho e feijão, por exemplo, quando tinha que comprar outra coisa pra casa e a gente num tinha salário, num tinha nada, tinha que se valer daquilo ali. Aí era obrigado a gente caçar o mercado, pra se dispor daquele milho, daquele feijão” (CA).

O que acontece nas comunidades rurais de Tejuçuoca não é exclusividade dali. É comum em comunidades em que predominam grupos camponeses. Esta é uma questão que está profundamente ligada à lógica, à racionalidade, ao modo de vida camponês⁷¹.

Na região estudada, em boa parte dos casos em que o camponês comercializa seu excedente de produção, a venda é realizada dentro da própria unidade familiar, diretamente ao intermediário. E neste caso, tanto o preço quanto as condições de pagamento são ditados pelo comprador, que adota a estratégia de realizar visitas *“nas épocas de maior precisão, de preços baixos”* e de poucas alternativas de negócio. O camponês se sujeita à vontade do comprador que é movido pela lógica do capital, da *“mais valia”*, com a agravante de o município não dispor de feira local. A outra saída de

⁷⁰Acontece o que Garcia Jr. (1989) denominou de “alternatividade”, ou seja, o produto destina-se ao consumo doméstico, mas pode ser levado ao mercado para obtenção de renda monetária para adquirir sal, querosene, açúcar, roupas, calçados ou outros bens de consumo não produzidos na unidade familiar.

⁷¹Discussão teórica aprofundada no item 4.1 do capítulo anterior.

comercialização é a colocação do produto no mercado de Itapajé. Localizada a 48 km de distância, Itapajé é a cidade mais próxima. Contudo, colocar os produtos neste mercado significa acréscimo de custos de transporte, tornando o processo de comercialização oneroso demais⁷².

O incentivo à exploração de atividades comerciais tem sido uma das prioridades do PADL em Tejuçuoca e ocorre em torno da especialização na atividade de ovinocaprinocultura, inclusive com o objetivo explícito de substituir a criação de bovinos, historicamente predominante na região. Segundo técnicos da Embrapa, esta atividade apresenta grande potencial de exploração no sertão.

A proposta é bem aceita pelos camponeses, entendendo ser *“uma boa para uma região seca”* como a deles. Vêm a possibilidade de utilizar, com essas atividades, o esquema que antes montavam com a cultura do algodão, ou seja, pensam na criação de caprinos e ovinos como uma alternativa de obter recursos monetários para pagar também o financiamento de atividades de subsistência:

“Agora, por exemplo, no projeto, a gente envolveu a agricultura, o caprino e o ovino. Agora, nós tamo esperando tirar pra pagar ao banco do ovino e do caprino. Não com a agricultura” (CE).

A *“criação”* é, na verdade, uma atividade comum na região. *“Quem anda por essas bandas se depara com estes animais nos terreiros, nos quintais, nas beiras de estrada”*. É assim: a *“criação está em todos os lugares”*. São animais rústicos, com grande capacidade de resistir à instabilidade climática, de sobreviver com pastagem considerada de qualidade inferior. Por isso sua manutenção dispensa cuidados especiais. Além do mais, destina-se

⁷²É importante ressaltar que dos 48 km que separam Tejuçuoca de Itapajé, 33 km são de estrada de terra.

prioritariamente ao consumo familiar, sendo a comercialização reservada para momentos de “aperto” financeiro.

O incentivo à especialização visa sobretudo o mercado, o que exige qualidade da carne, do leite e da pele. Portanto, requer mudanças na condução da atividade, exigindo cuidados redobrados com alimentação, manejo e sanidade dos animais, que deverão apresentar bom padrão também do ponto de vista genético. Isso implica em uma série de mudanças na prática cotidiana e até mesmo na redefinição do uso dos recursos internos. Em primeiro lugar, é necessário acrescentar força de trabalho, podendo sobrecarregar os membros da unidade familiar⁷³. Depois, a necessidade de investimento em infra-estrutura requer recursos financeiros e a conseqüente demanda pelo financiamento bancário.

Por seu turno, o financiamento bancário impõe aos camponeses a necessidade de se dirigir ao mercado. É que a concessão do crédito pressupõe, por parte do agente financeiro, a capacidade de pagamento das parcelas do empréstimo através da comercialização do produto gerado pela atividade financiada. E, como se pôde observar na leitura do item 4.3 do capítulo anterior, uma das alternativas utilizadas pelos camponeses para fugir da sujeição ao mercado é a comercialização coletiva da produção. Porém, as inúmeras dificuldades na ação coletiva conduzem os camponeses a cobrarem o apoio dos órgãos públicos na prática da comercialização:

“Agora, se por exemplo, tivesse um meio, um órgão que financiasse o agricultor pra ele, pra gente reunir toda a produção que a gente tivesse pra vender, tudo numa mão só, num mercado só, eu acharia que era melhor. A gente ganhava mais dinheiro. Mas eu acho que até agora ainda não tem um” (CB).

⁷³Além do cuidado com as lavouras de subsistência (milho e feijão), é preciso gastar tempo, mão-de-obra e dinheiro no manejo dos animais.

O depoimento revela que esses camponeses ressentem-se de uma intervenção mais efetiva do poder público em forma de apoio financeiro, para que possam resolver parte dos problemas que sofrem durante o processo. A ação do Estado, entendem, contribuiria para a redução ou eliminação da atuação do intermediário, colaborando, dessa forma, para o aumento da sua renda.

Mas apesar de todo o esforço para vender em conjunto e das cobranças por apoio oficial, a quantidade dos produtos comercializados pela maioria dos camponeses é mínima, se comparada com o que é destinado ao consumo doméstico. O discurso do camponês denuncia a realidade local:

“Se saísse os plano que eles faz na associação, se aparecesse... se a gente fizesse galpão, que nem eles falam, era bom. Mas só compensava se houvesse inverno e desse muito legume, e todo mundo se reunisse. Aí compensava. Porque aí você ia buscar lá fora preço melhor, né? Aí criava mercado, né? Mas eu acho que com a produção que a gente tem, por hora mermo, eu acho que... num sei se é tão interessante não. Porque se uns faz mais uma coisinha, outros num faz. Aí, esses que faz menos guarda é pra comer. Quando tá com uma precisãozinha vende ali um pouquim. Mas nada da gente é guardado pra vender em grosso. Você sabe que o lavrador guarda ali um tempo que dê pra gente ir comendo, né. Mas quase que num sobra pra vender. E quando sobra pra vender, a gente vende destacado assim. Nada é guardado pra vender em grosso, né? Vai vendendo de pouquim. Até que esse pessoal da associação diz que a gente tem que guardar, pra quando precisar vender, vender em grosso, né, pra ir buscar lá fora o preço melhor. Mas você sabe que num tem condições” (CJ).

Outro camponês faz uma reflexão e considera:

“O que nós produzir, nós pode fazer uma feirinha aqui e vender. Mas este sonho de empresário é um negócio meio difícil, porque isso é uma coisa que eles [os técnicos] falam, mas não é uma coisa da gente pôr em prática, né? Porque eles falam muito que a gente tem que agir como um empresário. Mas por hora, a gente é agricultor, né? Mas empresário, eu acho muito difícil a pessoa alcançar o ponto de ser empresário. Agora, uma coisa que a gente pensa, né? É de melhorar de condição de vida” (CB).

Por isso o retorno econômico da comercialização coletiva pode ser insignificante, a não ser que efetivamente haja um aumento do volume de produtos resultantes da atividade de ovinocaprinocultura, pelo crescimento do rebanho devido à campanha de incentivo realizada pelo Banco do Nordeste.

A integração ao mercado, por sua vez, pode representar uma faca de dois gumes, pois à medida que com ele se envolve, o camponês é obrigado a abrir mão de sua independência, tornando-se refém das regras por ele ditadas.

No entender de Martins (1990), à medida que se integra ao mercado, o camponês se transforma, progressivamente, num subalterno diante do capitalismo. É que, ao se submeter às relações de troca desfavoráveis, quase sempre a unidade familiar é conduzida a uma situação de empobrecimento que se dá, principalmente, pela ampliação do domínio do mundo das mercadorias, em que a chegada do capital reduz o espaço de produção agrícola do camponês. No limite, o capital retira-lhe a terra e impõe o trabalho assalariado⁷⁴.

⁷⁴A tese de Martins foi comprovada por Pereira (1992) em estudo realizado junto a camponeses feirantes no município de Lavras-MG. Segundo esta autora, a totalidade dos feirantes entrevistados afirma que antes possuía renda maior, colocando, de forma clara, o processo de descapitalização a que são submetidos constantemente. Segundo um desses feirantes: *“Sei que minha renda diminuiu, porque eu pra comprar as coisas que eu preciso eu gasto muito mais, porque as coisas da indústria têm valor alto. Antes era melhor, eu vendia mais fácil e o dinheiro entrava mais rápido...”*.

Além disso, a integração afeta toda a base de reprodução da família, levando também a uma redução do espaço familiar. Isto ocorre tanto pela insegurança que a especialização da produção acarreta, fazendo a família girar apenas em torno da produção da mercadoria, como pela maior submissão às leis do mercado, isto é, à flutuação de preço, necessidades de empréstimos, juros altos, atravessadores, alto preço dos insumos no custo de produção etc (Kautsky, 1968).

Essa ameaça de perda de autonomia leva o camponês a elaborar estratégias que lhe permitam a reprodução dentro das novas condições, as condições modernas de produção. Porém, em grande parte, ainda se baseia na valorização dos recursos de que dispõe internamente na unidade familiar e que se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Ou seja, dentro da nova realidade em que se insere, o camponês procura enfrentar os desafios com as armas que dispõe e que sabe utilizar (Wanderley, 1996)⁷⁵.

É por isso que apesar da sujeição aos mecanismos de transferência de renda para fora da unidade, ainda existe um espaço de autonomia camponesa. Tendo como base o uso do trabalho familiar, é possível manter uma produção através do tempo e desenvolver um conjunto de práticas adaptadas às necessidades e recursos do meio e da unidade familiar (Altieri, 1989). Este equilíbrio interno torna aceitáveis as baixas remunerações na unidade familiar, permitindo-lhe resistir às piores situações de mercado (Chayanov, 1974).

⁷⁵O caso dos feirantes do município de Lavras-MG, estudados por Pereira (1992, p.59), pode ser citado como exemplo dessa situação: *"a quase totalidade dos feirantes vive de seu trabalho e do trabalho de sua família e cada vez mais se vêem forçados a multiplicar esse trabalho no sentido de assegurar sua permanência no processo de produção. (...) Com o agravamento do processo de descapitalização, alguns têm vendido temporariamente sua força de trabalho"*. Outros reduzem o trabalho contratado e entram num processo de sobrecarga do trabalho familiar, na expectativa de manter-se no processo e garantir a posse da terra, como é o caso do camponês entrevistado pela autora: *"no passado tinha gente trabalhando para nós... com o tempo as coisas foram piorando, e hoje só trabalha aqui, eu, meu filho e minha filha... Antes até eu tinha empregado dentro de casa... hoje a gente tem que fazer o serviço daqui de dentro e ir pra fora e pra horta... mas a gente dá conta do recado"*.

5.2 Desempenho do Programa

“Capacitar é bom. Mas a espera da gente mermo, é dinheiro e terra” (CI).

O propósito dos técnicos do PADL ao chegarem em Tejuçuoca era fazer capacitação. Grande parte dos seus esforços era destinada a esclarecer os camponeses sobre a importância da capacitação e a *“quebrar essa história do dinheiro”*:

“Aí, a gente começou muito a batalhar isso. Como primeiro ponto a gente tinha que quebrar essa história do dinheiro do pessoal: ‘o dinheiro sai, mas o que a gente está fazendo aqui é capacitação. (...) Começamos a martelar muito isso com eles: ‘olhem, dinheiro o banco tem. Na hora que vocês quiserem pegar, pode. Independente da capacitação’” (TB).

E assim caminhou o processo. A capacitação realmente funcionou como a *“mola mestra”* do Programa, permeando todo o trabalho. Mas nem todos os membros das comunidades se envolveram nesse processo. Uns participaram do início ao fim, outros o abandonaram no meio do caminho e boa parte sequer teve a curiosidade de ver para crer, de saber a finalidade de todo aquele movimento na comunidade.

Enquanto no trabalho de capacitação eram dirigidos esforços no sentido de preparar os camponeses para utilizarem racionalmente os recursos limitados, o grupo apresentava a demanda por recursos externos capazes de facilitar o processo de produção de suas atividades agrícolas: *“ter o recurso, ter o dinheiro pra comprar a terra, fazer o açude, fazer a cerca, criar cabras, fazer alguma coisa” (TB).* Recursos compatíveis com a realidade local.

E para os camponeses que permaneceram no processo, o discurso dos técnicos significava que as reuniões eram parte do processo, “*porque devia ter esse tipo de coisa pra poder conseguir o empréstimo*”:

“Eles diziam que ia vim, né? Que era muito bom. Ia chegar mermo dinheiro. Eles cansaram de dizer assim: ‘Oh, isso aqui vai chegar dinheiro pra vocês. Mas tem é dinheiro’. Eles diziam desse jeito, né. Aí a gente ficou muito animado, que nem você sabe, que a espera da gente é dinheiro mermo” (CJ).

“E passaram a dar aquelas reunião e sempre dizendo que a gente só conseguiria agora um empréstimo, uma coisa individual era muito difícil. Aí, através da associação dizia que era bem mais fácil. (...) Porque nossa comunidade achava o seguinte: que através deste programa sempre a gente despertou mais em termos de empréstimo. Que ia vir algum dinheiro” (CA).

Foi a capacidade do Programa de atender a essas demandas efetivas que determinou a sua “aprovação” ou “desaprovação” por parte dos camponeses, conforme revelado no conteúdo das informações colhidas em campo.

Essas demandas são representadas, na verdade, por “*coisas concretas*”, que apresentem a possibilidade de solucionar as questões de ordem prática no dia-a-dia da unidade camponesa e que contribuam de forma efetiva para assegurar a satisfação das necessidades da família e sua reprodução ao longo do tempo. Freire (1987) considera que diante de situações concretas é mais provável que o homem adquira uma postura crítica sobre o seu contexto, porque há uma incorporação. Ele deixa de ser objeto e passa a ser sujeito, passando a interferir sobre o contexto. Ainda, a sua linguagem só existe se houver uma realidade a que se encontre referido.

Daí porque o processo de capacitação, quando realizado de forma desvinculada do crédito, não recebia a aprovação dos camponeses em Tejuçuoca.

Estes aspectos são evidenciados com clareza no discurso dos camponeses entrevistados, como se pode observar nos itens que se seguem.

5.2.1 “Tiramos o empréstimo, conseguimos a terra: tá pra lá de bom demais!”

Em algumas associações, à medida que o acesso ao crédito ainda era uma possibilidade, os encontros e as oficinas mantinham certa desenvoltura. Mesmo os técnicos percebiam que a frequência dos camponeses estava associada à esperança de receber o crédito:

“Era uma espécie de responder à chamada, estar presente na hora que surgisse o projeto: ‘Se eu não for, na hora que sair o dinheiro eu não estou lá, aí eu não recebo’” (TB).

Um dos entrevistados conta como as coisas caminharam em sua associação:

“Da minha associação, não teve nenhum que dissesse: ‘Não, isso aí num vale nada’. Todos acreditavam. Agora, era uma fé meia pouca no início da história, porque sendo no início... Porque uns dizia ... que inclusive, teve pessoa lá que quando foi assim, dumas 10 reunião pra lá, já tava era dizendo... disseram mermo pro pessoal do PNUD: ‘Rapaz, eu tô é só gastando meu tempo aqui!’. Eles falaram até desse jeito. Aí eu mermo disse: ‘Não, rapaz, mas a coisa num é assim não. O pessoal tá primeiro capacitando, pra poder a gente saber mais ou menos aplicar este dinheiro, pra esse dinheiro ter retorno, pra gente poder pagar este empréstimo e tirar outro’. Eu

dizia pra eles. (...) Ai um dia ele disse: 'Não, rapaz, mas tem paciência, – o cara do PNUD dizia - tem paciência, gente, que nós chega lá. A partir de mês que entra nós vamos dar a derradeira reunião, pra vocês poderem se dirigir ao banco, pra poder arranjar recursos'” (CA).

Nas associações em que projetos de crédito foram elaborados e o financiamento bancário liberado para alguns camponeses, a satisfação da conquista coletiva levou o beneficiário a exaltar a organização, a união dos indivíduos no grupo:

“Aí, pronto! Foi dessa maneira que se realizou a coisa e, graças a Deus, tá dando certo. (...) Porque, individual não vem nada pra ninguém. Agora tudo vai ser através de uma associação e de uma união. Se na associação tiver um pessoal unido, a gente tem tudo pra conseguir. Aí, se consegue açude, consegue tudo quanto a gente tentar, através de associação. De acordo que a gente se una” (CA).

A união, apesar de ser considerada “muito trabalhosa” pelos camponeses, neste caso justificou o esforço do grupo porque culminou na conquista da “coisa concreta”, do “objeto” desejado. Foi através da união que esse grupo teve acesso ao crédito e à terra. E a possibilidade de acesso à terra, a partir de determinado momento, foi o que sustentou boa parte dos sócios nas reuniões e “laboratórios” realizados em algumas associações. Houve até casos de reaproximação de alguns que, por descrença, haviam se afastado do processo:

“Aí, depois que eles foram vendo, com outras compras de terra, que aquilo era uma coisa boa pra eles mesmos, né? Foi exatamente com a compra duma terra aqui que eles viram que era

uma coisa boa. Aí eles disseram: 'é, nós tava parado no tempo, porque agora que a gente tá vendo que consegue as coisas através da associação, nós vamos agora pretender a terra'. (...) É por isso que agora já temos mais um número de sócios devido ao problema da terra. Aqueles que tinham se afastado perguntaram se podiam continuar, nós aceitamos e hoje já está na faixa de 50 sócios" (CB).

A verdade é que a realidade local conduzia os camponeses à cobrança de ações de interesse dos grupos, cuja solução iniciava pela conquista da terra e pelo acesso ao recurso financeiro para torná-la produtiva:

"Outra coisa que a gente falava lá com o pessoal do PNUD é no caso que nós falamos o seguinte: 'rapaz, nós precisa muito de terra. Mas nós só com a terra também num vai resolver o problema'. Porque a terra também, no início da história, como é que nós podemos produzir se não tem algum dinheiro? Aí nós questionamos muito nessas coisas. Era na terra e no crédito, que era pra poder resolver o problema. Porque nós com o terreno lá, coitado! Num resolvia só nada! Agora, com este empréstimo agora, a coisa anda bem melhor. Porque aí junta uma coisa com a outra e dá certo" (CA).

Foi a partir de questionamentos como estes que novas ações foram incluídas na proposta inicial. O INCRA e o Programa Reforma Agrária Solidária - Cédula da Terra, foram articulados e envolvidos no processo⁷⁶. Foi

⁷⁶A Reforma Agrária Solidária – Cédula da Terra, é um programa de reforma agrária criado pelo Governo Federal em parceria com o Estado do Ceará. A execução deste programa foi facilitada porque as comunidades já estavam organizadas em associações comunitárias. É que a aquisição de terras só é possível através da Reforma Agrária Solidária se intermediada pela associação. Através dela, os camponeses escolhem a terra e negociam o preço diretamente com o proprietário. Uma vez aprovado o financiamento, a associação passa a ser a responsável pela administração dos recursos, tendo 10 anos para pagar o imóvel, com carência de 3

então que algumas associações iniciaram o processo que culminou na conquista da terra.

“A participação dos sócios agora já melhorou um pouco. Num sei se é o problema da terra que a gente tá conseguindo. É que lá muitas pessoas que fazem parte da associação, não podiam ser beneficiadas, por causa da falta da terra. Aí a gente começou a se interessar pelo problema da terra e a gente falou com o Sr. X, que é um fazendeiro grande que tem uma fazenda vizinho à gente lá. E a gente conversando, aí através de conversas ele propôs a vender o terreno pra associação, através do INCRA. Mas a associação foi quem se encarregou de procurar a terra. O INCRA já veio fazer a vistoria e deu um prazo. E a gente ficou na expectativa que daqui pra dezembro as pessoas iam ter acesso à terra” (CB).

É importante observar que a participação efetiva dos camponeses no processo oscilou de acordo com a possibilidade de concretização de seu objetivo maior: acesso à terra e obtenção de crédito para melhorar as condições de produção. Na medida em que havia a esperança de alcançar tal objetivo continuavam apostando.

Por isso, nos casos em que as comunidades foram contempladas com a terra houve o fortalecimento das associações. E *“a confiança na associação aumentou mais ainda”* quando alguns camponeses viram atendidas também as necessidades de crédito para produção. É que a liberação de recursos para financiamento da terra criou a possibilidade também de acesso ao crédito para o investimento na terra recém-adquirida.

anos. Existem ainda recursos para obras comunitárias e ajuda financeira para as famílias durante o primeiro ano, a fundo perdido (SDR, 1998).

“A associação é necessária porque eu, no meu ponto de vista, o que eu acho assim: se não fosse ela, a gente não tinha conseguido a terra e o empréstimo que a gente conseguiu agora. E aí, do jeito que tá a crise aí, difícil, quer dizer que a gente tornaria sem ganho nenhum. Aí eu acho que ela é muito necessária nesse sentido. Foi uma das coisa importante aqui que aconteceu foi essa associação” (CA).

E essa confiança refletiu no Programa como um todo, que passou também a gozar de certa credibilidade por parte dos grupos beneficiados:

“Nós começemos, talvez, na faixa de 1 a 2%. E agora se tornou a 10 ou mais, né, de bom demais! Porque o que a gente esperava era que viesse o empréstimo e a terra que nós não tinha. (...) E de fato, agora nós já tamo acreditando bem melhor, por causa que agora nós já tamo sendo beneficiado. Tiramos o empréstimo agora, conseguimos a terra... Já tiramos a segunda parcela do empréstimo, já tamo esperando a terceira parcela, que é pro mês de janeiro. Pra você ter uma idéia de que o negócio foi bom mermo. Da forma que eles falaram!” (CA).

Mesmo a articulação e a negociação em torno da questão da terra contribuiu para esse fortalecimento da associação, por ter proporcionado o seu envolvimento no processo⁷⁷. Também foi importante o fato de a associação tornar-se responsável pela administração dos recursos liberados para o investimento inicial a ser realizado nas terras adquiridas⁷⁸.

⁷⁷As articulações iniciais eram promovidas por técnicos do Programa, prefeitura e dirigentes da associação interessada, procurando envolver o INCRA e demais instituições.

⁷⁸O investimento inicial nas áreas de assentamento prevê a melhoria da infra-estrutura básica local, a construção de casas, além da implementação de projetos produtivos.

5.2.2 “Não melhorou nada porque não tem projeto!”

Mas nem todos os camponeses envolvidos no processo foram contemplados com os recursos que consideravam importantes para solucionar seus problemas de escassez de terra e de condições de produção:

“Rapaz, eu tou achando que ficou quase na mesma. Acho que num melhorou não. Acho que ficou na merma porque só melhorou porque a gente se informou, porque a gente aprendeu mais alguma coisa que a gente num sabia, né. Mas nós pensava que vinha haver era dinheiro, né, o que vinha pra gente. E, inté agora, nada disso chegou. Todo mundo na baixa” (CJ).

Para esses camponeses alguns aspectos de condução do processo e outros ligados às exigências burocráticas seriam os responsáveis pelo fato de algumas associações não conseguirem avançar em termos de conquista dessas “coisas concretas”. E isso, segundo o entendimento do grupo, haveria interferido negativamente no desempenho do Programa.

O primeiro aspecto diz respeito ao tratamento linear dispensado aos grupos, apesar de heterogêneos: uns dispunham de energia elétrica, outros não; alguns possuíam a terra, outros não⁷⁹.

O tratamento reservado à questão da terra, no entender dos camponeses, deixou a desejar. O plano de desenvolvimento das comunidades desconsiderou a heterogeneidade entre os grupos e, se por um lado desprezava a hipótese da escassez desse bem na região, por outro, concluía precipitadamente pela rapidez do processo como um todo⁸⁰.

⁷⁹Enquanto uns grupos avançavam buscando recursos para investimento na propriedade individual, outros apresentavam como prioridade a conquista da terra.

⁸⁰Contrariamente, o processo ocorria e ocorre de forma muito lenta, com mais retrocessos que avanços nas negociações que envolvem instituições públicas, proprietários de terras e Associações Comunitárias.

Um dirigente de associação expõe sua opinião:

“Assim, o primeiro que tinha que ser feito era fazer com que quem não tinha terra, conseguir essa terra logo, de imediato, logo de início. Para mim, o plano de ação imediata dessas associações já era entrar com a propriedade junto ao INCRA, com essa Reforma Agrária Solidária, para que a gente, logo de início, conseguisse isso aí, para poder dar continuidade ao trabalho lá na frente. Mas não, foi levado tudo numa só coisa” (DC).

Também no que se refere aos projetos de crédito, os camponeses apontam alguns problemas. Em primeiro lugar, a possibilidade do financiamento foi utilizada como instrumento de convocação para que houvesse adesão em massa dos camponeses às reuniões iniciais. Isso provocou grande expectativa no grupo:

“Eles diziam que ia vim, né. Que era muito bom. Ia chegar mermo dinheiro. Eles cansaram de dizer assim: ‘oh, isso aqui vai chegar dinheiro pra vocês. Mas tem é dinheiro!’ Eles diziam desse jeito, né. Aí, a gente muito animado, que nem você sabe, que a espera da gente é dinheiro mermo” (CJ).

“Porque quando eles chegaram aqui, era falando mesmo sobre o dinheiro. Que as pessoas procurassem se capacitar, que o dinheiro tinha”(CB).

Mas no decorrer do processo, os técnicos trataram de passar a idéia de que estavam ali não para conceder crédito, mas para fazer capacitação:

“Aí, o tempo foi passando, passando, com pouca mais chegaram com outras conversa, dizendo assim: ‘Olha, mudou assim

de uma hora pra outra. O projeto de vocês poderá ser outro, porque esse acabou'. Aí pronto! Mudou de ano, o que ia acontecendo era isso, né. O tempo vai passando e a gente... pronto! Continua sem nada" (CJ).

"Mas depois, as coisa foi ficando distante, eles já conversando diferente, né" (CB).

Então muitas expectativas se frustraram:

"Aí, a gente achou que não era aquilo que a gente pensava no começo. Aí veio vindo essa capacitação e o pessoal foi desistindo, porque achava que era muito cansativo. E muitas pessoas acha que pra gente receber um projeto, não precisa passar por uma capacitação, né. Aí foram se afastando. Ficou poucas pessoas que compareceram nas reuniões" (CB).

"Aí, até numa reunião que houve aqui, do povo geral, das Associações tudim junto, uns diziam assim: 'é, rapaz, mas nós já vamo quanto tempo de reunião e nada, e nada!'" (CA).

"A gente tava esperando mais do PNUD, né? Quando o PNUD chegou aqui a gente tava esperando outra coisa, né?" (CB).

Um dirigente de associação formula sua opinião sobre a atuação do Programa:

"A grande falha do Programa foi fantasiar demais. Porque, se por um lado tinha que fantasiar, porque tinha que chamar o pessoal, agora, eu acho que tinha que ser uma fantasia dentro da

realidade”(DA).

É por isso que de certa forma alguns grupos de camponeses se sentem traídos, pois *“pensavam que a coisa ia ser diferente. Depois de tudo, os recursos que eles tavam pensando, que era o dinheiro, não foi assim tão fácil”* (CE).

“A gente pensava que ia ter recursos e os juros fossem mais baratos e tivesse alguns projetos a fundo perdido, porque vinha os recursos e a gente, de acordo com o projeto, ser feito, produzir, né. E a comunidade entrasse com a parte do trabalho, como o Projeto São José faz, e os recursos vinham do governo, na outra parte. Mas nem isso chegou na nossa comunidade” (CE).

E realmente, o discurso dos técnicos seguia na direção oposta:

“É preciso esquecer essa história de que os recursos vêm de graça, porque isso não existe mais. Hoje não é mais possível que isso aconteça. Os recursos agora são escassos. O agricultor tem que ser eficiente na administração dos recursos” (TC).

Os camponeses entendem que a alternativa mais coerente seria trabalhar os projetos paralelamente ao processo de capacitação, o que acarretaria pelo menos dois ganhos efetivos:

- 1) a capacitação ocorreria mediante uma situação concreta, à medida que se elaborassem o diagnóstico, o plano de ação e os projetos de crédito para atender às demandas de investimento em infra-estrutura e produção, facilitando a incorporação das técnicas, dos processos etc. E, ocorrendo o processo desta forma, conforme argumenta Freire (1987), é bem maior a chance de que eles próprios adquiram

uma postura crítica sobre o contexto em que estão inseridos:

“Porque é possível que você se capacite, mas com a prática. (...) Como é que eu tou me capacitando, como é que eu vou saber que eu tou capacitado, se eu não tou testando isso?(...) Então, naquele momento, era momento de chegar os recursos, pra que eu fosse investir na coisa certa e ter o acompanhamento deles ainda” (DA).

- 2) haveria um objetivo concreto para estimular os camponeses a participarem efetivamente de todas as etapas do programa de capacitação.

Não priorizar a concessão de crédito desde o princípio dos trabalhos provocou um outro problema no processo: o não engajamento de profissionais da área de ciências agrárias comprometidos com o processo, criando situações indesejáveis do ponto de vista da proposta do Programa:

“A questão dos projetistas ter que vir de fora, é um problema sério, porque o projetista era pra estar engajado no processo, porque ele ia ter o mesmo pensamento que nós lá estávamos tendo. Como é que eu vou buscar construir um aprisco, se eu já tenho? Como é que eu vou buscar comprar um saleiro, se eu posso lá, já fazer um saleiro? Pra que é que eu vou comprar só pra me endividar mais? Agora, o projetista que vinha de fora, ele queria saber era se tinha 2% pra ele” (DA).

Na Fase TTE persistiram problemas provocados pela desvinculação entre o processo de capacitação e a prática do aprendizado. Embora os camponeses entendessem que a capacitação deveria ocorrer no decorrer da implantação de projetos produtivos, as palestras, oficinas, cursos e seminários realizados sobre uma ou outra “tecnologia de interesse dos camponeses”,

aconteciam “*de forma abstrata*”, por não existirem projetos concretos para implantar. “*Ficou tudo muito na teoria*”, segundo um dirigente de associação⁸¹:

“Mesmo quando eles terminaram de fazer a última oficina, ou mesmo durante o processo, sempre eles traziam uma palestra pra gente, sobre raleamento, algodão, banco de sementes, sobre muitas coisas que aconteceram. (...) Mas aí continuou a fazer isso um pouco abstrato, porque não tinham o projeto em mãos, o recurso para aplicar. Então ficou uma coisa meio perdida, porque se tivesse saído o projeto antes, ficava muito mais fácil a gente trabalhar. Porque aí eles entravam com um curso de caprino, raleamento... ficava muito mais fácil de trabalhar” (DB).

Outras dificuldades apontadas pelos camponeses dizem respeito às exigências bancárias para concessão do financiamento⁸². Se “*no início teve até muita gente, depois desistiram porque acharam dificuldade. Porque precisa muita coisa, principalmente pros projetos*”. Em primeiro lugar, pelo fato de a maioria não ter acesso à terra para produzir, “*porque o banco financia mais é quem tem terra. Os que não têm terra é difícil conseguir o empréstimo, porque o banco exige o aval na hora que a gente vai atrás do dinheiro*”. E a exigência do aval, no entender do camponês, torna o processo “*muito enrolado porque nem todo mundo quer avalizar pra quem não tem terra. Pra quem tem terra,*

⁸¹Aqui o termo “teoria” é utilizado de forma destorcida para indicar oposição à realidade. A teoria, na verdade, “*implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente*” (Freire, 1983, p.95).

⁸²Os recursos ofertados para investimento na agricultura nos dias atuais já não apresentam as condições vantajosas do passado (principalmente décadas de 1960 e 1970). No caso dos empréstimos realizados pelos camponeses em Tejuçuoca entre o período de 1996 e 1998, 89% são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda no Nordeste (PROGER), com carência de 3 anos, prazo médio de 8 anos para pagamento, juros de 6% a.a. + TJLP, com rebate de 50% sobre os juros. As garantias cobradas nestes casos variam cumulativa ou alternativamente entre hipoteca, penhor, alienação fiduciária, aval e fiança (Banco do Nordeste, 1998).

não é tão difícil. Mas pra quem não tem terra, principalmente, é muito enrolado” (CE).

Outro complicador surge na hora de pagar o empréstimo, *“porque tudo tem que ter uma devolução pro banco. De qualquer forma, tem devolução”.*

Também a dificuldade na hora de comercializar é um problema abordado pelos camponeses: *“apesar de poder financiar por intermédio da associação, alguns projetos que não exigem a terra [olaria, bordado, costura etc], não tem onde nem como vender o produto de forma que dê a condição de devolver o do banco e sobrar alguma coisa” (CE).*

Diante de tais dificuldades e em virtude do baixo nível de renda, alguns camponeses preferem não correr o risco de *“ficar empenhado”*, caso a renda da atividade não seja suficiente para *“devolver o do banco”*⁸³:

“A gente até tem vontade de receber recursos, mas ao mesmo tempo tem medo de não conseguir pagar. Será que vai dar? Será que eu posso pagar isso? Será que eu não vou ficar empenhado? Porque o milho e o feijão, tem anos que dá mais, tem anos que dá menos. E é a alimentação que eles alimentam suas famílias. Aí, se eles vendem pra pagar o banco, se não der pra ficar para o sustento da família? Como é que vão viver? É isso. É por causa da pobreza, porque ele não tem renda, aí tem medo de pegar o dinheiro e não conseguir pagar e ficar empenhado” (CE).

Por isso propõem que recursos para atividades de *“tanto risco”*, como é o caso da *“agricultura”*, devem ser ofertados mediante condições especiais:

⁸³Também em Curiaú, estado do Amapá, foi observado por Moraes (1991) que há insegurança por parte dos camponeses quanto a assumir compromisso com o banco devido às condições impostas nos financiamentos.

“Mas aí, tem que ter uma forma de financiamento que dê condição. Agricultura tem que ser a fundo perdido. A não ser que o governo dê um projeto pra cada agricultor, com um juro fixo de 1%, até 1,5 %, né. Aí, eu acho que o agricultor pode até ter aquela condição de pagar. Mas, juros e mais TJLP, essas coisas assim, eu acho que o agricultor, pra agricultura, ele não tem condições de pagar. Até pra projeto mermo de ovino e caprino eu já acho um pouco arriscado, né?” (CB).

“E também quem é que vai querer trabalhar só pro Banco? E aí, como é que fica? Quer trabalhar que dê uma condição pra gente sobreviver. Mas, se for devolução, do jeito que tão aí os bancos, juros altos, pra quem vai produzir milho e feijão, que é a renda principal aqui da região, né, num dá mermo” (CE).

O camponês questiona os métodos utilizados pelo governo para selecionar o público a ser beneficiado com sua política, quando diz: *“O governo não quer beneficiar quem não tem terra” (CE)*. E resume a imagem que faz do Estado:

“O governo é um cara muito inteligente, né. Tá certa a meta dele. Financiar aquela pessoa que realmente tem alguma coisa pra devolver. (...) Porque o banco quer olhar o que o cara tem. Ele financia aquele dinheiro, mas ele quer o retorno” (CA).

Fica claro nas observações, análises e reflexões contidas nos capítulos 4 e 5, que os camponeses apresentam perfeita compreensão a respeito do seu trabalho, dos resultados e das conseqüências. Neste sentido, o Programa para ser bem aceito e apresentar resultados mais efetivos do ponto de vista dos

beneficiários, teria que *“ajudar o agricultor”*. Criar um ambiente propício para a melhoria das condições de produção – concessão de crédito para aquisição de terra, financiamento das atividades produtivas, de técnicas poupadoras de mão-de-obra e da comercialização do excedente – o que representa um passo adiante nesse sentido porque é uma forma de garantir a sobrevivência e reprodução da família no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar a proposta contida no “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local” do Projeto Banco do Nordeste/PNUD e sua contribuição para o desenvolvimento do meio rural. Tomando o caso do município de Tejuçuoca-CE, recorreu-se à pesquisa qualitativa, com a preocupação essencial de interpretar a realidade a partir da perspectiva dos beneficiários do Programa. Assim, a fala dos atores, suas informações e a observação de suas ações e do contexto foram imprescindíveis para elucidar a questão colocada.

O propósito fundamental do Programa é, utilizando uma metodologia de capacitação, preparar os camponeses para, através do conhecimento e da organização, passarem a utilizar de forma integral e racional os recursos próprios e a aplicarem corretamente as tecnologias compatíveis com tais recursos. Dessa forma, pressupunha um processo de crescimento livre de qualquer forma de paternalismo, dependência de crédito, subsídios ou protecionismo, enquanto os camponeses desenvolveriam o espírito empresarial, tornando-se eficientes e disponibilizando produtos competitivos no mercado, o que resultaria em ganhos nos aspectos socio-econômicos⁸⁴. A estrutura das associações foi o instrumento utilizado para pôr em prática a metodologia proposta.

Observou-se a existência de uma racionalidade própria no grupo estudado, diferente essencialmente daquela do ponto de vista da empresa. Enquanto na empresa as ações se baseiam em cálculos quantitativos e estão direcionadas para a maximização do lucro e minimização dos custos de

⁸⁴Vale ressaltar que há uma tendência de crescimento da valorização dos aspectos de cidadania durante o processo, conforme leitura de documentos recentes (Goni et al., 1998).

produção, na unidade camponesa todas as ações visam assegurar a manutenção e a reprodução da família, contrariando a lógica da racionalidade capitalista em que os fatores produtivos são maximizados para a obtenção da elevação do lucro.

O principal fator de produção utilizado por esses camponeses é a mão-de-obra familiar. Portanto, a composição e o tamanho da família determinam o grau de atividade na unidade camponesa, pois são responsáveis pelo montante de força de trabalho a ser empregado.

Observou-se forte pressão demográfica em Tejuçuoca. Os 80% da população concentrados no meio rural do município disputam a exploração das terras distribuídas entre 258 propriedades, o que conduz à pressão sobre os recursos naturais. Boa parte dos camponeses explora terras de poucos proprietários, submetendo-se às condições desfavoráveis por eles impostas na condição de alugado e de parceiro. A posse da terra representa a segurança da família, sua continuidade no campo e as condições mínimas de consumo. Esta é a razão apresentada para a existência da contínua reivindicação por este fator de produção.

As secas que ocorrem de tempos em tempos é muitas vezes responsável por danos incalculáveis e pela migração da população, principalmente dos jovens. Os solos de Tejuçuoca são, em sua maioria, de formação pedregosa e rochosa, com severas restrições ao uso agrícola e exigem, inclusive, o emprego de práticas conservacionistas e o uso intensivo de capital.

As diversas situações que se apresentam conduzem os camponeses a elaborarem estratégias com o objetivo de garantir o suprimento das necessidades de consumo da unidade familiar. Atividades como a parceria, o alugado, a empreitada, o negócio, a atividade artesanal o assalariamento rural ou urbano e até mesmo a migração de alguns membros da família funcionam como estratégias de sobrevivência do grupo.

O associativismo representa a mais recente estratégia adotada para assegurar a condição de camponês. Incentivados pelo Estado criaram-se associações comunitárias e, mais recentemente, a Federação das Associações, a partir de idéias que emergiram nas oficinas realizadas durante o processo de capacitação do PADL.

A proposta de ação da Federação inclui prioritariamente a atividade de comercialização dos produtos oriundos de todas as associações a ela ligadas. Porém, apesar de todo o esforço objetivando organizar a comercialização coletiva, sua efetivação pode ter um retorno econômico insignificante, porquanto é incipiente a quantidade dos produtos comercializados pela maioria dos produtores naquele município, se comparada ao que é destinado ao consumo doméstico. Entretanto, é possível que haja um crescimento do volume de produtos comercializáveis, conseqüência do crescimento dos rebanhos de ovinos e caprinos, cuja exploração comercial vem sendo incentivada pelo Banco do Nordeste.

Desde o início dos trabalhos os participantes manifestaram que seu principal problema era a carência de recursos financeiros e esperavam que ele contribuísse para solucionar os problemas de escassez de terra e condições de produção, soluções consideradas palpáveis, concretas.

A melhoria das condições de produção na unidade familiar está intimamente ligada ao aumento de produção em virtude da melhoria de tais condições, das quais decorre uma melhoria imediata do bem-estar da família. As condições de produção, a disponibilidade de meios de produção e a amplitude de possibilidades para realizar o trabalho determinam, em parte, o nível de produção da unidade camponesa.

Os “projetos” representam a possibilidade de melhores condições de vida porque abrem as portas para acesso à terra, aumento da produção da

unidade familiar, aquisição de técnicas capazes de poupar mão-de-obra familiar e para o acesso ao mercado.

O crédito tem um sentido amplo para os camponeses. Em primeiro lugar, é uma alternativa de captação de recursos para aquisição de bens de consumo não produzidos na unidade, assegurando que os produtos de subsistência não sejam comercializados para aquisição de tais bens e, conseqüentemente, armazenados por certo período para prevenir eventuais perdas por escassez ou excesso de chuvas, ocorrência de pragas e assegurar o consumo familiar no período de crise; em segundo lugar, representa oportunidade de produzir para o mercado e obter algum retorno monetário e ainda para adquirir algum patrimônio, considerado como outra garantia.

Alguns recursos podem não ser investidos em sua totalidade na atividade para a qual foram contraídos. Parte é reservada para: 1) pagar parcelas do empréstimo, caso o investimento não proporcione retorno monetário; 2) adquirir bens de primeira necessidade não produzidos dentro da unidade doméstica; 3) quando o investimento é bem sucedido e a comercialização da produção proporciona retorno suficiente para pagar o financiamento e adquirir bens de primeira necessidade, a reserva exerce o papel de acumulação a partir da aquisição de bens e contribuirá para o crescimento do patrimônio familiar.

Há preocupação de honrar os compromissos assumidos junto às instituições financeiras. Diante de condições desfavoráveis de produção, a decisão é não contrair empréstimo. É preciso atentar que os recursos disponibilizados sejam compatíveis com a real capacidade de pagamento.

Existe preocupação em economizar trabalho humano, por ser a força de trabalho fator limitante na unidade camponesa. Práticas como pousio, queimada e consórcio entre culturas, dentre outras utilizadas pelo grupo, permanecem geração após geração, apesar de serem consideradas primitivas ou rudimentares

do ponto de vista agrônomo. São práticas que, de alguma forma, facilitam o trabalho na unidade familiar, por serem economizadoras de mão-de-obra.

Os camponeses demandam técnicas e práticas agrícolas capazes de aliviar o esforço dos membros da família na lida diária e de poupar trabalho. O acesso a essas técnicas, porém, exige disponibilidade de recursos financeiros, que também é um bem escasso na unidade familiar. O crédito, tanto para a aquisição de técnicas poupadoras de trabalho no sistema de produção (tratores, arado etc) como para aquisição de utensílios eletrodomésticos, economizadores de trabalho feminino doméstico, possibilita a realocação dessa força de trabalho para outras atividades e contribui para o bem-estar da família.

A relação com o mercado é um dos grandes problemas enfrentados pelos camponeses de Tejuçuoca. Em primeiro lugar, porque dedicam todo o seu tempo à produção de alimentos para o consumo próprio. É levado ao mercado o excedente ou produto com a marca da “alternatividade”, de forma irregular, à medida em que há necessidade de arrecadar valor monetário para aquisição de bens não produzidos na unidade familiar.

Este fator é limitante da comercialização camponesa coletiva, pois, embora a produção se dê em um mesmo período do ano, a disponibilização do produto por unidade familiar ocorre em momentos diferentes, de acordo com a dinâmica e a composição de cada grupo. Mesmo dentro da unidade doméstica é difícil manter oferta regular e sistemática dos produtos no mercado.

As dificuldades de organização coletiva para realização da comercialização abrem espaço para a atuação do intermediário em posição privilegiada, mantendo os camponeses reféns de seus interesses. O intermediário retém a maior parte da renda gerada pelo produto.

A comercialização conduz o camponês a cobrar por apoio institucional por meio da disponibilidade de recursos financeiros. Este apoio traria como

consequência a eliminação do “atravessador”, resultando num incremento da renda das famílias e conseqüente melhoria na qualidade de vida do grupo.

A demanda por recursos financeiros definiu a participação dos camponeses no processo de capacitação do PADL. A permanência no Programa estava diretamente ligada à certeza de que o processo culminaria na liberação de crédito. Participar das reuniões significava “*estar presente na hora da chamada*” para ser contemplado quando o crédito fosse disponibilizado. Apesar de priorizar a capacitação, a sua “aprovação ou “desaprovação” por parte dos seus beneficiários sempre esteve ligada à sua capacidade de solucionar a questão do crédito.

Assim, se por um lado encontraram-se camponeses que diziam acreditar no Programa porque garantiria o acesso ao crédito, por outro, percebeu-se a insatisfação de outros, por não terem obtido o crédito, apontando, inclusive os diversos “gargalos” que teriam interferido negativamente no seu desempenho.

A heterogeneidade do grupo, o crédito como fator de adesão, a capacitação desvinculada de ações de ordem prática, a ação de técnicos elaboradores de projetos descomprometidos com o Programa, foram alguns dos problemas apontados pelos camponeses entrevistados. Outras dificuldades estavam ligadas às exigências bancárias por ocasião da concessão do financiamento, no entender dos camponeses, incompatíveis com a realidade local.

O trabalho realizado em Tejuçuoca foi responsável pela promoção e valorização do indivíduo como cidadão, pois permitiu-lhe vivenciar experiência de construção da cidadania e do direito de se manifestar como sujeito. Estes ganhos são materializados:

- 1) na construção de objetivos comuns através da oportunidade de sistematizar as demandas por recursos e serviços necessários para cada uma das comunidades rurais;

- 2) na descoberta de formas de acesso aos recursos e serviços de que necessitam;
- 3) no aprendizado em termos de relacionamento com os mediadores.

Algumas técnicas sugeridas pelos extensionistas do Programa poderão ser incorporadas à prática dos camponeses, principalmente quando não exigirem a disponibilização de capital e que se destinem a economizar força de trabalho familiar. As inovações passam por um processo de avaliação dos benefícios proporcionados em comparação com os custos de produção.

Este estudo revela ainda que é fundamental considerar a existência de um continuum de atores sociais na estrutura agrária, em cujos extremos situam-se, de um lado os camponeses e de outro os empresários rurais. Ambos estão preocupados em ter acesso a atividades estáveis e rentáveis e com a integração ao mercado. Por último, enquanto o primeiro prioriza a manutenção e a reprodução da família, o segundo é regido pela lógica da racionalização dos fatores produtivos para a obtenção de lucro. As políticas direcionadas para estes atores e as intervenções que visem ao desenvolvimento do meio rural não podem ser lineares, mas devem levar em conta esta realidade, sendo projetadas considerando a diversidade.

No caso de Tejuçuoca, o público alvo do PADL é formado basicamente por camponeses. O grupo apresenta potencialidades enquanto forma social específica de produção, mas é submetido a uma precariedade estrutural que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do seu próprio sistema.

Pode-se concluir que, apesar dos benefícios levados àquelas comunidades, o PADL, para ser aceito plenamente e apresentar resultados efetivos do ponto de vista dos beneficiários, teria que dar prioridade não apenas aos aspectos relacionados com a capacitação em si, mas também àqueles ligados mais diretamente à satisfação das demandas concretas dos camponeses. Atrair eventos de capacitação ao financiamento de meios de produção e ao crédito,

principalmente para a solução do problema da escassez de terra, representa uma forma de contribuição neste sentido, na medida em que, ao colocar à disposição do grupo condições de desenvolver seu potencial de produção, trata de questões que dizem respeito à sua realidade e que, portanto, têm um significado para os indivíduos, já que este é o problema que afeta mais profundamente o meio rural e o Município. Tais aspectos devem receber atenção especial na definição do caminho a seguir para atingir o objetivo de capacitar, pois, seguindo um dos princípios básicos da aprendizagem, o aprender se dá em situações concretas do cotidiano.

As circunstâncias observadas no caso estudado poderiam ser exploradas em outros contextos, o que proporcionaria um retrato válido da realidade local, forneceria base para aperfeiçoamento do Programa, além de condições de estabelecer ou não as generalizações.

Uma das formas de tornar as políticas efetivas do ponto de vista dos beneficiários seria associá-las a instrumentos populares de concessão de crédito com características de acesso simplificado, ágil e livre de clientelismo. Neste sentido, é importante conhecer as diversas experiências com microcrédito, os contextos em que esta modalidade de crédito apresentaram resultados positivos e as possibilidades de adaptação a cada realidade.

Finalmente, espera-se que as respostas encontradas nesta pesquisa possam contribuir para a compreensão das relações que são estabelecidas entre camponeses e agências de desenvolvimento e que sirvam para orientar, no futuro, o processo de intervenção dos órgãos públicos junto a este público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, A. R. C. **Saber camponês e mudança técnica: um estudo de caso junto a pequenos produtores do Bairro de Cardodo, Poço Fundo, MG.** Lavras-MG: ESAL, 1992. 148p. (Tese de Mestrado).
- ALENCAR, E. Metodologia. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. DAE. **Manejo sustentado do cerrado para uso múltiplo: sub-projeto agroecologia e desenvolvimento.** Lavras-MG: UFLA/DAE, 1996. p.43-49 (Mimeo).
- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A. de. Unidade de produção agrícola e administração rural. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.14, n.157, p.25-29, 1988.
- ALMEIDA, R. **Rômulo: voltado para o futuro.** (entrevistas concedidas a grupos de trabalho da Associação dos Sociólogos do estado da Bahia). Fortaleza: Banco do Nordeste, 1986. 242p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 290p.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Atlas, 1986. 278p.
- ANDRADE, M. C. de. **Nordeste: Alternativas da agricultura.** Campinas - SP: Papyrus, 1988. 77p.
- ARAÚJO FILHO, A. A. **A cultura algodoeira no Nordeste brasileiro.** Fortaleza: BNB.ETENE, 1990. 66p. (BNB. Estudos Econômicos e Sociais, 48).
- ASSIRATI, E. B. Uma avaliação das políticas de irrigação no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.25, n.4, p.545-574, Out./dez. 1994.

- BANCO DO NORDESTE. **Agenda do produtor rural**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 247p.
- BANCO DO NORDESTE. **Manual auxiliar de operações de crédito: classificação dos mutuários**. Fortaleza: 1998. 164p.
- BANCO DO NORDESTE. **Projeto BNB/PNUD**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1993.
- BARBOSA, R. **O BNB e o desenvolvimento econômico da Região** (seleção, organização e notas de Nilson Holanda e Maria Olímpia Xavier). Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979. 337p.
- BASTIDE, R. **Brasil: terra de contrastes**. Tradução por Maria Isaura Pereira de Queiróz. 3.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. 289p. Tradução de: Brésil Terre des Contrastes.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987. 141p.
- BRANDÃO. C. R. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. Campinas: Papirus, 1986.
- CARRIERI, A. de P. **A racionalidade administrativa: os sistemas de produção e o processo de decisão-ação em unidades de produção rural**. Lavras-MG: ESAL, 1992. 208p. (Tese de Mestrado).
- CASTRO, F. de; SANTANA, J. **Um Projeto para o Nordeste**. Fortaleza: s.ed. 1989. 22p. (Série Novo Nordeste, 1).
- CHALOULT, Y. **Uma política de legitimação do estado e rearticulação da pequena produção rural: o projeto nordeste**. *Revista Raízes*, Campina Grande-PB, ano IV, n.4-5, p.61-99, jan.1984/dez.1985.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974. 339p.
- CONTRERAS, J. **Los grupos domésticos: estratégias de producción y reproducción**. In: JUAN, P.; MARTÍNEZ, V. et al (Eds). **A antropología**

- de los pueblos de España.** Madrid-Espanha: Taurus Universitária/Tauros Editora, 1991. p.342-379.
- CORTEZ, F. P. **Conceitos e pré-conceitos: avaliação de programa de mestrado.** Lavras-MG: ESAL, 1994. 112p. (Tese de Mestrado).
- CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Programa de recenseamento de fontes de abastecimento por água subterrânea no estado do Ceará: diagnóstico do município de Tejuçuoca.** Fortaleza: 1998. 14p.
- DUQUE, J. G. **Solo e água no polígono das secas.** Mossoró: ESAM, 1980. 273p.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2.ed rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995. 1838p.
- FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil.** Tradução por Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340p. Tradução de: The Brazilian peasantry.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 150p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREYRE, G. **Nordeste.** 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. 196p.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 25.ed. São Paulo: Nacional, 1995. 248p.
- GALETI, P. A. **Guia do técnico agropecuário: solos.** Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1983. 142p.
- GARCIA, C. **O que é Nordeste Brasileiro.** 9.ed. São Paulo: Brasiliense. 1995. 93p.
- GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado.** Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989. 285p.

- GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236p.
- GOMES, G. M. Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-95): uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.24, n.1/4, p.9-149, jan./dez. 1993.
- GONDIM, S. M. P. N.; SOUZA, G. S. de; COSTA, T. H. **Uma estratégia de apoio aos pequenos produtores rurais do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 1991. (mimeo).
- GONI, A. J. **O que é a Metodologia GESPAR?** Recife: Projeto BNB/PNUD, 1995. 35p.
- GONI, A. J.; CASTRO, C. O.; WILLIAMSON, G. et al. **O que entendemos por capacitação?** Fundamentos e considerações para a prática. Recife: Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998. 50p. (Série Cadernos Técnicos, 3).
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 9.ed. Petrópolis: FASE/Vozes, 1991. 90p.
- HAGUETTE, M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163p.
- IBGE. **Contagem da população 1996**. <http://www.ibge.gov.br>.
- INCRA. **Sistema Nacional de Cadastramento Rural**. 1999.
- IPLANCE - Instituto de Planejamento do Estado do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza, 1994. <http://www.iplance.ce.gov.br>.
- IPLANCE - Instituto de Planejamento do Estado do Ceará. **Informações básicas municipais - Tejuçuoca**. Fortaleza, 1994a.
- JESUS, J. C. dos S. **Trajatória de decisões administrativas na unidade camponesa e na empresa agropecuária capitalista: estudo de caso no Sul de Minas Gerais**. Lavras-MG: ESAL, 1993. 147p. (Tese de Mestrado).
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 328p.

- LACKI, P. **Buscando soluções para a crise da agricultura: no guichê do banco ou no banco da escola?** Santiago-Chile: FAO, 1995. 32p.
- LACKI, P. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor.** Fortaleza: Banco do Nordeste/FAO. 1996. 158p.
- LACKI, P. **Rentabilidade na agricultura: com mais subsídios ou com mais profissionalismo?** Santiago-Chile: FAO, 1996a. 11p.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 187p.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise.** São Paulo: Atlas, 1993. 225p.
- MENEZES, D. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais.** 3.ed. Fortaleza: UFC. Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1995. 208p.
- MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1998. 2259p.
- MIRANDA, R. N. Avaliação do projeto nordeste e do programa de apoio ao pequeno produtor. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.22, n.1/4, p.9-45, jan./dez. 1991.
- MORAES, J. M. da S. **Adoção de inovações, relações de trabalho e cultura na unidade de produção camponesa: o caso de Curiaú no Amapá.** Lavras-MG: ESAL, 1991. 149p. (Tese de Mestrado).
- NEVES, D. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, ANPOCS/Cortez, 1985. P.220-241.
- OLIVEIRA, L. C. de A. **Produtores rurais e parque nacional: um estudo de caso na serra da Canastra – MG.** Lavras – MG: ESAL, 1992. 121p. (Tese de Mestrado).

- PEREIRA, J. R. **Movimento associativista rural e igreja em São Domingos do Prata-MG.** Lavras-MG: ESAL, 1991. 106p. (Tese de Mestrado).
- PEREIRA, M. H. **Empobrecimento e permanência do produtor feirante no processo produtivo: um estudo no município de Lavras-MG.** Lavras-MG: ESAL, 1992. 113p. (Tese de Mestrado).
- PINTO, A. T. **O Banco do Nordeste e a modernização regional.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1977. 158p (Tese de Mestrado).
- PNUD-IPEA. **Relatório de desenvolvimento humano no Brasil.** Rio de Janeiro/Brasília: PNUD-IPEA, 1996. 185p.
- PROJETO BANCO DO NORDESTE/PNUD. **Relatório de atividades.** Recife, 1996.
- PROJETO BANCO DO NORDESTE/PNUD. **Relatório de atividades.** Recife, 1997.
- PROJETO BNB/PNUD. **Desenvolvimento local Tejuçuoca-CE..** Fortaleza: [s.n], 1996. (Relatório de extensionistas do Projeto).
- RIBEIRO, A. E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais: estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.** Belo Horizonte-MG, 1992. 112p. (Mimeo).
- RIBEIRO, A. E. M. **Fé, produção e política.** São Paulo: Edições Loyola, 1994. 67p.
- SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar. 1965.
- SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do Ceará. **Reforma Agrária Solidária: Cédula da Terra.** Fortaleza: SDR, 1998.
- SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. **Programa de combate à pobreza rural (Projeto São José). Síntese.** Fortaleza: SEPLAN, 1996. 21p. (mimeo).

- SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, vol. XXIX, São Paulo, USP, 1983. P.73-96.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.
- TROSSERO, M. L. **Propriedades familiares e capitalismo agrário na região sul da província de Santa Fé (Argentina)**. Viçosa-MG: UFV, 1983. 108p. (Tese de Mestrado).
- VALADARES, J. H. **Participação e poder: comitê educativo na cooperativa agropecuária**. Lavras-MG: UFLA, 1995. 81p. (Tese de Mestrado).
- VALENTE JUNIOR, A. S.; ALVES, M. O.; FILHO, C. dos S. **Estratégia de ação do Banco do Nordeste do Brasil junto ao pequeno produtor nordestino e distribuição do crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): avaliação preliminar**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, Curitiba, 1995. **Anais...** Curitiba: SOBER, 1995. 2v. v.1. p.335-349.
- VIEIRA, C. **O feijão em cultivos consorciados**. Viçosa-MG: UFV, 1989. 134p.
- WANDERLEY, M. de N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. <http://www.cria.org.br>. (trabalho apresentado no XX Congresso Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, out/1996).
- WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Jan./Jun. 1990. P.35-53.
- ZAPATA, T. **A capacitação, o associativismo e o desenvolvimento local**. Filosofia e ação do Projeto Banco do Nordeste/PNUD. Recife: Projeto Banco do Nordeste/PNUD-BRA 93/012. 1997. 28p. (Série de Cadernos Técnicos, 01).

ANEXOS

ANEXO	Página
ANEXO A: Classificação dos mutuários	129
ANEXO B: Roteiro de entrevistas	132

ANEXO A

CLASSIFICAÇÃO DOS MUTUÁRIOS

A classificação dos mutuários do apoio creditício prestado pelo Banco do Nordeste ao setor rural é feita em função da sua receita agropecuária bruta anual e da sua renda extra-rural, da seguinte forma (Banco do Nordeste, 1998):

1) Para operações realizadas com recursos do FNE, do FAT, do Programa da Terra e nas operações com pessoas físicas com recursos do BNDES e da FINAME:

*“a) **miniprodutor**: quando sua renda agropecuária bruta anual média for igual ou inferior a R\$ 40.000,00 e representar, no mínimo, 80% das suas receitas totais (rurais e extra-rurais) e o valor do crédito, somado ao saldo devedor e a desembolsar de suas operações rurais, se limitar a R\$ 35.000,00; o miniprodutor será, porém, classificado como:*

*- **pequeno produtor**, se o valor do crédito, somado ao saldo devedor e a desembolsar de suas operações rurais, se situar acima de R\$ 35.000,00 e até R\$ 100.000,00 e/ou se não atingir o referido percentual mínimo de 80%;*

*- **médio produtor**, se o valor do crédito, somado ao saldo devedor e a desembolsar de suas operações rurais, se situar acima de R\$ 100.000,00;*

*b) **pequeno produtor**: quando sua renda agropecuária bruta anual média for superior a R\$ 40.000,00 e igual ou inferior R\$ 80.000,00 e representar, no mínimo, 70% das suas receitas totais (rurais e extra-rurais), e o valor do crédito, somado ao saldo devedor e a desembolsar de operações rurais, se limite a R\$ 100.000,00; superado, porém, esse*

- valor de dívidas e/ou não atingido o percentual mínimo de 70%, o produtor será classificado como médio produtor;*
- c) *médio produtor: quando sua renda agropecuária bruta anual média for superior a R\$ 80.000,00 e igual ou inferior a R\$ 500.000,00 e representar, no mínimo, 60% das suas receitas totais (rurais e extra-rurais), observado que, não atendido esse percentual mínimo de 60%, o mutuário será classificado como grande produtor;*
- d) *grande produtor: quando sua renda agropecuária bruta anual média for superior a R\$ 500.000,00”.*
- 2) Para operações realizadas com recursos de outras fontes⁸² :
- “a) miniprodutor: quando sua renda agropecuária bruta anual for igual ou inferior a R\$ 7.500,00 e representar, no mínimo, 80% das suas receitas anuais (rurais e extra-rurais), observado que, não atendido esse percentual mínimo, o mutuário será classificado como “demais produtores”;*
- b) pequeno produtor: quando sua renda agropecuária bruta anual for superior a R\$ 7.500,00 e igual ou inferior a R\$ 22.000,00 e representar, no mínimo, 80% das suas receitas totais (rurais e extra-rurais), observado que, não atendido esse percentual mínimo, o mutuário será classificado como “demais produtores”;*
- e) Demais produtores: quando sua renda agropecuária bruta anual for superior a R\$ 22.000,00”.*
- 3) Apuração da receita bruta anual (Banco do Nordeste, 1998):
- Leva em conta todas as atividades agropecuárias exploradas pelo produtor, tendo por base o preço mínimo na data da classificação ou, na sua falta, o preço de mercado.

⁸²Esta classificação é dispensada quando se tratar de operações realizadas com recursos obrigatórios, recursos vinculados, recursos da caderneta de poupança e recursos livres.

4) Deduções para operações realizadas com recursos do FNE, do FAT, do Programa da Terra e nas operações com pessoas físicas com recursos do BNDES e da FINAME:

“a) a renda bruta será deduzida em 50% quando proveniente da olericultura (sequeiro), da sericicultura, da fruticultura (sequeiro), da pecuária leiteira e da agricultura irrigada, e em 75% quando proveniente da avicultura, suinocultura, da fruticultura e olericultura irrigadas e da piscicultura e carcinicultura intensivas;

b) nas operações de investimento, será considerada a média da produção agropecuária bruta anual, assim obtida pela projeção, ano a ano, no período de até 12 anos, de todas as receitas rurais (com as deduções cabíveis), dividido-se o total projetado pelo número de anos em que houver receita estimada tanto de atividades financiadas como de preexistentes;

c) nas operações de custeio, será considerada a produção agropecuária bruta (com as deduções cabíveis) projetada para 1 ano, observado que:

- serão computadas na projeção todas as receitas rurais do proponente e não apenas as vinculadas ao plano de custeio;*
- para as atividades com ciclo de produção superior a 1 ano, será computada a receita proporcional ao ano” (Banco do Nordeste, 1998).*

Nota: as deduções previstas no item “a” não serão aplicadas sobre a renda agropecuária no momento em que esta for adicionada à renda extra-rural.

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Para os camponeses e dirigentes de Associações)

I. Sobre o Programa:

1. O que significa pra você a chegada desse trabalho (do pessoal do PNUD) em Tejuçuoca? Que motivos o levaram a entrar no programa, suas aspirações, motivações, perspectivas e frustrações?
2. Concorda com as propostas?
3. Concorda com a forma com que é encaminhado?
4. Houve mudanças na sua vida e da comunidade, depois do Programa?
5. O que deveria mudar para atender às necessidades suas e da comunidade?

II. Sobre o processo de capacitação:

6. Participou de que etapas? Por quê? Por que motivo outras pessoas da comunidade não participaram?
7. Quais eram suas perspectivas a respeito da capacitação?
8. Suas perspectivas foram atendidas?
9. O que é viável e o que é inviável para a sua comunidade na proposta de capacitação? Por quê?
10. Como deveria ser para atender às suas necessidades e da comunidade?

III. Sobre a Associação:

11. Desde quando existe a Associação? Por que foi criada?
12. Desde quando é sócio?
13. Por que continua sócio? Qual o seu papel dentro da Associação? Você se considera dono da Associação?

14. Quais as atividades da Associação atualmente?
15. Como foi empregado o recurso que entrou na Associação? Como é feito o controle?
16. E antes da existência do Programa, quais eram as atividades da Associação?
17. Deveria ter outro papel? Qual?
18. Quais assuntos são discutidos atualmente na Associação?
19. Deveria existir outro tipo de discussão?
20. Como são resolvidos os impasses dentro da Associação?
21. E as decisões a respeito dos rumos a serem tomados? Como é o processo?
Houve alguma mudança na forma de condução a partir do trabalho do PNUD?
22. Existe articulação com outras Associações ou instituições?
23. Há mais alguém da família envolvida com a Associação? No que isso implica?
24. Qual a importância atual da Associação para a sua família? E para a comunidade?
25. E se não existisse a Associação, como seriam as coisas?

IV. Sobre o uso de tecnologia:

26. Antigamente usava que tipo de equipamentos (fazia mecanização, tração animal, como era a distribuição do trabalho humano)?
27. Atualmente usa que tipo de equipamentos (faz mecanização, tração animal, como é a distribuição do trabalho humano)?
28. O pessoal propôs alguma mudança na forma de condução das atividades agrícolas?
29. Concorde com a proposta? Por quê?
30. Se não concorda, o que deveria mudar nas tecnologias recomendadas para atender às suas necessidades?

31. Mudou/não mudou a forma de condução das atividades agrícolas, de acordo com as recomendações? Por quê?
32. Quais tecnologias propostas acha que vai realmente ser adotada pelos camponeses? por quê?
33. Quais tecnologias propostas acha que não vão “pegar”? por quê?

V. Sobre o crédito:

34. Como é o processo para conseguir o apoio creditício?
35. Foi beneficiado com crédito do Banco? Quais as condições de pagamento? Está satisfeito?
36. Caso negativo, por quê?
37. Caso positivo, para que atividades?
38. Como é que foi a decisão por quais atividades financiar?
39. As atividades que foram financiadas, você já explorava antes?
40. Concorda com as atividades que foram financiadas?
41. Se não concorda, por que aceitou o crédito?
42. Se não concorda, que atividades deveriam ser incentivadas com financiamento?
43. Quais atividades não agrícolas exerce? Por quê?

V. Sobre a relação com o mercado:

44. Produzia que produtos antigamente, quais e quanto eram destinados para o consumo da família? quais vendia, quanto? Por quê?
45. Vendia na feira, para o intermediário, para a Associação? Por quê?
46. e agora, que produtos produz, que produtos pretende vender, quanto? Por quê?
47. Vende na feira, para o intermediário, para a Associação? Por quê?
48. Por que mudou de estratégia/Por que não mudou de estratégia?

49. Antigamente comprava que tipo de insumos? Coletivamente ou individual?
50. E agora, compra que tipo de insumos? Coletivamente ou individual?
51. Se usa insumos diferentes, por que mudou?

19. Análise comparada de línguas modernas? Colocando no individual?
20. E agora, como que tem o mesmo? Colocando no individual?
21. Se usa mesmo diferente por que mudar?

3822 0510
Márcia

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA